

Revista eletrônica da **Rede Comuá**

plurais

1

vozes, saberes e práticas

DA FILANTROPIA COMUNITÁRIA
E DE JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

comuá rede comuá
filantropia que
transforma

introdução

fomentar, apoiar e dar visibilidade à produção de conhecimento voltada a demonstrar práticas da filantropia comunitária e de justiça socioambiental independente que fogem aos tradicionais modos de fazer doação no país é um dos pilares da estratégia de incidência da Rede Comuá junto aos ecossistemas filantrópicos nacional e internacional.

Essas experiências e práticas demonstram que, de fato, a filantropia pode contribuir para as lutas pela redução das desigualdades e para a transformação social.

São novos olhares que trazem, também, o potencial de fomentar a reflexão e a desconstrução de práticas coloniais no setor da filantropia mainstream.

Não à toa, o primeiro número da revista eletrônica da Rede Comuá se volta a dar espaço à diversidade no campo, refletindo claramente a existência de filantropias, no plural, por meio de reflexões sobre transformação de realidades, saberes e decolonialidade.

Na primeira parte da revista, Filantropia e decolonialidade, trazemos reflexões sobre confiança, avaliação e perspectivas e saberes ancestrais desde o Sul Global.

Em Filantropia e transformação, os textos foram reunidos sob a perspectiva da transformação que a filantropia pode fomentar, a partir de reflexões sobre compromisso, filantropia independente, cuidado coletivo e a agenda de direitos humanos.

Na terceira parte, Filantropia de justiça socioambiental e mudança climática, os textos trazem reflexões sobre a intersecção dessas agendas, demonstrando a transversalidade da questão climática.

Por fim, na última parte da revista, encontram-se reflexões sobre práticas e experiências analisadas por pesquisadores do Programa Saberes, da Rede Comuá, que busca apoiar a produção de conhecimento por quem atua nos territórios.

Quase todos esses conteúdos foram publicados no blog da Comuá entre o fim de 2022 e ao longo de 2023, permanecem atuais e nos instigam a refletir sobre como a filantropia pode contribuir para a justiça socioambiental e os direitos humanos a partir de uma perspectiva que considera os saberes dos grupos politicamente minoritários e comunidades territoriais na construção de soluções, atuando em parceria, de modo desburocratizado, e tecendo relações de confiança.

Os textos, em sua maior parte originalmente produzidos para publicação no blog da Comuá, são assinados por membros da Comuá, parceiros e apoiadores que nos acompanham nessa jornada ao

longo do tempo. Que, com a Rede, buscam incidir no campo filantrópico para gerar reflexões e mudanças nos modos de doar e ampliar as doações para organizações e movimentos da sociedade civil em suas lutas por direitos e na defesa da democracia.

Há também artigos publicados em outras mídias ou espaços parceiros, traduzidos para o blog, e que abordam temas centrais de nossas agendas. Nesses casos, ao final deles é possível encontrar a referência de onde foram originalmente publicados.

Após a leitura dos textos, fica o convite para acompanhar o blog da Comuá e conhecer a Transforma, nossa plataforma de conteúdos que reúne publicações sobre esses e outros temas e agendas da filantropia comunitária e de justiça socioambiental.

boa leitura!



sumário

1. Filantropia e decolonialidade 06

Vamos decolonizar a filantropia, sim!

Equipe executiva da Rede Comuá

Decolonização da avaliação: 4 conclusões de um painel de doadores

Ben Bestor

Medindo o que importa – um pemakna de cada vez

Kamala Chandrakirana

Práticas ancestrais indígenas e negras e filantropia comunitária nas Américas

Gaby Boyer e Circe Peralta

A filantropia colaborativa tem origem na prática comunitária africana: precisamos reivindicá-la

Samra Ghermay

2. Filantropia independente, democracia e transformação 46

Para além do discurso: qual o compromisso real da filantropia com a transformação?

Graciela Hopstein e Jonathas Azevedo

Pesquisa Doação Brasil 2022: reflexões e contribuições da filantropia comunitária e de justiça socioambiental

Equipe executiva da Rede Comuá

Reflexões sobre a instituição do cuidado coletivo na mudança sistêmica


Ese Emerhi

Cinco coisas que aprendemos com feministas sobre doação

Renata Saavedra e Vanessa Lucena

Filantropia independente e comunitária está presente em várias regiões do país

Mônica C. Ribeiro



3. Filantropia de justiça socioambiental e mudança climática..... 92

Financiamento climático, sociedade civil e a agenda de direitos
Cristina Orpheo e Graciela Hopstein

Quem cobrirá o ônus das mudanças do clima?
Cristina Orpheo e Rubens Harry Born

Como a crise climática se conecta à violência contra ambientalistas
Ana Valéria Araújo e Cristina Orpheo

COP28: Seguirão invisíveis os verdadeiros protagonistas?
Maria Amália Souza

Uma aliança pioneira pela filantropia socioambiental no sul global
Juliana Tinoco

A filantropia comunitária como um caminho para promover justiça socioambiental com pessoas LGBTQIA+
Mica Peres e Yasmin Moraes

Desafios da mobilização de recursos no Brasil para apoiar as causas socioambientais e de justiça social
Larissa Ferreira

4. Filantropia e Saberes..... 130

Tecendo um fio condutor entre as pesquisas da primeira edição do programa Saberes: possibilidades da filantropia comunitária no Brasil por meio de colaboração em rede de pesquisadores
Cleber Rodrigues

Experiências de círculos de doação no Brasil: quais são os principais achados?
Larissa Ferreira

Círculos de doação: o que apontam as experiências internacionais?
Larissa Ferreira

O que é essa tal filantropia comunitária nas consultorias do ICOM?
Mariana de Assis

O que antes não tinha nome se tornou filantropia negra
Jéss Ipólito e Thânisia Cruz

1

filantropia e decolonialidade



uitas são as formas de promover a decolonialidade na filantropia. Experiências diversas em todo o mundo nos mostram que reconhecer saberes ancestrais e de comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de grupos que vivem nas periferias das grandes cidades, ou ainda de grupos específicos politicamente minorizados, como mulheres, movimentos negros e LGBTQIA+, tem sido fundamental para que a filantropia *mainstream* reflita sobre seus modos de doar.

Práticas decoloniais como doação em confiança, apoiando projetos que já estão em desenvolvimento nos territórios e comunidades, executados por organizações e movimentos de base, que sabem onde é preciso empregar recursos, financeiros ou não, para gerar transformação em suas realidades. Ou como rever os modos de avaliar como os recursos são aplicados, medindo realmente o que importa.

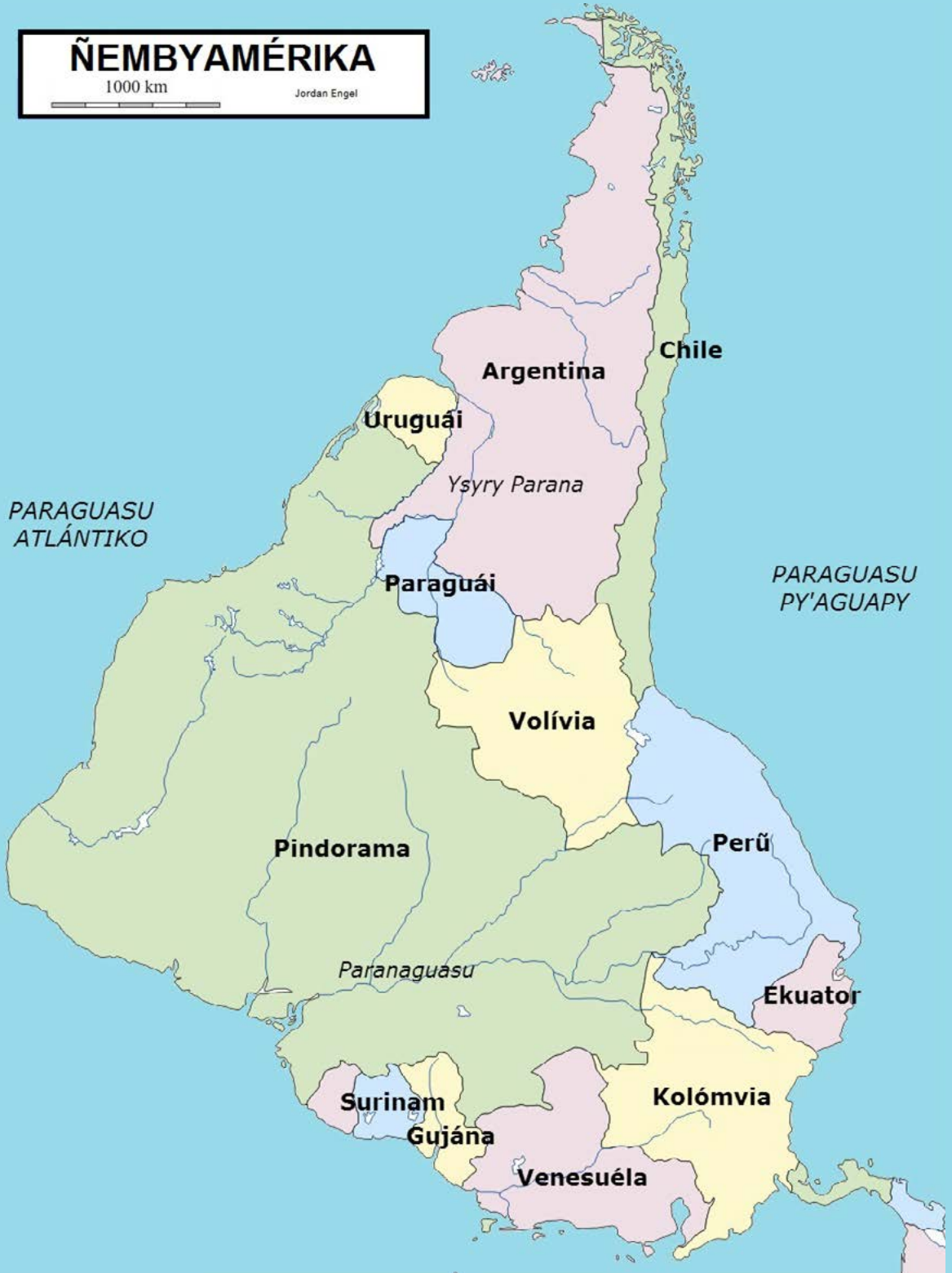
São formas de entender o tecido social e de fazer filantropia em parceria, compartilhando o poder sem protagonismo. Ouvindo os territórios em seus saberes e fazeres e buscando formas de apoiá-los na transformação.

A Rede Comuá, juntamente com parceiros internacionais, no contexto da aliança Giving for Change e do movimento #ShiftThePower, vem pautando esse debate em diversos espaços, nacional e internacionalmente. Parte dessas reflexões se encontra aqui reunida, feita por muitas vozes, em diferentes territórios.

ÑEMBYAMÉRIKA

1000 km

Jordan Engel



A imagem anterior é parte do “Atlas Decolonial”, uma coleção de mapas que, de algum modo, nos ajudam a desafiar nossas relações com a terra, as pessoas e o Estado. Baseia-se na premissa de que a cartografia não é tão objetiva como somos levados a acreditar, já que sujeita à parcialidade do cartógrafo - seja deliberada ou não.

Vamos decolonizar a filantropia, sim!

*Equipe executiva da Rede Comuá**

Este artigo é uma resposta da Rede Comuá ao texto publicado por João Paulo Vergueiro intitulado “Descolonizar a filantropia é um conceito que não cabe para o Brasil”

A Rede Comuá vem pautando a discussão sobre a decolonização da filantropia há tempos, tanto através de artigos publicados como de debates travados em diversos espaços, nos âmbitos nacional e internacional.

Para nos posicionar perante a tese de que a decolonização é um conceito que não cabe no Brasil, bastaria apenas fazer menção ao artigo publicado por Graciela Hopstein e Allyne Andrade na Alliance Magazine em 2022 e traduzido pela Rede Comuá para o português, publicado no blog da Rede Comuá “A descolonização da filantropia está avançando?”.

De todas as formas, para iniciar o debate, acreditamos que vale resgatar aqui alguns argumentos fundamentais, apresentados no mencionado artigo, construídos desde uma perspectiva analítica material (e que não implicam apenas uma lógica discursiva). A nossa ideia aqui é não apenas refutar essa tese, mas afirmar que efetivamente vivemos numa socieda-

de atravessada pela existência de pactos, práticas e visões coloniais. E finalmente, precisamos entender que o campo da filantropia como atividade humana e social é inseparável das dinâmicas que atravessam a sociedade como um todo.

De acordo com Anibal Quijano, o conceito de colonialidade ou lógica colonial deve ser entendido para caracterizar o padrão típico de dominação global no sistema capitalista moderno, cuja origem remete ao colonialismo europeu do início do século XVI baseado na dominância “dos modelos de controle da subjetividade, da cultura e especialmente com a produção do conhecimento” [1]. Como sinalizado no artigo da Graciela e Allyne, o autor identifica como os mais importantes elementos do eurocentrismo:

- a)** uma articulação marcada do dualismo (pré-capitalista/ capitalista, não-europeu/ europeu, primitivo/ civilizado, tradicional/ moderno etc.) e a evolução linear, unidirecional, de um estado de natureza para a sociedade europeia moderna;
- b)** a racionalização das diferenças culturais entre grupos humanos derivada da noção de raça;
- c)** a visão temporal-distorcida de todas essas diferenças por enxergar os não europeus e a sua cultura como anacronismos (Andrade e Hopstein, 2022) [2].

Temos aqui uma primeira grande contradição com relação aos argumentos apresentados por João Paulo Vergueiro: o conceito de colonialidade não surge no norte global, mas sim na América Latina, tendo Quijano como um dos grandes autores de referência, da mesma forma que María Lugones, dentre outros/as. Portanto, não é um conceito apropriado nem adaptado, muito pelo contrário. Fazer uma boa revisão da literatura é fundamental quando se

tem a intenção de contestar posicionamentos desse porte. A bibliografia é vasta e a discussão sobre essa temática tem longa trajetória, que começa com o conceito de pós-colonialidade em Portugal, posteriormente ressignificado na América Latina como decolonialidade e, mais recentemente, a partir da revisão de autores/as africanos/as, temos debates centrados na contra-colonialidade.

Em segundo lugar, argumentar que é um “erro contraproducente” falar em decolonizar a filantropia quando não temos uma filantropia brasileira consolidada – como destaca o próprio texto original, que ainda não é reconhecida e valorizada –, é um argumento equivocado porque de alguma forma pretende negar a existência da reprodução de relações de poder coloniais no campo da filantropia. E, ainda, afirmar que “desmerece quem já doa e tende a afastar quem pode vir a doar, colocando nas pessoas o rótulo de exploradoras, de aproveitadoras” é um reducionismo do problema, tirando toda a complexidade ao debate.

Infelizmente é isso que vem acontecendo no campo da filantropia nacional de forma geral: **existe a tendência de evitar entrar de forma profunda em debates estratégicos, simplificando pensamentos.** Ao mesmo tempo, as práticas de cooptação de atores estratégicos e apropriação de narrativas, sem sustentação material, dão lugar a reducionismos e a esvaziamentos de agendas, situação que ao mesmo tempo revela a existência de mais um conjunto de práticas coloniais no campo. Também a existência de iniciativas que atuam passando por cima, arrasando com tudo, instalando visões de mundo de cima para baixo, é certamente um outro exemplo de práticas coloniais na filantropia. E ainda temos que enfrentar grandes paradoxos conceituais

como, por exemplo, quando a colaboração se instala apenas como um discurso ao melhor estilo *commodity for export*.

Desconhecer que existem práticas coloniais na sociedade e que isso reflete diretamente na filantropia brasileira é uma forma de dar as costas às minorias políticas, às relações de subalternação e opressão, à presença de diversos grupos que lutam por direitos e querem ter um espaço na filantropia brasileira, principalmente no acesso a recursos de forma flexível, alinhados com as suas agendas.

Afirmar que a filantropia brasileira está atravessada por visões e práticas coloniais incomoda, coloca o dedo na ferida, chacoalha e questiona a atuação de atores tradicionais que têm o poder do dinheiro e, portanto, também da tomada de decisão. Instalar essa discussão os obriga a sair da zona de conforto, do seu lugar de protagonistas. Abandonar os privilégios implica abrir mão do poder e do acesso exclusivo à riqueza e, certamente, esse é o grande desafio que temos como sociedade e não apenas no campo da filantropia.

Como argumentado no artigo da Allyne e Graciela, os dados do Censo GIFE de 2020 [3] indicam que existem traços marcantes de práticas coloniais na filantropia brasileira quando se doa de forma tímida para a sociedade civil e, com isso, não reconhece a importância e a potência desse setor nas lutas e nos processos de transformação social. Além disso, os dados mostram também que as minorias políticas não são a prioridade, uma vez que apenas 5% das organizações filantrópicas associadas ao GIFE financiam diretamente iniciativas voltadas à questão racial; 9% às mulheres; 3% às comunidades LGBTQIA+ e 4% a pessoas com deficiência. Pode ser que a edição 2022 mostre alguns avanços, mas acreditamos que ainda

serão tímidos porque partimos da premissa que os processos de transformação levam tempo e grandes esforços, principalmente de diálogo e de saber lidar com a diferença.

Para nós, da Rede Comuá, o ponto de partida fundamental para avançar no caminho da decolonização da filantropia brasileira é promover um processo de reflexão profunda sobre as práticas históricas, instalando um movimento de desconstrução permanente e uma forma de atuação na realidade social, sem impor soluções rápidas de cima para baixo, mas, sim, fortalecendo vozes e reconhecendo o poder das comunidades de buscar formas próprias para enfrentar os problemas. O movimento #ShiftThePower, ao qual aderimos, tem de fato essa agenda [4].

A prática de doações baseadas em confiança vem se mostrando uma forma de trabalhar estrategicamente no sentido de reconhecer o poder das iniciativas territoriais e das minorias políticas que lutam pelo acesso e reconhecimento de direitos. Os fundos temáticos, comunitários e fundações comunitárias que integram a Rede Comuá – que atuam historicamente na área da filantropia local independente – vêm proporcionando doações cruciais a ONGs, organizações de base, movimentos sociais e defensores e defensoras do acesso a direitos no Brasil. Assim, os membros da Comuá buscam fazer um tipo diferente de filantropia baseada em práticas decoloniais [5].

A doação para comunidades de base mostra que o foco está em reconhecer os pontos fortes das organizações da sociedade civil, contribuindo assim para a promoção de transformações em vários níveis. Mais um argumento aqui que vai contra a tese do perigo de se falar em decolonização, já que a doação da filantropia independente é significativa no campo da justiça socio-

Para nós, da Rede Comuá, o ponto de partida fundamental para avançar no caminho da decolonização da filantropia brasileira é promover um processo de reflexão profunda sobre as práticas históricas, instalando um movimento de desconstrução permanente e uma forma de atuação na realidade social, sem impor soluções rápidas de cima para baixo, mas, sim, fortalecendo vozes e reconhecendo o poder das comunidades de buscar formas próprias para enfrentar os problemas.

ambiental, que deve ser entendida como uma estratégia para combater práticas coloniais e quebrar diversos *status quo*. De fato, a Rede Comuá e seus membros doaram diretamente, desde o momento da criação de cada um até a atualidade, um total de 670 milhões de reais para a sociedade civil brasileira.

O processo de decolonização procura desvincular-se das práticas extrativistas e exploradoras do passado. Isso implica uma transformação radical, fundamentada em novas alianças entre territórios e atores sociais, que não deixe espaço para a volta ao estado anterior de conformidade com o poder colonial dominante e simbólico. Uma filantropia verdadeiramente transformadora não pode dar as costas a esses problemas. De fato, esse é o ponto de partida para contar com um campo filantrópico consolidado, porque decolonizar implica reconhecer a diversidade, a multiplicidade de atores e práticas e, principalmente, a importância e a potência transformadora da sociedade civil.

[1] QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". LANDER, Edgardo (org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2005.

[2] Ver: <https://redecomua.org.br/a-descolonizacao-da-filantropia-esta-avancando/>

[3] Ver: <https://sinapse.gife.org.br/download/censo-gife-2020>

[4] Ver: <https://globalfundcommunityfoundations.org/what-we-stand-for/shiftthepower/>

[5] Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=oE9bo1z1PhI>

* Graciela Hopstein, Jonathas Azevedo, Mica Peres, Yasmin Morais e Mônica Ribeiro



Decolonização da avaliação: 4 conclusões de um painel de doadores

*Ben Bestor**

Nos últimos anos, vem crescendo o coro de vozes que clamam pela decolonização do auxílio, impondo a reavaliação da forma como os programas são concebidos e até da forma como são entregues. Essa avaliação – processo que consiste em analisar de forma crítica e sistemática a concepção, implementação, melhoria ou os resultados de um programa – é parte integrante de um diálogo mais amplo acerca da decolonização.

Quando se trata de avaliar um projeto ou programa, vale refletir sobre uma série de questões. O que constitui “eficácia”, de que forma ela é aferida, e quem determi-

na isso? De quem são os valores, as prioridades e as visões de mundo que moldam a avaliação? Historicamente, foram sempre os doadores e as organizações não governamentais internacionais (ONGs) – em outras palavras, partes externas – que determinaram o que seria avaliado, quando seria avaliado, por quem e com base em que metodologias, aceitando poucas contribuições relevantes das pessoas a serem alcançadas pelos programas em questão. Isso precisa mudar. Mas que cara terá essa mudança?

A decolonização da avaliação implica focalizar nas pessoas que estão realizando o trabalho e na forma como o trabalho está sendo feito. Significa, em primeiro lugar, colocar no mesmo patamar os financiadores, avaliadores, implementadores e as comunidades. Em segundo lugar, significa identificar e tratar os desequilíbrios de poder existentes no sistema de avaliação, desde a concepção e implementação da avaliação até a disseminação e utilização dos seus achados.

Isso é desafiador, pois nos obriga a reconsiderar não apenas a forma como realizamos as avaliações (por exemplo, os métodos usados), mas também a forma como pensamos sobre avaliações (por exemplo, o propósito da avaliação).

Em 22 de setembro, os representantes de três financiadores sentaram-se com a Comunidade de Prática de Avaliação e Eficácia de Programas da InterAction (EPE CoP) para discutir como estão lidando com esses desafios.

Subarna Mathes, da Ford Foundation, Colleen Brady, da USAID, e David Burt, do Start Fund, falaram sobre o que significa decolonizar, ou alterar a estrutura de poder na prá-

tica de avaliação, e como as suas organizações estão tratando do assunto. Seguem quatro conclusões que resultaram dessa conversa:

1. É preciso ir além do tokenismo:

Mudar a estrutura de poder na prática da avaliação requer mais do que abordagens participativas simbólicas; requer um envolvimento profundo das partes locais envolvidas em todo o processo de avaliação, e até mesmo antes dele. “Muitas vezes, a primeira coisa que nos vem à mente quando pensamos em abordagens participativas é como integrar as comunidades locais nos processos de coleta de dados ou de análise de dados; por exemplo, contratando colaboradores locais para atuar como enumeradores ou agentes de campo”, diz Colleen. Ela acrescenta: “As abordagens participativas na avaliação precisam partir de abordagens participativas na implementação”, antes mesmo do início da avaliação. Subarna ecoou esses pensamentos, observando que “se não pensarmos em formas de distribuir o poder na concepção [do programa] e na distribuição de quem recebe os recursos, a avaliação já entrará no jogo um pouco atrasada”. Ao integrar as vo-

A decolonização da avaliação implica focalizar nas pessoas que estão realizando o trabalho e na forma como o trabalho está sendo feito. Significa, em primeiro lugar, colocar no mesmo patamar os financiadores, avaliadores, implementadores e as comunidades. Em segundo lugar, significa identificar e tratar os desequilíbrios de poder existentes no sistema de avaliação, desde a concepção e implementação da avaliação até a disseminação e utilização dos seus achados.

zes dos parceiros ao processo de concepção do programa, uma organização pode tomar medidas para decolonizar não apenas a avaliação, mas o próprio programa. Isso leva tempo e intencionalidade, mas gera uma avaliação mais forte, com maior aceitação.

2. A avaliação deve considerar o aprendizado de todas as partes envolvidas:

Quando se trata de avaliações, é preciso colocar mais ênfase no aprendizado e na adaptação do que na conformidade e responsabilização. Em última análise, o objetivo principal das avaliações deve ser produzir conhecimento útil. Mas para quem o conhecimento deve ser útil e de quem é a “utilidade” a ser priorizada na concepção de uma avaliação? A avaliação não pode servir apenas ao aprendizado do financiador. É fundamental que o aprendizado proporcionado pelas avaliações beneficie tanto os financiadores quanto as comunidades. É importante investir tempo e recursos para levar as informações de volta às comunidades. É preciso fechar os ciclos de *feedback* compartilhando os resultados das avaliações com todas as partes interessadas, garantindo assim que o aprendizado estimule a melhoria contínua e a apropriação dos resultados em todos os níveis. Como observou um dos participantes em um quadro de MURAL interativo durante o painel, “a avaliação precisa agregar valor igual ou maior para os participantes, de forma que ela seja relacional e tenha o efeito de somar, e não subtrair”.

3. É importante não impor métodos ou abordagens:

Nesse segmento, existe historicamente uma preferência por ou maior confiança em determinados métodos e abordagens de avaliação. O financiamento geralmente depende

da comunicação de determinadas métricas ou da avaliação de tópicos de interesse dos financiadores. Consequentemente, estruturas de medição e avaliação acabam sendo impostas às organizações e influenciadas pela dinâmica de poder. David aponta que “o receio de não conseguir financiamento no futuro costuma ser suficiente para impedir as organizações de tentar coisas novas ou mudar suas metodologias”, mesmo que os métodos ou métricas não façam muito sentido. O perigo de se ater ao método ou à abordagem preferida de um financiador, independentemente do contexto ou das circunstâncias, é que isso pode significar a perda de conhecimentos e aprendizados importantes. Por exemplo, a imposição de um determinado método ou métrica sem levar em consideração o contexto ou os pontos de vista das comunidades locais pode produzir conclusões enganosas, o que significa que os achados de uma avaliação poderão não refletir corretamente as experiências das pessoas atendidas. Em vez disso, os financiadores devem mostrar-se abertos a trabalhar com os parceiros, avaliadores e comunidades para determinar os métodos e abordagens apropriados a cada contexto. A avaliação deve ser uma criação conjunta de todas as partes envolvidas.

4. Desonere os parceiros locais:

Os panelistas identificaram várias formas pelas quais os financiadores podem desonerar seus parceiros. Uma forma é falar o idioma local. Na prática, isso pode incluir a emissão de solicitações de propostas (RFPs) ou a aceitação de avaliações escritas em outros idiomas. A exigência do inglês cria uma barreira para quem não fala inglês ou para aqueles que não têm o inglês como idioma principal. Em vez de focar no trabalho que realmente importa, os parceiros estarão ocupados com a tradução de docu-

mentos. O uso do idioma local também melhora a acessibilidade das comunidades locais, garantindo assim que conseguirão avaliar, confirmar e compartilhar os achados no seu próprio idioma.

Uma segunda medida prática é não impor exigências onerosas, seja responder a RFPs longas, realizar empreitadas de coleta de dados extensas ou produzir relatórios que nada mais sejam do que formulários de múltipla escolha, sem aplicação prática. Subarna explicou como a Ford tomou medidas para simplificar seu processo de RFP para os avaliadores, inclusive eliminando as limitações de páginas para apresentações e a exigência de um orçamento detalhado ou de um plano de trabalho. Em vez disso, a Ford adota uma abordagem de alto nível, iniciando um diálogo com o(s) avaliador(es) antes da tomada de uma decisão. Em termos da coleta de dados, os financiadores podem tirar a ênfase da coleta de grandes volumes de dados que nunca serão utilizados ou que tenham relação apenas tangencial com o programa em questão. Se o assunto não tiver importância central para o programa, os parceiros não devem dedicar tempo valioso à coleta de dados sobre ele.

Em terceiro lugar, os financiadores devem comunicar claramente as suas expectativas desde o início, já no processo de RFP. Muitos avaliadores têm recebido processos de RFP pouco claros, que exigem vastos recursos financeiros e humanos, e um grande compromisso de tempo por parte do avaliador, sem expressar com clareza o que o financiador está efetivamente buscando. Os financiadores podem ajudar os avaliadores descrevendo, de forma clara, exatamente o que querem, quando e

como. Por exemplo, em uma RFP, declare os seus objetivos e apresente as perguntas de avaliação, informe o orçamento e explique o que busca de um parceiro de avaliação e seus critérios para selecionar um. Apresente um cronograma para o processo de avaliação e seleção. E, o mais importante, peça o feedback de todos os candidatos para melhorar os processos no futuro.

Quer saber o que mais esses financiadores disseram sobre a decolonização da avaliação e como isso está sendo feito nas suas organizações? A gravação completa do evento está disponível aqui.



Foto: Donson | Adobe Stock

* **Ben Bestor** é Coordenador sênior de programas e política de desenvolvimento global e aprendizagem da Interaction.

**Publicado originalmente em: <https://www.interaction.org/blog/decolonizing-evaluation-4-takeaways-from-a-donor-panel/>

Medindo o que importa - um pemakna de cada vez

*Kamala Chandrakirana**

A Indonesia for Humanity (IKa) foi criada para apoiar os movimentos pró-democracia e os sobreviventes de violações aos direitos humanos. A organização foi criada por ativistas para apoiar outros ativistas com pequenos subsídios. Desde meados da década de 1990 até o início da década de 2000, dependíamos principalmente dos doadores. Mas quando a Indonésia começou a se democratizar, muitas agências doadoras que nos tinham financiado começaram também a abrir seus próprios escritórios na Indonésia e a IKa perdeu grande parte do seu financiamento. Em 2010, iniciamos uma nova jornada, fazendo experiências com a angariação local de fundos e a mobilização de recursos locais. Com o tempo, aprendemos que dinheiro não é o único recurso; diversos elementos intangíveis, como as redes que contribuíram para a evolução da IKa, também são recursos.

Quando iniciamos esse novo percurso, não queríamos reproduzir a relação hierárquica que normalmente existe entre doadores e beneficiários. Uma das primeiras coisas que consideramos foi a natureza das nossas relações com o nosso ecossistema de parceiros e as pessoas que recebem nossos recursos. Vimo-nos como parte de uma comunidade de facilitadores num círculo de múltiplos atores que desempenham papéis diferentes, mas posicionados como iguais. Também achamos necessário redefinir a forma como medimos o sucesso e explorar uma abordagem diferente à medição.

Por que procurar uma abordagem diferente para a medição? Estávamos insatisfeitos com o sistema atual, que é extrativo e limitador em termos da compreensão da com-

plexidade do nosso trabalho. Além disso, era financeiramente inviável para nós: há toda uma indústria de monitoração e avaliação que adota um padrão de pagamento que nós nunca conseguiríamos alcançar. Mas também não queríamos simplesmente uma versão mais barata do modelo convencional. Precisávamos desenvolver um novo paradigma. Quando convidamos nossos parceiros para participar de uma forma diferente de medição, muitos abraçaram a ideia e compartilharam o quão traumático o modelo convencional havia sido para eles. Tudo isso num momento em que nós, a comunidade de ativistas e movimentos da Indonésia, passávamos por um período de reflexão, ao ver o país retroceder em termos de democracia e direitos humanos.

Naquele momento, em 2018, quando começávamos a ter essas conversas, já tinham se passado 20 anos desde o movimento reformista da Indonésia que pôs fim ao regime autoritário em 1998. Mas em 2018, as práticas autoritárias começaram a ressurgir. O discurso político nas bases mostrou que uma força grande e dominante tomara conta da imaginação das massas, especificamente da ex-

Quando convidamos nossos parceiros para participar de uma forma diferente de medição, muitos abraçaram a ideia e compartilharam o quão traumático o modelo convencional havia sido para eles. Tudo isso num momento em que nós, a comunidade de ativistas e movimentos da Indonésia, passávamos por um período de reflexão, ao ver o país retroceder em termos de democracia e direitos humanos

trema direita religiosa. Tínhamos levantado algumas questões muito específicas – como, por exemplo, qual tinha sido a nossa eficácia enquanto movimento? Isso porque as coisas pioraram depois de 20 anos de trabalho tão duro. Naquele momento de reflexão, propusemos discussões com os líderes do movimento para tentar entender a nossa eficácia, para refletir e aprender com a jornada, e compreender a importância que teria essa prática para a sustentabilidade do próprio movimento.

Além disso, lemos vários documentos, incluindo uma reflexão de Robert Chambers intitulada *Can We Know Better?* (Podemos Ser Mais Sábios?) Ele escreveu: “para tornar real a nossa retórica, precisamos clamar por uma revolução no conhecimento, no pensamento e na prática do desenvolvimento em todos os lugares, temos que transformar a forma como vemos as coisas, como nos comportamos, como interagimos, aprendemos e sabemos, e o que fazemos”. Sentimo-nos representados pela convicção de Robert Chambers de que o conhecimento não é singular e existem diversos conhecimentos. Lemos também *Measuring What Matters* (Medindo o que Importa), de Dana R. H. Doan e Barry Knight, que remete ao trabalho de Richard Tarnas, *Cosmos and Psyche: Intimations of a New World View* (Cosmos e Psique: Insinuações de uma Nova Visão de Mundo): “para entender melhor a vida e o cosmos, talvez tenhamos que transformar não apenas as nossas mentes, mas também os nossos corações. Isso porque o ser como um todo, corpo e alma, mente e espírito, estão envolvidos. Talvez tenhamos que ir não apenas para o alto e avante, mas também para dentro e fundo”.

A partir daí, embarcamos em um processo que não consistia apenas de revisar, avaliar ou medir nosso trabalho,

mas também de construir conhecimento sobre nós mesmos enquanto movimento social. Analisamos os quatro critérios de sucesso para um sistema de medição alternativo em Medindo o que Importa: “Deve ser útil e utilizado. Deve ser facilmente adaptável a diferentes contextos e interesses. Deve trazer inspiração em vez de padronização. Deve ser confiável e capacitar as pessoas e comunidades que queremos servir”. Além disso, tinha que ser acessível para uma organização pequena como a nossa, que quer continuar pequena e não se tornar uma grande organização.

“O que estamos fazendo enquanto fundo é viabilizar os passos intermediários para uma mudança que possivelmente só virá depois de uma geração inteira – talvez 25 anos – pois é assim que acontece a transformação de verdade.”

Então, qual é a abordagem que buscamos e qual a sua diferença? Primeiro, havia uma questão de linguagem. Não queríamos usar o termo “monitoramento e avaliação”. Em vez disso, criamos um novo vocabulário que deriva da palavra “*makna*”, que significa significado. A essa palavra acrescentamos o prefixo “pe” e o sufixo “an”, tornando-a “*pemaknaan*”, que significa o ato de atribuir significado. A partir disso, criamos uma nova palavra que é “*Pemakna*”, que significa o indivíduo que realiza a atribuição de significado. Tudo isso baseou-se na gramática indonésia.

O Pemakna é reconhecido como parte da nossa comunidade de facilitadores. Definimos o processo de pemaknaan como “um processo baseado no diálogo que constrói uma compreensão contextual, propicia reconhecimento afirmativo e envolve observações crítico-constructivas relacionadas aos esforços iniciados por organizações parceiras e as

O que medimos é a capacidade transformadora dos nossos parceiros e suas iniciativas. Na nossa visão, capacidade transformadora significa ter a intenção, a estratégia e a capacidade de tomar medidas preliminares ou intermediárias para alcançar a mudança transformadora

suas respectivas comunidades”. Esse processo pretende fortalecer, de forma reflexiva e estratégica, as chances que os movimentos sociais têm de alcançar mudanças transformadoras.

O que medimos é a capacidade transformadora dos nossos parceiros e suas iniciativas. Na nossa visão, capacidade transformadora significa ter a intenção, a estratégia e a capacidade de tomar medidas preliminares ou intermediárias para alcançar a mudança transformadora. Embora sejamos uma organização pequena que concede pequenos financiamentos a organizações de base, também pequenas, a nossa pauta e propósito são gigantes: promover a transformação social. Queríamos encontrar uma forma de dizer



Foto: Gaelle Marcel | unsplash

com segurança que recursos modestos para pequenas iniciativas podem contribuir para mudanças transformadoras, se houver intenção, estratégia e capacidade. O que estamos fazendo enquanto fundo é viabilizar os passos intermediários para uma mudança que possivelmente só virá depois de uma geração inteira – talvez 25 anos – pois é assim que acontece a transformação de verdade.

Um dos princípios do nosso método é celebrar a subjetividade. Isso contrasta com o objetivo predominante de medir objetivamente. Trazemos pensadores-ativistas experientes que contribuem com experiências ricas, profundas e por vezes até mesmo dolorosas da luta por mudanças transformadoras em circunstâncias difíceis. Acreditamos que esse contexto contribuirá positivamente para dar sentido às iniciativas comunitárias que apoiamos. Queremos que o nosso processo abra espaços coletivos para aprendizagem compartilhada, envolvendo uma abordagem relacional baseada na confiança e na atenção plena. Tudo isso deve ser feito com base na ética do cuidado.

“Um dos princípios do nosso método é celebrar a subjetividade.”

O outro elemento distintivo do nosso modelo é a representatividade. Quem está realizando o ato de atribuir sentido? Não queremos chamá-los de avaliadores. Nós os chamávamos de pemakna – um observador-mentor qualificado, com boa compreensão das dinâmicas sociais, políticas e econômicas da sociedade, que defende a justiça, os direitos humanos e a sustentabilidade ecológica. Essa pessoa também deve se mostrar disposta a atuar com independência e espírito de solidariedade. Procuramos pessoas que se encontram

dentro do movimento, mas que ainda sejam capazes de agir e analisar com independência. Também procuramos pessoas que trabalhem por solidariedade, pois não pagamos bem por isso. Pagamos ao pemakna o equivalente ao salário mensal de um motorista de ônibus. Os pemakna devem ser atuantes na sua comunidade, devem ter conhecimentos individuais e interesse em contribuir para a construção do conhecimento na busca da transformação social. Quando convidamos pessoas para atuar como pemakna, não pedimos que nos ajudem a analisar nossas doações. O que lhes propomos é: “Quer se juntar a nós na construção de conhecimento do zero sobre o trabalho de transformação social?”

A abordagem pemaknaan fundamenta-se na subjetividade do pemakna, que traz um determinado ponto de vista e uma compreensão específica, relevante para fortalecer o trabalho dos movimentos em vista da transformação social.

O primeiro passo é procurar parceiros locais interessados nesse exercício de construção de conhecimento. E aí trabalhamos com eles para entender as suas necessidades de aprendizagem. Perguntamos que tipo de aprendizagem necessitam, e em seguida, perguntamos: se fôssemos buscar um pemakna para atender às suas necessidades, que tipo de critério gostariam que considerássemos? Com base nisso, identificamos os candidatos e perguntamos se estão dispostos a atuar como pemakna. Fazemos uma sessão de orientação para apresentar o modelo – pois é relativamente novo. Depois disso, cada pemakna interage diretamente com os parceiros locais específicos. Além disso, realizamos sessões de aprendizagem cruzada entre os pemakna para que eles também possam aprender uns com os outros. Depois de fazerem suas anotações, reunimos todos para compartilhar o que aprenderam

e discutir opções para avançar. Todo o processo é auxiliado por um facilitador de aprendizagem. Os *pemakna* que selecionamos tendem a ser pessoas reflexivas, que gostam de escrever e têm muitos anos de experiência. Estamos bem-posicionados para encontrar essas pessoas porque o Ika faz parte do ecossistema dos movimentos sociais. Não chamamos seus textos de relatórios, mas sim de notas, indicando que se trata de conversas em andamento, sem aquele sentido de finalidade que a palavra “relatório” tende a transmitir.

Para celebrar e localizar a subjetividade de cada *pemakna*, pedimos que escrevam um pouco sobre quem são e qual a sua relevância para a missão das organizações locais com que vão trabalhar. Pedimos então que discorram sobre o seu entendimento do campo e a dinâmica das operações dos nossos parceiros locais. Pedimos também que compartilhem conosco as suas observações sobre o processo de diálogo com os parceiros. A partir daí eles apresentam algumas conclusões sobre as suas impressões da capacidade transformadora dos parceiros.

Nosso trabalho visa ao aprendizado no longo prazo, considerando que, com o tempo, construiremos novos conhecimentos e *insights* do zero. A abordagem *pemakna* foi concebida como uma alternativa aos modelos convencionais de monitoração, avaliação e aprendizagem (MAA), historicamente concebidos pelos doadores, e é aplicada como uma complementação (e não em substituição) dos mesmos. Para nós, reconhecer a multiplicidade e a diversidade de propósitos é crucial para medir as realidades complexas da transformação social.

* **Kamala Chandrakirana** é Membro do Conselho Executivo da organização Indonesia for Humanity (Ika)

** Publicado originalmente em: <https://globalfundcommunityfoundations.org/blog/measuring-what-matters-one-pemakna-at-a-time/>

Práticas ancestrais indígenas e negras e filantropia comunitária nas Américas

Gaby Boyer e Circe Peralta*



Foto: Rede de Turismo Comunitário do Austro Pakariñan

Durante séculos, as comunidades da América Latina e do Caribe têm promovido práticas de apoio recíproco. O fortalecimento da confiança mútua, organização de ativos e a capacitação ajudam as pessoas a se adaptarem às condições e oportunidades em constante mudança, formando as bases de uma prática global crescente chamada filantropia comunitária, que busca alcançar resultados duradouros que interessam às comunidades, às organizações locais da sociedade civil e a doadores.

As comunidades indígenas e negras têm práticas vibrantes e emergentes de apoio comunitário mútuo transmitidas por gerações, desde o tequio ou faena no México até a minga/minka no Equador, Peru e partes da Colômbia.

O reconhecimento e a contabilização dos recursos não-financeiros (como horas de trabalho voluntário) que as organizações de base trazem para uma iniciativa podem gerar valor para as comunidades. Como mostram os exemplos a seguir, extraídos de meu trabalho com donatários de uma agência federal de ajuda internacional chamada Inter-American Foundation (IAF), as organizações sem fins lucrativos geralmente aproveitam essas tradições e seus ativos locais para melhorar a vida dos membros da comunidade.

As comunidades indígenas e negras têm práticas vibrantes e emergentes de apoio comunitário mútuo transmitidas por gerações, desde o tequio ou faena no México até a minnga/minka no Equador, Peru e partes da Colômbia.

Honrar os mortos expressando solidariedade

Kombit refere-se, em crioulo haitiano, ao trabalho comunitário. A tradição haitiana contribui para um espírito de comunidade e unidade por meio de conquistas compartilhadas. Em uma visita da equipe da IAF a possíveis donatários, vimos isso em ação. As líderes da Association des Femmes pour l'Avancement de Deschamps (OSAFAD), uma organização candidata, explicaram que tiveram que sair da reunião mais cedo porque estavam organizando um Kombit Lesiv Lanmò para lavar roupa juntas à beira do rio para uma associada que havia perdido um parente recentemente.

Dieusibon Pierre-Merite, ponto focal da IAF no Haiti, destacou ainda: "Essa atividade fortalece a coesão entre membros do grupo e também o orgulho de ser membro dessa associação e da comunidade, e muitas vezes pode ajudar outra pessoa em situação de adversidade". A OSAFAD também organizou fundos comu-

nitários para comprar ingredientes para que outro grupo pudesse preparar comida para a família. Korbit destaca a importância da solidariedade para unir as comunidades durante emergências ou momentos trágicos.

Oaxaca: Uma rede de reciprocidade e apoio mútuo

O tequio reúne as comunidades indígenas mexicanas para a realização de um trabalho, como a tradição de levantar celeiros na América rural. Espera-se que todos participem da manutenção de suas estradas e rodovias, da construção de projetos de infraestrutura, como pequenas represas, ou da coleta de lixo no parque após uma celebração na cidade. Teresa Morales, antropóloga da Unión de Museos Comunitarios de Oaxaca, donatária da IAF, explica: “É o princípio da reciprocidade, de compartilhar seus próprios esforços em troca dos esforços do vizinho”. Quando os terremotos tornaram as estradas de Oaxaca intransitáveis em 2017, as comunidades cuidaram não apenas de si mesmas, mas também de outras comunidades próximas. Como lembra Luis

Ruiz, diretor da Fundación Comunitaria Oaxaca, donatária da IAF, as comunidades sem maquinário usaram o tequio para limpar as estradas afetadas: “Você encontrava moradores de comunidades mais ao norte limpando as estradas [bloqueadas] no sul.”



Foto: Mural da juventude,
Fundação Comunitária Oaxaca

Nos municípios autônomos do sul do México, as mulheres estão cada vez mais liderando a prática do tequio. Em comunidades de Oaxaca, como Teotitlan del Valle, famosa por suas tecelagens, as mulheres começaram a assumir novos papéis de liderança. Sofia Gutiérrez, 72 anos, foi a primeira mulher a supervisionar todas as terras comuns, incluindo florestas e cursos d'água, acompanhando a participação das pessoas no tequio. Sua filha, Pastora Gutierrez Reyes, está à frente da Vida Nueva, uma cooperativa de mulheres tecelãs com mais de 25 anos de experiência empresarial, financiada em parte pela IAF. Pastora se inspira na liderança de sua mãe, demonstrando que “além do enorme compromisso, [as mulheres] têm a capacidade e cada vez mais o treinamento formal necessário para assumir posições de liderança voluntária”.

Minga/Minka nos Andes: pedir ajuda prometendo algo

A palavra minga ou minka significa “pedir ajuda prometendo algo” em quíchua. As pessoas têm usado a minga para reunir membros da comunidade para fazer a colheita ou construir estradas e prédios desde antes de o império inca dominar a Cordilheira dos Andes (atual Peru, Equador e Colômbia).

Para Elizabeth Carrión, da donatária da IAF Red de Turismo Comunitario del Austro Pakariñan (Pakariñan), no Equador, a minga é mais do que apenas uma atividade. A minga é uma instituição que solidifica a governança e as normas culturais de uma comunidade. Carrión compartilha: “Não é apenas trabalho. As pessoas gostam de compartilhar umas com as outras e se divertir.” No Equador, os jovens participam da minga desde cedo entre as comunidades indígenas,

juntando-se a comitês mensais designados para agricultura, cuidados com os animais, turismo ou gestão da água.

A Pakariñan trabalha com organizações comunitárias e escolas locais para promover oportunidades e habilidades de liderança entre mulheres e meninas. Carrión explica que elas conectam o treinamento com a minga: “Introduzimos o ‘treinamento recíproco’, o que significa que, depois que um grupo de mulheres participa de um workshop, elas replicam os conceitos da oficina com outras em suas próprias comunidades.”

Contabilização de práticas ancestrais: valor para a comunidade

Doadores, nacionais e internacionais, estão começando a reconhecer essas práticas ancestrais como parte de um co-investimento da comunidade. As organizações de base sabem que capitalizar essas práticas ancestrais, em vez de mudá-las, ajuda-as a articular melhor com os outros o fato de que essas tradições são essenciais para que suas iniciativas sejam eficazes a longo prazo.

Membros da comunidade estão prontos para investir horas extras de seu próprio tempo ou oferecer suas terras para promover práticas agrícolas mais sustentáveis, por exemplo, para que outros as adotem adequadamente.

Há milênios, os costumes tradicionais, como o tequio no México e a minga nos Andes, reúnem os membros da comunidade para a colheita ou construções. Os doadores entendem que levar em conta a confiança das pessoas e a capacidade local construída ao longo do tempo e sua ca-

pacidade de mobilizar recursos locais para um objetivo comum mostra um nível de coesão e orgulho que pode influenciar a qualidade de vida das pessoas que vivem em comunidades com menos recursos. O reconhecimento desses ativos também pode alterar as relações de poder e aumentar as expectativas por autossuficiência. Isso fortalece a promessa de que uma iniciativa lançada por meio da filantropia mais formal continuará a existir no futuro, pois pode ser incorporada à prática comunitária.

Financiadores no México, como a Comunalia, uma rede de fundações comunitárias mexicana, usam essa estratégia para também tornar os processos de desenvolvimento mais inclusivos e transmitir a mensagem de que todos os membros e instituições da comunidade podem ser filantropos. Durante a pandemia da COVID-19, a Comunalia lançou o fundo Comunidades Ativas, no qual os US\$ 4,8 milhões angariados pelas fundações comunitárias ajudaram a mobilizar US\$ 7,34 milhões em contribuições não-financeiras das comunidades. Grande parte desse valor foi contribuído por meio de horas de trabalho voluntário associadas a práticas ancestrais.

Doadores, nacionais e internacionais, estão começando a reconhecer essas práticas ancestrais como parte de um co-investimento da comunidade. As organizações de base sabem que capitalizar essas práticas ancestrais, em vez de mudá-las, ajuda-as a articular melhor com os outros o fato de que essas tradições são essenciais para que suas iniciativas sejam eficazes a longo prazo.

O apoio mútuo no âmbito da comunidade proporciona resiliência. Essas tradições milenares deixam claro que as pessoas estão doando em nível local e apoiando o desenvolvimento comunitário na América Latina e no Caribe. Esse apoio mútuo torna as comunidades mais resistentes em tempos de crise

Jennifer Arias, da Fundación Comunidad, no estado de Morelos, no sul do país, resumiu suas observações para a IAF em espanhol. Uma tradução simples de seu comentário diz o seguinte: “Para tornar visível a contribuição das organizações de base, a Fundación Comunidad se esforça para monetizar essas contribuições a fim de visualizar para as comunidades – mas também para outros – como mobilizarmos os recursos locais. Isso só é possível com fortes laços de capital social entre os residentes, laços que promovem a confiança e os esforços de ajuda mútua. Isso nos permite ter um relacionamento horizontal com organizações de base e afirmar a autonomia das organizações comunitárias.”

O apoio mútuo no âmbito da comunidade proporciona resiliência. Essas tradições milenares deixam claro que as pessoas estão doando em nível local e apoiando o desenvolvimento comunitário na América Latina e no Caribe. Esse apoio mútuo torna as comunidades mais resistentes em tempos de crise. Como resume Morales, “a única maneira de ter saúde, prosperidade e até mesmo bem-estar espiritual é participar e reafirmar a disposição de fazer parte

de um tecido coletivo que age em unidade. As organizações de base de toda a região têm aproveitado essas tradições filantrópicas comunitárias há décadas e valorizam essas várias expressões como ferramentas de desenvolvimento.

Muitos doadores internacionais, inclusive a IAF, estão seguindo o exemplo dessas organizações de base, onde as pessoas estão doando, compartilhando e ajudando todos os dias. Na IAF, aprendemos que a valorização desses ativos comunitários tangíveis e intangíveis existentes – como a solidariedade – reenergiza formas locais de doação como minga, tequio ou kombit. Como observou um de nossos parceiros donatários de Oaxaca, “a valorização dessas práticas profundamente enraizadas pode se tornar um ciclo virtuoso”. Isso recompensa a comunidade por trabalhar coletivamente e confiar uns nos outros, criando um incentivo para manter essas práticas quando virem resultados tangíveis.

Esses atos gerados pela comunidade e tudo o que eles alcançam também respondem ao mito difundido no campo do desenvolvimento internacional de que somente doadores ricos podem empreender esforços filantrópicos. As iniciativas de filantropia comunitária demonstram que essas práticas podem mobilizar, atrair e alocar os megadólares para os investimentos necessários.

* **Gabriela Boyer** é líder regional de filantropia comunitária da Inter-American Foundation (IAF). Durante seus quase 20 anos na IAF, o trabalho de Gaby apoiou um grupo diversificado de organizações de base e redes de organizações da sociedade civil em toda a América Latina e Caribe. Circe Peralta é consultora de organizações da sociedade civil mexicana e financiadores internacionais. Atuou como membro do conselho e diretora executiva da Malinalco Community Foundation, sediada no Estado do México, por 10 anos. Ela também trabalhou com o Fund for the Enabling of School Spaces e com o Voices and Visions of Malinalco.

** **Agradecimentos**

Os autores estendem sua gratidão a Eliana Elias (Minga Peru) por seus comentários atenciosos e sua experiência sobre a prática andina da minga e sua contribuição para o desenvolvimento local na região andina da América do Sul.

*** Publicado originalmente em: <https://johnsoncenter.org/blog/indigenous-and-afro-descendent-ancestral-practices-and-community-philanthropy-in-the-americas/>

A filantropia colaborativa tem origem na prática comunitária africana: precisamos reivindicá-la

Samra Ghermay*



Foto: Freepik

Quem me conhece sabe que eu adoro um bom provérbio africano. Cresci ouvindo esses ditados como comentários sobre as minhas ações – os julgamentos não tão silenciosos sobre a qualidade das minhas tarefas, as perguntas do tipo “você tem certeza disso” relacionadas às minhas decisões, as lições de vida a serem reveladas por um respeitador ancião, que aguardava a oportunidade de transmiti-las a mim. Os provérbios estão embutidos nas nossas histórias e é como os meus anciãos comunicavam mensagens a mim e às minhas irmãs, e como éramos tacitamente instruídas a fazer certas coisas. Os provérbios eram essencialmente um jogo em código. E nós aceitamos o desafio com alegria e com isso amadurecemos ainda mais.

Na filantropia, todos nós já ouvimos e muito provavelmente já usamos o provérbio africano: *“É preciso uma aldeia inteira para se educar uma criança”*.

Acho até que já está batido, então prefiro este outro, que costumava usar muito mais: *“Se quiser ir rápido, vá sozinho. Se quiser ir longe, vá acompanhado”*.

Sim, esta citação já foi atribuída a Cory Booker, Warren Buffet, Hillary Clinton, Al Gore e muitas outras pessoas, que a usaram para potencializar seus discursos, declarações e publicações nas redes sociais. O único aspecto ‘coletivo’ disso é que todos decidiram ‘juntos’ que a homogeneização de provérbios africanos é um bom negócio. Ainda assim, isso não diminui o fato de que os provérbios tiveram origem em culturas africanas para tratar de temáticas como união, ações coletivas, redes de trabalho e cooperação. Nossos provérbios comunicam fatos históricos, percepções, revelações, ideias e aprendizados, e, o mais importante, eles têm comunidade e parceria como pontos centrais.

Os provérbios tiveram origem em culturas africanas para tratar de temáticas como união, ações coletivas, redes de trabalho e cooperação. Nossos provérbios comunicam fatos históricos, percepções, revelações, ideias e aprendizados, e, o mais importante, eles têm comunidade e parceria como pontos centrais

A filantropia colaborativa já está no cerne de muitas sociedades comunitárias indígenas e africanas. Na verdade, foi a colaboração e a mobilização de recursos junto às comunidades da diáspora que sustentaram as lutas pela libertação, que levaram à independência do domínio colonial.

O provérbio sobre “ir acompanhado” que mencionei reforça um conceito cada vez mais predominante na área de captação de recursos – que a colaboração e o trabalho em conjunto são muito mais sustentáveis que a individualidade.

Dos provérbios à prática

A filantropia colaborativa já está no cerne de muitas sociedades comunitárias indígenas e africanas. Na verdade, foi a colaboração e a mobilização de recursos junto às comunidades da diáspora que sustentaram as lutas pela libertação, que levaram à independência do domínio colonial. Na esteira do pan-africanismo, um movimento baseado na crença de que a unidade é fundamental para o progresso socioeconômico e político, líderes africanos, como o primeiro presidente da Tanzânia, Mwalimu Julius Nyerere, reconheceram que a luta contra a colonização era um fio condutor, uma experiência compartilhada que poderia unir as nações africanas.

Assim nasceram ideologias fundamentadas no espírito de união, construídas a partir de provérbios e

postas em prática em prol da soberania futura das nações africanas. Isso permitiu a disseminação de práticas comunitárias africanas como Mbongi (que se traduz como casa sem quartos) para além da região do Congo, Ujamaa (também o quarto princípio do Kwanzaa em torno da economia cooperativa), que serviu de base para as políticas de desenvolvimento da Nyerere na Tanzânia após a sua independência, e Ubuntu da África Austral, onde o termo é usado para transmitir uma crença no vínculo universal da humanidade. Eu argumentaria ainda que a assembleia Shir da Somália, os tribunais Gaçaça de Ruanda e os Judiyais do Sudão do Sul são todos pilares fundamentais de reconciliação e cura comunitária.

Estes são apenas alguns exemplos dentre muitos que retratam a história, a harmonia e o poder das ideologias colaborativas e da ação coletiva nas sociedades africanas.

A colonização da filantropia colaborativa

Ouvi pela primeira vez o termo “filantropia colaborativa” ligado a uma grande fundação no início de

Apesar da sua crescente popularidade em nosso léxico, ele não dá o crédito devido às comunidades que a vêm praticando, nem reconhece a história da prática de captação de recursos que promove o cuidado da comunidade como um todo.

2019, mas este termo (também conhecido como filantropia de impacto) tem ganhado muita força nos últimos anos. Apesar da sua crescente popularidade em nosso léxico, ele não dá o crédito devido às comunidades que a vêm praticando, nem reconhece a história da prática de captação de recursos que promove o cuidado da comunidade como um todo.

Na verdade, ele foi cooptado para caber dentro de um ambiente institucional, e parece incorporar uma motivação diferente, uma motivação que ignora os atores-chave.

Hoje em dia, ele remete ao trabalho de financiadores e doadores ricos junto a organizações sem fins lucrativos em prol de uma causa social. A estrutura da filantropia de impacto não focaliza nos territórios nem leva em conta as práticas comunitárias de mobilização de recursos. Ao contrário, ela reforça a dinâmica de poder dos ricos sobre os mais importantes colaboradores: as pessoas a que elas servem.

Dada a relação do tipo investidor da filantropia de impacto e considerando que o dinheiro vem do setor privado e de indústrias lucrativas, ele

Dada a relação do tipo investidor da filantropia de impacto e considerando que o dinheiro vem do setor privado e de indústrias lucrativas, ele pode evocar uma sensação transacional em vez de transformadora. O verdadeiro sentido da filantropia colaborativa deve ser combater os danos do capitalismo e do colonialismo – deve combater a noção de que são os financiadores que criam e cultivam estratégias para a mudança social.

pode evocar uma sensação transacional em vez de transformadora. O verdadeiro sentido da filantropia colaborativa deve ser combater os danos do capitalismo e do colonialismo – deve combater a noção de que são os financiadores que criam e cultivam estratégias para a mudança social.

Acredito que nós, como comunidades e líderes comunitários, temos que nos reapropriar do termo e da ideologia. Essa reapropriação ajudará a garantir que as organizações sem fins lucrativos possam receber recursos consideráveis para superar com sucesso e de forma sustentável as barreiras sistêmicas, a fim de transformar e elevar as comunidades de cor.

Reapropriação

Recentemente, escrevi um artigo para o Candid com título *“A captação de recursos só será inclusiva quando reconhecemos o legado de doação das comunidades de cor”*. Nele, eu observo como a doação baseada na identidade é, há gerações, um meio eficaz de permitir a grupos alinhados em torno de crenças se reunirem e promoverem ativamente mudanças para tratar as causas centrais dos problemas sistêmicos de suas comunidades. No artigo, eu cito os exemplos dos círculos de empréstimos Tanda liderados por membros da comunidade Latinx, de Susus nas comunidades de imigrantes da África Ocidental, e de Ukub da minha própria terra natal, a Eritreia.

Esses tipos de apoio coletivo por afinidade são frequentemente ignorados (nos Estados Unidos) e não têm o mesmo reconhecimento que o apoio de doadores

A filantropia é repleta de complexidades que contribuíram para uma longa história de exclusão e paternalismo. É preciso exigir uma colaboração verdadeira, permitindo um processo democrático onde todas as partes envolvidas, incluindo as comunidades, possam ser vistas, ouvidas e celebradas.

brancos ricos e fundações estabelecidas. Tanda, Susus e Ukub, entre outros, são verdadeiramente colaborativos, pois são autênticos, intencionais e consensuais.

Precisamos continuar a reconhecer o legado da mobilização de recursos comunitária, reafirmando e conferindo representatividade aos membros das nossas comunidades, onde trabalhamos coletivamente em prol de um objetivo e não de uma meta final. Precisamos desafiar e conquistar os “ismos” prejudiciais ao trabalho de transformação que realizamos. Precisamos reconhecer o impacto das práticas tradicionais e da colaboração nas nossas comunidades.

A filantropia é repleta de complexidades que contribuíram para uma longa história de exclusão e paternalismo. É preciso exigir uma colaboração verdadeira, permitindo um processo democrático onde todas as partes envolvidas, incluindo as comunidades, possam ser vistas, ouvidas e celebradas. Essa abordagem permitirá uma transição mais suave para a construção do movimento necessário para promover uma verdadeira mu-

dança social. Precisamos deixar de lado a mentalidade que tem como foco a captação de recursos sem colaboração. Caso contrário, soaremos muito como o autor e principal defensor do colonialismo, Rudyard Kipling, que certa vez afirmou que: *“Anda mais rápido aquele que anda sozinho”*.

Em outras palavras, precisamos da colaboração para inspirar ações de incidência e reafirmar nosso trabalho para que, juntos, possamos ir longe na criação de mudanças duradouras.

Foto: Matthew Spiteri | unsplash



* **Samra Ghermay** traz seu forte compromisso com a justiça social e os direitos humanos para o Wingo NYC e seus clientes, não apenas como uma expressão de sua ideologia, mas como resultado de suas experiências da vida. Ela é uma feminista negra e imigrante orgulhosa nascida na Eritreia, que hoje mora no bairro de Brooklyn. A carreira de Samra baseou-se no reconhecimento, inclusão, acesso e bem-estar de grupos historicamente sub-representados. Samra administrou um treinamento em captação de recursos para beneficiários da Fundação Arcus baseados na África e colaborou com as missões da UNICEF, o Projeto Horn of Africa da UC Berkeley, o Projeto Restless Development, Sadie Nash Leadership e a Iniciativa de Jovens Líderes Africanos do Presidente Barack Obama, para citar apenas alguns. Ela também é membro do Conselho da Aliança Negra para a Imigração Justa (BAJI). Samra tem bacharelado em Estudos Interdisciplinares pela UC Berkeley e mestrado em Assuntos Internacionais com ênfase em Notícias, Mídia e Cultura pela The New School University. Ela morou em Eritreia, Mali e Tanzânia e viajou para inúmeras outras regiões do mundo. Ela está disponível para contato pela rede [LinkedIn](#).

**Publicado originalmente em: <https://communitycentricfundraising.org/2021/06/14/collaborative-philanthropy-is-rooted-in-african-communal-practice-lets-reclaim-it/>

2

filantropia
independente,
democracia e
transformação

As filantropias que transformam existem e resistem, e reforçam um chamado a olharmos para esses modos de fazer, que fomentam as lutas pela garantia e defesa de direitos e que impulsionam transformações ao apoiar atores e atrizes da sociedade civil. O fortalecimento da sociedade civil e, conseqüentemente, da democracia sob a lente do acesso e garantia de direitos, é chave para impulsionar processos transformadores.

Mapeamento realizado pela Rede Comuá em parceria com a ponteAponte sobre fundos temáticos, comunitários e fundações comunitárias independentes que trabalham com doações para organizações da sociedade civil nas áreas de justiça social e desenvolvimento comunitário identificou 31 delas em diferentes regiões e agendas prioritárias.

Ao apoiar organizações de base e movimentos através de recursos financeiros e não-financeiros, a filantropia tem o potencial de impulsionar mudanças estruturais e contribuir para uma sociedade mais equitativa e justa no Brasil.

Foto: Shane Rounce | unsplash



Para além do discurso: qual o compromisso real da filantropia com a transformação?

*Graciela Hopstein e Jonathas Azevedo**

Em meio a um contexto de polícrise, a transformação da filantropia é urgente e demanda compromissos reais de atores e atrizes do setor com movimentos e organizações da sociedade civil. Entre os dias 3 e 5 de outubro, Nairobi, capital do Quênia, foi palco do primeiro WINGSForum pós-pandemia de Covid-19. Encontro global da rede de filantropia WINGS, o evento foi coorganizado pela African Philanthropy Network, também parceira da Rede Comuá no âmbito do Programa Doar para Transformar, e reuniu 350 pessoas de mais de 50 países sob o mote “transformar a filantropia para transformar o mundo”.

Em meio à preparação ao evento, WINGS também capitaneou a Iniciativa de Transformação da Filantropia (Philanthropy Transformation Initiative, em inglês), “um esforço colaborativo para reunir princípios, materiais e histórias de todo o mundo e construir um movimento para transformar a filantropia para que ela possa atingir todo o seu potencial”. Além do sítio eletrônico, a iniciativa lançou um relatório e um conjunto de casos que exemplificam como já existem atores e atrizes filantrópicos promovendo a transformação.

Assim, o tom da conferência estava dado e o chamado para a filantropia ficou evidente:

“O tema deste ano baseou-se na **necessidade de nos transformarmos e nas nossas formas de trabalhar** para enfrentar a escala, a complexidade e a urgência da polícrise global – o conjunto de riscos globais interligados que

representam uma ameaça para nós como humanidade. Como organizações filantrópicas, **devemos transformar a nós mesmos, as nossas práticas e as nossas instituições.** Para fazer isso, **precisamos nos unir para aprender uns com os outros e compartilhar ideias, soluções e caminhos para a mudança.**” (Tradução e grifos dos autores)

Nas plenárias, diferentes perspectivas sobre como essa transformação pode (ou deveria) se dar foram debatidas. Dos cantos do povo suruí, proferidos pela coordenadora do Movimento da Juventude Indígena de Rondônia e guerreira Txai Suruí, passando pelo poder da juventude no Japão, representada por Rena Kawasaki, da Earth Guardians Japan, na promoção de mudanças e da inovação, às fortunas de bilionários filantropos e até diplomatas, o WINGS Fórum trouxe visões diversas sobre o papel da filantropia em meio a um mundo de policrise, mas deixou também evidente que o campo filantrópico tem um longo caminho a percorrer no que se refere a mudanças de princípios, práticas e lógicas de poder que realmente estejam comprometidas com a transformação do setor.

Certamente, WINGS deu um grande passo pautando a necessidade de conectar as práticas da filantropia aos processos de transformação, entretanto ficou evidente ao longo do encontro que as práticas e visões tradicionais e conservadoras continuam presentes e pautando o campo. Inclusive em alguns casos, essas formas de fazer filantropia se instalam como verdades universais, como práticas unívocas.

É importante que esses espaços estejam preparados para travar debates profundos e inclusive uma “guerra de narrativas”, absolutamente imprescindíveis nos tempos

Certamente a presença dessas agendas no Fórum deve ser entendida como uma conquista, como o resultado do trabalho de incidência que um conjunto de organizações e redes do Sul Global principalmente vêm fazendo para reconhecer problemas e desafios no campo, bem como também de outras e novas práticas filantrópicas.

atuais, que precisam de novos posicionamentos ético-políticos para poder enfrentar a profunda crise que estamos atravessando nos campos político e socioambiental. Não se trata de promover apenas discursos recheados de palavras de ordem, mas de colocar de forma pública debates e reflexões baseadas em práticas concretas, adquirindo dessa forma um caráter material, evitando cair em modismos ou em apropriação de agendas que sem sustentação no plano real terminam sendo completamente esvaziadas.

**A filantropia precisa dar
espaço às filantropias
(no plural)**

O Fórum buscou trazer novas agendas e vozes nas discussões através de debates em torno de temas como o poder, decolonização da filantropia, taxação de grandes fortunas etc. Certamente a presença dessas agendas no Fórum deve ser entendida como uma conquista, como o resultado do trabalho de incidência que um conjunto de organizações e redes do Sul Global principalmente vêm fazendo para reconhecer problemas e

desafios no campo, bem como também de outras e novas práticas filantrópicas. Se bem esse foi um passo significativo, ainda temos muito para desconstruir considerando que se trata de um fórum (e de uma rede) que envolve prioritariamente organizações filantrópicas de grande porte (filantropia tradicional) e nem sempre muito abertas para reconhecer a chegada de novas agendas e atores, principalmente do Sul Global. De fato, não existe uma única filantropia, mas diversas filantropias, envolvendo diversas visões e pautas que ainda precisam ocupar um lugar central nos debates com as quais certamente o WINGS está comprometido, mas que ainda precisam ganhar espaço e reconhecimento.

**A filantropia não é a
protagonista, mas apenas
mais um ator na promoção
das transformações**

A transformação só vai acontecer com um comprometimento real de atores da filantropia com quem está na linha de frente e protagonizando essas transformações – os movimentos sociais, as organizações da sociedade civil, lideranças comunitárias e populações cujos direitos lhes são historicamente negados. Embora olhar para si e promover transformações de suas práticas e modos de fazer seja urgente e necessário, a filantropia precisa reconhecer seu lugar no apoio a processos de transformação promovidos por es-

A filantropia precisa reconhecer seu lugar no apoio a processos de transformação promovidas por esses grupos sem cooptar, esvaziar ou até mesmo impor agendas. A luta desses atores e atrizes da sociedade civil é, acima de tudo, política e sua autonomia deve ser respeitada e garantida.

ses grupos sem cooptar, esvaziar ou até mesmo impor agendas. A luta desses atores e atrizes da sociedade civil é, acima de tudo, política, e sua autonomia deve ser respeitada e garantida.

A transformação já está acontecendo, mas onde estão os recursos?

Como mostram a já mencionada Philanthropy Transformation Initiative (PTI) e o Mapeamento de organizações doadoras da filantropia independente no Brasil, realizado pela Rede Comuá em parceria com a ponteAponte, as filantropias que transformam existem e resistem. No relatório da PTI, por exemplo, está o caso do projeto Traçando Caminhos para o Bem Viver, do Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), membro da Rede Comuá, em parceria com a Associação Wirazu e Guerreiras da Floresta. Já no Mapeamento, temos um primeiro retrato do trabalho realizado por 31 organizações doadoras da filantropia independente. Durante o fórum, as falas de Txai Suruí e de Rena Kawasaki, mencionadas acima, também evidenciam outras práticas.

Ao mesmo tempo em que tais exemplos representam futuros do que essa(s) filantropia(s) transformadora(s) pode(m) ser, reforçam também um chamado a olharmos para esses modos de fazer filantropia, como a representada pela filantropia independente no Brasil, que já existem e lutam pela garantia e defesa de direitos e que impulsionam transformações ao apoiar atores e atrizes da sociedade civil em suas lutas.

No entanto, ainda permanece uma pergunta-chave: onde está o dinheiro para esses processos de transformação? No Brasil, o Censo GIFE 2020, por exemplo, denota o

baixo volume de recursos destinados a pautas ligadas a luta de minorias políticas – apenas 5% das organizações filantrópicas associadas ao GIFE financiam diretamente iniciativas voltadas à questão racial; 9% às mulheres; 3% às comunidades LGBTQIA+ e 4% a pessoas com deficiência. Ou, como mostra a pesquisa da Iniciativa PIPA, que organizações de periferias vivem com menos de R\$5.000 por ano. A nível internacional, o relatório Onde está o dinheiro para movimentos feministas negros? (em tradução livre), organizado pelo Black Feminist Fund, também mostra que 53% das organizações lideradas por feministas negras não têm recursos suficientes para sobreviver ao próximo ano fiscal.

Quais, então, são os caminhos possíveis?

Para a Rede Comuá, falar de transformação na filantropia não é uma novidade, mas sim a realidade do trabalho que as organizações membro promovem nos campos da filantropia comunitária e de justiça socioambiental. Para a Rede, o apoio, através de doações (financeiras e não-financeiras) a organizações, movimentos, coletivos da sociedade civil em sua luta por acesso a direitos exerce um papel estratégico na transformação. Em outras palavras, o fortalecimento da sociedade civil e, conseqüentemente, da democracia sob a lente do acesso e garantia de direitos, é chave para impulsionar processos transformadores.

A delegação brasileira no WINGS Fórum

Um grupo significativo de representantes de organizações brasileiras que atuam no campo da filantropia e

do ISP esteve presente em Nairobi: profissionais da equipe executiva da Rede Comuá e quatro organizações associadas – Tabôa, Fundo Baobá para Equidade Racial, Elas+ Doar para Transformar e Fundo Agbara – Iniciativa PIPA, GIFE, ABCR, IDIS e também de fundações familiares.

Certamente, a participação de organizações da filantropia foi significativa em termos de representação, o que indica que o Brasil conta com um ecossistema desenvolvido, diversificado e engajado com as agendas da filantropia. Entretanto, teria sido interessante que a delegação brasileira estivesse mais articulada e ativa na condução de sessões e debates para mostrar não apenas a sua relevância na região, mas também para dar visibilidade para algumas das agendas significativas e práticas no campo, que poderiam servir de referência para a filantropia latino-americana.

Reflexões finais: quais os caminhos trilhados e que precisamos fortalecer?

O Fórum deixa, finalmente, um recado sobre organização política. O encontro em Nairobi facilitou um espaço para fortalecer articulações globais de atores e atrizes do setor comprometidos com a transformação que embora não foram a maioria, são relevantes do ponto de vista do engajamento com essa agenda. Ao reunir pessoas e organizações comprometidas com movimentos como o #ShiftThePower, a aliança Doar para Transformar e outros representantes de organizações e movimentos da sociedade civil, a conferência foi um momento de estreitamento de vínculos, alinhamento de agendas e, acima de tudo, de organização.

A Rede Comuá, por exemplo, junto com Kenya Community Development Foundation (KCDF) e Wilde Ganzen, também parceiras no Programa Doar para Transformar, promoveu uma sessão paralela chamada Transformative Philanthropy: Strengthening civil society when human rights are under attack (Filantropia transformadora: fortalecendo a sociedade civil quando direitos humanos estão sob ameaça, em tradução livre), em que se discutiu o papel da filantropia comunitária e de justiça social na promoção e defesa de direitos em contextos de crescente restrição do espaço cívico e ataques a populações marginalizadas.

O Fórum permitiu ainda o primeiro encontro presencial, em mais de cinco anos, do Grupo de Trabalho de América Latina e Caribe, facilitado pelo WINGS. Assim como estas sessões, outros encontros e redes foram tecidas e fortalecidas durante o fórum, evidenciando que apenas a organização e colaboração, intencional e política, entre atores e atrizes é capaz de promover transformações reais. É preciso, assim, seguir garantindo a presença desses atores, em especial do Sul Global e que repre-

É preciso, assim, seguir garantindo a presença desses atores, em especial do Sul Global e que representam outras filantropias, nesses espaços de influência e poder, a fim de seguir ativamente tensionando as lógicas de poder e controle que ainda regem a filantropia.

sentam outras filantropias, nesses espaços de influência e poder, a fim de seguir ativamente tensionando as lógicas de poder e controle que ainda regem a filantropia.

Em suma, para a transformação da filantropia ocorrer, é preciso se perguntar: para qual projeto político a filantropia que você pratica está servindo? À perpetuação da concentração de riquezas, privilégios e do legado colonialista e supremacista do setor? Ou à luta de organizações e movimentos da sociedade civil pela conquista e garantia de seus direitos e ao fortalecimento de um sistema emergente, mas também ancestral, de filantropias? O WINGSForum deu um grande passo na inclusão do tema da transformação nas agendas da filantropia global, entretanto, ainda temos muitos desafios que enfrentar no campo. Mas certamente, os debates e as reflexões indicam um bom ponto de partida porque nos obrigam a sair das zonas de conforto e a questionar o *status quo*.

* **Graciela Hopstein** é Mestre em Educação (UFF), Doutora em Política Social (UFRJ). Consultora, professora e pesquisadora na área social. Autora de artigos e livros com temáticas vinculadas a políticas públicas, movimentos sociais e filantropia. Foi diretora executiva do Instituto Rio (2012-2016) e atualmente (desde 2017) é a diretora executiva da Rede Comuá.

Jonathas Azevedo tem bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Federal Fluminense e especializou-se em Ajuda Humanitária e ao Desenvolvimento pela PUC-RIO. Em 2020, concluiu seu mestrado em Inovação Social e Empreendedorismo pela London School of Economics and Political Science. Jonathas atuou na gestão, monitoramento e avaliação de projetos e construção de parcerias no Brasil e Haiti. Tem experiência em projetos voltados a direitos humanos, articulação comunitária, redução de violência, entre outros temas. Atualmente, é assessor de programas na Rede Comuá e está membro do conselho administrativo da Médicos Sem Fronteiras Brasil.

Pesquisa Doação Brasil 2022: reflexões e contribuições da filantropia comunitária e de justiça socioambiental

*Equipe executiva da Rede Comuá**

Em agosto de 2022, o IDIS (Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social) e a Ipsos lançaram a Pesquisa Doação Brasil 2022, com o objetivo de trazer à luz o cenário das doações, que fornece informações cruciais sobre as motivações, percepções e expectativas de doadores e não-doadores no país.

Esse texto tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre os resultados da pesquisa destacando os aspectos que chamaram a nossa atenção, apontando para as lacunas e futuros caminhos para aprofundar o estudo e suas implicações para a cultura de doação no Brasil. Além disso, buscamos oferecer uma perspectiva de como a filantropia comunitária e de justiça socioambiental pode contribuir para essa discussão.

Perfil das doações e doações para fortalecimento institucional

Para compreender o cenário das doações, é preciso primeiro analisar o perfil dos/das doadores/as no Brasil. De acordo com a pesquisa, surpreendentes 84% dos/das entrevistados/as afirmaram fazer doações. No entanto, é crucial diferenciar entre doações gerais e doações “institucionais”. As últimas se referem a contribuições feitas a organizações, projetos ou iniciativas socioambientais, excluindo esmolas, díizimos ou fundos destinados a familiares e conhecidos. No-

tavelmente, apenas 36% dos/das doadores/as fizeram doações institucionais. Esse número permaneceu relativamente estável ao longo dos anos, com 46% em 2015, 37% em 2020 e 36% em 2022. A parte restante das doações compreende contribuições em espécie e trabalho voluntário. Além disso, há uma tendência observável com menos doadores/as mensais e um aumento na proporção de doadores/as que contribuem a cada três meses.

Esses dados apontam para o baixo volume de recursos doados para organizações sem fins lucrativos. Sob a nossa perspectiva, essa tendência indica, de forma geral, o vácuo no financiamento para instituições da sociedade civil, aspecto que pode ser explicado pela falta de confiança dos/das doadores/as (seja de pessoas físicas como jurídicas). Certamente, esse fenômeno pode ser entendido como resultado da criminalização que a sociedade civil vem sofrendo de forma sistemática desde o início dos anos 2000.

Motivações das pessoas que doam e causas que apoiam

Além disso, compreender por que as pessoas fazem doações é tão importante quanto saber quem faz as doações. A pesquisa revelou que uma parcela significativa (76%) dos/das doadores/as institucionais fez doações espontâneas em 2022, indicando que as pessoas doadoras brasileiras doam mesmo sem terem sido solicitadas. A pesquisa também identificou uma perspectiva positiva em relação ao aumento das doações, com 93% dos não-doadores/as indicando que poderiam começar a doar.

No entanto, a cultura de doação parece estar motivada majoritariamente por questões emergenciais e assistencialistas, se afastando das agendas de justiça social e de acesso a direitos.

Ao serem questionados sobre suas motivações para doar, 66% dos/das entrevistados/as mencionaram espontaneamente a “solidariedade com os/as pessoas necessitadas”. Essa tendência indica que a cultura de doação ainda continua sendo predominantemente assistencialista para um grupo significativo de doadores/as brasileiros/as.

Embora a maioria dos/das doadores/as tenha expressado satisfação com suas doações, é essencial considerar o **propósito** dessas doações. Uma pergunta crucial levantada enquanto analisamos o estudo foi: **quais causas esses/as doadores/as apoiam e a quem estão inclinados/as a doar?**

A pesquisa destacou que causas como infância e saúde (consideradas menos controversas do ponto de vista político) recebem mais doações, como também observado no âmbito

A cultura de doação parece estar motivada majoritariamente por questões emergenciais e assistencialistas, se afastando das agendas de justiça social e de acesso a direitos

do Investimento Social Privado. O Censo GIFE (2020), revela que as agendas de justiça socioambiental, de acesso a direitos, com foco em minorias políticas não são prioritárias para as organizações filantrópicas corporativas e familiares. Os dados revelaram, naquele momento, que apenas 5% dos associados ao GIFE financiam diretamente iniciativas vinculadas à justiça racial 9% apoiam mulheres, 3% comunidades LGBTQIA+ e 4% pessoas com deficiência. Esses dados indicam que a filantropia e o ISP no Brasil não estão maioritariamente comprometidos com as agendas de redução de desigualdades sociopolíticas.

Confiança nas organizações

Curiosamente, apenas 9% das pessoas doadoras para instituições afirmaram que doaram porque confiavam na organização à qual contribuem. Como mencionado acima, quando se trata de confiança nas instituições da sociedade civil, há uma lacuna significativa. Enquanto 66% dos entrevistados confiam nas OSCs para as quais doam, os 34% restantes parecem ter reservas. De fato, examinando as razões por trás de não fazer doações ou interromper doações, a pesquisa identificou dois fatores principais: a falta de recursos e preocupações sobre como o dinheiro seria usado. A última preocupação inclui a incerteza sobre o destino dos fundos e a falta de confiança nas organizações que solicitam doações, com 24% dos entrevistados citando essas causas. Por outro lado, dentre os fatores significativos que estimulam as doações a pesquisa aponta que “saber como o dinheiro está sendo usado” e “conhecer uma organização na qual confio” são determinantes para realizar esse tipo de doação, o que reforça a existência de comportamentos orientados pela falta de confiança

Durante e após a pandemia, a pesquisa observou uma flutuação nos níveis de confiança. Inicialmente, o estudo revelou que houve um aumento na credibilidade das OSCs, que posteriormente diminuiu. Essa mudança pode ser atribuída a vários fatores, como o clima político, a cobertura negativa da mídia ou os ataques à sociedade civil que vinham enfrentando de forma cíclica desde o ano 2005 com a instalação da CPI das ONGs. Apesar dessa queda, os níveis de confiança não retornaram aos patamares pré-pandêmicos, levantando questões sobre a sustentabilidade da confiança por parte da população com relação à sociedade civil organizada.

Essas descobertas enfatizam a importância da transparência e confiança na motivação das doações, sendo dados importantes para informar as estratégias de mobilização de recursos da sociedade civil organizada. Como enfatizado no evento de lançamento da Pesquisa, precisamos construir narrativas positivas e construtivas a respeito de quem recebe essas doações, já que uma sociedade civil organizada fortalecida é crucial para fortalecer a democracia no Brasil.

Fortalecer a democracia também passa por investir recursos em grupos vinculados às minorias políticas, que estão à margem do acesso aos recursos da filantropia, oriundos tanto de doações de pessoas físicas quanto por empresas, como mencionado anteriormente.

No entanto, fortalecer a democracia também passa por investir recursos em grupos vinculados às minorias políticas, que estão à margem do acesso aos recursos da filantropia, oriundos tanto de doações de pessoas físicas quanto por empresas, como mencionado anteriormente.

Sendo assim, destacamos algumas lacunas que precisam ser abordadas para obter uma visão mais abrangente das doações no Brasil.

Recomendações de recortes sociais para aprofundamento da pesquisa

Em primeiro lugar, chama a atenção a ausência do recorte étnico-racial da pesquisa já que ela não mapeia doações realizadas pelas comunidades negras, indígenas etc. Consideramos que esse recorte seria fundamental para as novas edições, levando em conta a trajetória e ancestralidade desses grupos em iniciativas filantrópicas, bem como das organizações localizadas nas “periferias” que têm um papel importante para mobilização de recursos para equidade racial no Brasil. A pesquisa “Periferia e Filantropia” da Iniciativa PIPA, publicada em 2023, destaca alguns dados importantes. Nas periferias do país, em sua maioria, mulheres negras e mães estão mobilizando recursos para manter organizações da sociedade civil. No entanto, 89% das gestoras dessas organizações dividem seu tempo com outras funções, o que limita sua capacidade de dedicar-se inteiramente à sustentabilidade de suas iniciativas. Além disso, nas periferias, a grande maioria das organizações estão constituídas como coletivos (41.8%) e mais da metade não possuem CNPJ. Esses coletivos são de extrema impor-

tância para viabilizar o acesso a direitos de pessoas negras nas periferias. No entanto, 96% das organizações periféricas afirmam que possuem dificuldades em acessar financiamento para seus projetos. Trazer luz ao trabalho e necessidades das organizações periféricas é importante para que doadores brasileiros compreendam a sua relevância em contextos periféricos e no contexto nacional, contribuindo para uma compreensão ainda mais profunda sobre a cultura de doação no Brasil. E esse é um aspecto relevante para analisar a cultura de doação que deve focar além das origens das doações, o seu destino, isto é, para onde vão os maiores fluxos de recursos.

Outra lacuna significativa é a ausência de recortes de gêneros e sexualidades não-normativos. Grupos marginalizados, como as pessoas LGBTQIA+, enfrentam dificuldades diárias no acesso a direitos e à justiça socioambiental. É importante ter um recorte mais amplo nesse sentido, incluindo transgeneridades e outras identidades não-heteronormativas, para entender as necessidades e iniciativas que esses grupos desenvolvem para mobilizar recursos.

Trazer luz ao trabalho e necessidades das organizações periféricas é importante para que doadores brasileiros compreendam a sua relevância em contextos periféricos e no contexto nacional, contribuindo para uma compreensão ainda mais profunda sobre a cultura de doação no Brasil.

Precisamos superar o paradigma branco, heterocisgênero e conservador das doações brasileiras, e fazer com que as mesmas se direcionem para mudanças estruturais, e não apenas emergenciais e assistencialistas.

Confiança e mobilização de recursos como um ato político: contribuições da Filantropia Comunitária e de Justiça Socioambiental para a cultura de doação no Brasil

Por fim, destacamos o papel estratégico da filantropia comunitária e de justiça socioambiental na discussão sobre a cultura de doação do Brasil.

A abordagem da filantropia comunitária envolve a mobilização de recursos, talentos, capacidades e confiança em nível local. Ela transfere poder para as comunidades e atores locais, permitindo maior controle sobre seu próprio destino. A filantropia de justiça social apoia diretamente movimentos, organizações e grupos da sociedade civil envolvidos na transformação social, igualdade de acesso, direitos humanos e civis, distribuição de bem-estar e promoção da diversidade e igualdade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, cultura e deficiência.

As organizações que atuam no contexto dessa filantropia fornecem apoio financeiro diretamente a organizações da sociedade civil, coletivos, grupos, movimentos e líderes comunitários. Essa prática contínua aprimora e agrega recursos e capacidades, fortalecendo, em última análise, sua capacidade de impulsionar uma mudança social mais ampla, contribuindo assim para o fortalecimento da democracia brasileira.

Pessoas e instituições que atuam no contexto da filantropia independente e comunitária partem da premissa essencial de que a doação não é um ato isolado ou algo a ser realizado apenas de forma pontual ou emergencial, mas sim um **ato político** crucial para o desenvolvimento comunitário, o avanço da justiça socioambiental e a garantia de direitos. De acordo com a pesquisa “Filantropia que transforma: mapeamento de organizações independentes doadoras para sociedade civil nas áreas de justiça socioambiental e desenvolvimento comunitário no Brasil”, 67% das organizações mapeadas pela Rede em 2022 recebem recursos de pessoas físicas. A Pesquisa de Doação de 2022 revela um potencial ainda maior para essa mobilização.

Além disso, um dos princípios básicos da filantropia comunitária e de justiça socioambiental é a **confiança**, em contraste com as práticas filantrópicas tradicionais no Brasil. Essa filantropia reconhece estrategicamente o poder das iniciativas de base e das minorias políticas que buscam acesso a direitos e reconhecimento. Fundos temáticos, fundações comunitárias e organizações dentro da Rede Comuá, que representam a filantropia local independente, desempenham um

Pessoas e instituições que atuam no contexto da filantropia independente e comunitária partem da premissa essencial de que a doação não é um ato isolado ou algo a ser realizado apenas de forma pontual ou emergencial, mas sim um ato político crucial para o desenvolvimento comunitário, o avanço da justiça socioambiental e a garantia de direitos.

papel fundamental ao fornecer doações cruciais para OSCs, organizações de base, movimentos sociais e defensores do acesso a direitos no Brasil, confiando que as mesmas conhecem as necessidades de seus territórios. Essas organizações mantêm conexões contínuas com líderes e grupos comunitários, formando uma rede de confiança e apoio.

Outra contribuição importante da filantropia comunitária e de justiça socioambiental radica no destino das doações. 62% das organizações da filantropia independente fazem doações com o objetivo principal de fortalecer organizações ou comunidades com agendas específicas, sejam elas temáticas ou territoriais. Além disso, quase dois terços dessas organizações priorizam o aprimoramento da capacidade dessas entidades, demonstrando práticas de doação que verdadeiramente contribuem para a sustentabilidade das organizações.

Essas doações se estendem ao apoio a movimentos sociais, coletivos e vários arranjos informais da sociedade civil. Essa abordagem é fundamental porque fomenta uma sociedade civil resiliente, fortalecendo, conseqüentemente, a democracia do país. Por consequência, doações são direcionadas para o avanço da justiça socioambiental entre grupos minoritários no Brasil. Além do fortalecimento institucional, organizações doadoras independentes investem em questões de gênero e direitos das mulheres, bem como cultura (ambos com 48%). Outros temas importantes incluem desenvolvimento comunitário (42%), agricultura familiar, agricultura urbana, agroecologia e agrofloresta (39%) e comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais (35%). Isso demonstra a contribuição crucial que a filantropia comunitária e de justiça socioambiental tem para com a democracia brasileira e para o fortalecimento da cultura

de doação em comunidades e territórios que, muitas vezes, têm dificuldades de acessar esses recursos.

Conclusão

A Pesquisa Doações Brasil 2022 fornece informações valiosas sobre o cenário das doações no Brasil. Ela destaca a importância de compreender as motivações, preferências e preocupações dos doadores e não-doadores para promover uma cultura de filantropia no país.

Embora mostre tendências positivas, como o crescimento da cultura de doação e a maior disposição para doar, a pesquisa também evidencia a necessidade de análises mais profundas. As lacunas críticas, como a ausência de desagregação étnico-racial e LGBTQIA+, devem ser abordadas para obter uma visão mais completa do cenário das doações.

Além disso, a filantropia comunitária e de justiça socioambiental desempenha um papel crucial na formação desse cenário. Ao apoiar organizações de base e movimentos através de recursos financeiros e não-financeiros, esses esforços filantrópicos têm o potencial de impulsionar mudanças estruturais e contribuir para uma sociedade mais equitativa e justa no Brasil.

À medida que avançamos, é fundamental aprofundar o debate sobre a cultura de doação no Brasil, promovendo narrativas envolventes e inspiradoras. Isso envolve não apenas análises quantitativas, mas também explorações qualitativas para entender verdadeiramente as complexidades do cenário das doações e como ele pode ser direcionado para que tenhamos um país verdadeiramente inclusivo, justo e sustentável.



Foto: Freepik

Reflexões sobre a instituição do cuidado coletivo na mudança sistêmica

*Ese Emerhi**

Terminei o ano de 2022 com um problema de saúde e passei a maior parte de 2023 pensando sobre o conceito do cuidado coletivo e solidariedade na construção de movimentos. Como parte da minha reflexão, estou lendo *Rest Is Resistance: A Manifesto*, de Tricia Hersey, em que ela sustenta que o descanso deve ser visto como uma forma de resistência política radical e que “elevar o descanso a partir de uma ética de cuidado comunitário implica interromper a cultura dominante e, ao mesmo tempo, devolver o poder às pessoas, que é seu lugar de direito”. Embora a mensagem de Hersey seja dirigida especificamente às comunidades ne-

gras dos Estados Unidos e rechace a cultura de trabalho incessante preponderante na sociedade, ela ressoa em mim no que se refere à necessidade de uma mudança de mentalidade cultural nos campos filantrópico e de desenvolvimento internacional, e à questão do porquê o descanso é importante na luta pela libertação e por uma mudança sistêmica mais ampla.

Assim como Hersey, acredito que a promoção do cuidado coletivo para ativistas – que impelem mudanças tão necessárias – é essencial para a sustentabilidade e o sucesso do movimento solidário. Em meu trabalho no Global Fund for Community Foundations (GFCF), com parceiros da Palestina ao Brasil, de Uganda a Burkina Faso, a noção de cuidado – entender as pessoas como o ativo mais importante – é fundamental para promover mudanças. O trabalho de repensar e conceber um novo sistema de desenvolvimento exige recursos e energias que vão além do dinheiro e de mero compromisso profissional. Ativistas que sofrem de esgotamento e exaustão serão menos eficazes no desenvolvimento de soluções inovadoras capazes de sustentar os movimentos sociais.

A promoção do cuidado coletivo para ativistas – que impelem mudanças tão necessárias – é essencial para a sustentabilidade e o sucesso do movimento solidário.

Nos últimos meses, venho conversando com colegas da África sobre o conceito de autocuidado e solidariedade no contexto de repensar o atual sistema assistencial. Nessas conversas, há um consenso geral de que “Sim, o autocuidado é importante”, além de uma confirmação silenciosa de que “Não praticamos muito bem o autocuidado enquanto setor”. Em um [blog de 2022 \(disponível em inglês\)](#), a bolsista do movimento [#ShiftThePower](#), Eme Iniekung, da [GivingTuesday](#), e Elizaphan Ogechi, da [Nguzo Africa Community Foundation](#), resumiram sucintamente o assunto afirmando: “Nós [o setor filantrópico] estamos sempre querendo fazer tantas coisas ao mesmo tempo que acabamos nos esquecendo de nós.” Os participantes de um encontro organizado recentemente pelo GFCF com parceiros [1] sobre o movimento [#ShiftThePower](#) e a filantropia comunitária, do qual participei em Katmandu, Nepal, em junho de 2023, ecoaram as mesmas impressões.



Foto: #shiftpowersummit

Participantes do encontro regional do movimento [#ShiftThePower](#) realizado em Kathmandu na data de 1º de junho de 2023

Então, o que fazer daqui para frente?

No encontro no Nepal, Hari Sharma, Diretor Executivo da Purak Asia e ex-assessor político do primeiro presidente do Nepal, sugeriu que uma forma de começar a centralizar o cuidado coletivo como um conceito político é promover mais diálogos intergeracionais entre ativistas de movimentos sociais. Ele explica:

“O que acontece quando nós, que estamos inseridos no sistema há décadas – que iniciamos movimentos sociais a partir de convicções pessoais como voluntários e acabamos nos “profissionalizando” ao longo do caminho, que fomos fundadores de pequenas e grandes organizações – ficamos tão cansados que não conseguimos mais ter novas ideias? Ocorre uma espécie de morte em muitos níveis, e ninguém está falando sobre isso. Para mim, o autocuidado é efetivamente uma autorregeneração e o que acontece com essas organizações quando os líderes vão embora. Em geral, quando os líderes saem das organizações, eles se sentem de certa forma abandonados, pois todos esses anos de trabalho árduo simplesmente acabam. Aonde devem ir para se reconectar consigo mesmos após darem tudo o que tinham? Precisamos pensar não apenas em trazer e apoiar novos ativistas para o trabalho comunitário, mas também em como cuidar daqueles que precisam sair”.

Outro caminho possível é pensar em como aplicar as lições do trabalho dos fundos e movimentos feministas, que vêm refletindo profundamente sobre o conceito de cuidado – autocuidado, cuidado coletivo e solidariedade do movimento – e como ele pode ser colocado de forma mais eficaz no centro de uma pauta para mudança de sistemas.

Para instituir o cuidado de forma realmente eficaz, também precisamos de redes de apoio dedicadas. Ter a capacidade de obter recursos, reabastecer e nutrir nossos movimentos deve, em minha opinião, ser um pilar de sustentação da reavaliação de um sistema eficaz para o futuro.

Sem dúvida, há muito mais a explorar sobre esse assunto. Refletindo sobre como podemos continuar a ter essas conversas de forma mais ampla e estratégica, e em como podemos criar espaços de aprendizado e experimentação com novas ideias sobre o cuidado coletivo, convido outras pessoas a explorarem mais essas questões (entre muitas outras) com o GFCF durante a preparação da Cúpula Global do movimento #ShiftThePower e durante a sua realização, em Bogotá, em dezembro.

[1] [Accountability Lab Nepal](#), [NEAR Network](#), [Peace Direct](#), [Purak Asia](#) and [Tewa](#).

* **Ese Emerhi** é Tecelã da Rede Global do GFCF

**Publicado originalmente em: <https://globalfundcommunityfoundations.org/blog/reflections-on-rooting-collective-care-in-systems-change/>

Cinco coisas que aprendemos com feministas sobre doação

*Renata Saavedra e Vanessa Lucena**

Foto: Freepik



Nós tivemos a sorte de conhecer o mundo da filantropia a partir de um ponto de vista muito especial: o ecossistema de fundos de mulheres. Fundos de mulheres são organizações que mobilizam e doam recursos para grupos de mulheres, meninas e pessoas trans no mundo todo, fornecendo-lhes recursos financeiros e técnicos e fortalecendo redes para concretizar sua visão de justiça social. Mais de 40 deles se reúnem na Prospera, uma potente rede global.

Os fundos de mulheres são extremamente diversos, mas se encontram em muitos princípios e práticas que nos inspiram como trabalhadoras do campo da filantropia, e que tomamos como diretrizes em nossa busca cotidiana por uma cultura de doação feminista, decolonial e regenerativa. Destacamos aqui cinco desses aprendizados:

1) Filantropia e doação são questões feministas

A filantropia feminista é mais do que financiar “questões de mulheres”. De acordo com o Fondo Centroamericano de Mujeres, da Nicarágua: “A filantropia feminista não é um ato de caridade ou um ato de poder. É um ato de solidariedade e empoderamento mútuo, em que as soluções para os problemas são vistas como uma questão de responsabilidade mútua”. Anne Firth-Murray, cofundadora do Global Fund for Women, escreve: “É o “como” que tem o poder de transformar sistemas, estruturas, atitudes e comportamentos das pessoas que doam e seus destinatários, não o “quanto””. Se enquanto pessoas e organizações doadoras estamos comprometidos com discutir e transformar relações de poder desiguais, e reivindicando a equidade entre todas as pessoas, estamos dialogando com ideais feministas.

2) Doar com interseccionalidade é necessário – e raro

Não importa para qual causa você doa: soluções efetivas sempre vão demandar uma abordagem integrada e interseccional. A interseccionalidade se refere à interação entre marcadores sociais de diferença, como gênero, raça, classe, território, deficiências, orientação sexual, idade etc. Só que mesmo as doações focadas na promoção de direitos humanos costumam abordar populações e desafios específicos, em vez de ativismos que atravessam várias comunidades ou questões. A Human Rights Funders Network analisou mais de 27 mil doações e descobriu que menos de 5% delas fazem referência a 3 ou mais identidades – por exemplo, mulheres negras LGBTQI. Isso significa que seguimos soltando a mão de muitas pessoas, e que precisamos aplicar uma lente interseccional para quebrar os “silos” nas doações.

3) Precisamos priorizar segurança e proteção holística

Saúde mental, segurança e cuidado coletivo são pautas que geralmente ficam de fora das conversas sobre doações. As pessoas que estão na linha da frente da sociedade civil organizada com frequência estão sobrecarregadas e adoecidas, enfrentando uma série de ameaças e riscos. Como podemos doar para reforçar o bem-estar, a sustentabilidade e a resiliência dos organizadores e de suas comunidades? Como aliar segurança física e digital com o cuidado pessoal e coletivo, de dentro para fora, nas nossas organizações e com nossos parceiros?

4) Compartilhar poder e decisões nos leva mais longe e mais fundo na mudança e nos nossos valores

Alinhadas com muito do que se tem discutido mais recentemente sobre filantropia regenerativa, feministas estão há tempos experimentando formas de compartilhar decisões com as comunidades e movimentos apoiados. No modelo de doação participativa (“participatory grantmaking”) do Fundo Frida, os grupos de jovens que enviam propostas votam nas proponentes de suas regiões que consideram mais indicadas para receber as doações. O Mama Cash, primeiro fundo global de mulheres, anunciou em 2021: “Estamos transferindo a tomada de decisão sobre nossas doações de nossa equipe para as comunidades que pretendemos servir”. A mudança tem a ver com praticar valores. “Tomar decisões sobre como apoiar grupos marginalizados sem sua contribuição também significa que estamos sustentando – em vez de desafiar – as hierarquias de poder que permitem a desigualdade e a opressão.”

5) Independente da sua causa ou área de atuação, mulheres são chave

Mulheres estão à frente de todas as lutas por justiça social, doando seu tempo, suas redes, seus conhecimentos, seu trabalho árduo, seu cuidado. Líderes comunitárias, mães que se articulam em busca de justiça e acolhimento mútuo, agricultoras que regeneram a terra que alimenta a todos nós, e muitas e muitas outras – por todos os lados estão mulheres que doam generosamente. Para conhecer um pequeno e diverso pedaço desse universo, você pode buscar Criola, o GAMI, o Grupo Inclusivas, a ANMIGA, a Anis, o CMTR ou a Amotrans. E mergulhar na extensa rede de parceiras apoiadas pelos fundos de filantropia para justiça social, reunidos na Rede Comuá. É com elas que melhor podemos aprender sobre – e acreditar – na doação como elemento central para construir o país que queremos.

Compartilhamos algumas referências sobre o tema acima, publicações importantes que sistematizam muitas práticas de organizações de mulheres atuantes tanto no norte quanto no sul global, mas infelizmente todas em inglês. Esse é um desafio do campo da filantropia: democratizar o conhecimento produzido e pautar as discussões a partir das realidades do sul global, em diversas línguas. No Brasil, as organizações dispõem dos recursos necessários para sistematizar seus aprendizados e difundir suas práticas? Como podemos diversificar nossas referências? Como pessoas e profissionais dedicadas a promover a cultura de doação, podemos e devemos buscar referências e inspirações também nas feministas brasileiras.

- “Feminist Funding Principles” [Princípios de Financiamento Feminista], do Fundo Astraea: astraefoundation.org/microsites/feminist-funding-principles

- “Principles for Feminist Funding” [Princípios para Financiamento Feminista], do Equality Fund: canadianwomen.org/wp-content/uploads/2020/05/Feminist-Philanthropy.pdf
- Sisterhood Feminist Principles of Philanthropy, dos Fundos de Ação Urgente (UAF): urgentactionsisterfunds.org/sisterhood-feminist-principles-of-philanthropy/
- “Feminist Philanthropy” [Filantropia feminista], dossiê na edição da Alliance Magazine de dezembro de 2019: www.alliancemagazine.org/magazine/issue/december-2019/
- “Funding for Intersectional Organizing: a call to action for Human Rights Philanthropy”: www.hrfn.org/wp-content/uploads/2022/07/AHR-Intersectionality-Report-July-2022.pdf
- “Step Up, Step Back: Reimagining Non-Competitive Grantmaking in Community”, do Equality Fund: equalityfund.ca/grantmaking/step-up-step-back-reimagining-non-competitive-grantmaking-in-community/

* **Renata Saavedra** é jornalista e coordenadora programática e de comunicação da Bem-Te-Vi Diversidade, e Vanessa Lucena é relações públicas e coordenadora executiva da Bem-Te-Vi Diversidade. Ambas são integrantes do Movimento por uma Cultura de Doação.

Vanessa Lucena é relações públicas por amor e formação e apaixonada por fomentar conexões de saberes e pessoas. Mulher, mãe, lésbica, antirracista e feminista, atua no terceiro setor há 20 anos e atualmente atua como coordenadora executiva da Associação Bem-Te-Vi Diversidade, organização que promove a justiça social e o bem viver, por meio do apoio a iniciativas socioambientais e de direitos humanos. É associada fundadora da Silo – Arte e Latitude Rural e atua voluntariamente apoiando organizações geridas por mulheres na construção de projetos e na busca por recursos.

** Publicado originalmente em: <https://www.doar.org.br/post/cinco-coisas-que-aprendemos-com-feministas-sobre-doa%C3%A7%C3%A3o>

Filantropia independente e comunitária está presente em várias regiões do país

Mônica C. Ribeiro*

Realizado pela Rede Comuá em parceria com a ponte-Aponte, o mapeamento de fundos temáticos, comunitários e fundações comunitárias independentes que trabalham com doações para organizações da sociedade civil nas áreas de justiça social e desenvolvimento comunitário identificou 31 delas em diferentes regiões e agendas prioritárias.

A mobilização de recursos financeiros de fontes diversificadas e a doação direta de recursos para iniciativas da sociedade civil nas áreas mencionadas acima são as principais características que delimitam o universo desse mapeamento, que buscou identificar organizações filantrópicas independentes. Por sua vez, as doações indiretas, os processos de construção conjunta de editais e comunicação

Organizações mapeadas por região



Base: 31 organizações mapeadas.

Nota: a somatória do gráfico pode não ser 100% devido a arredondamentos.

Fonte: Mapeamento de Organizações Independentes Doadoras nas Áreas de Justiça Social e Desenvolvimento Comunitário no Brasil, 2022

29% das organizações estão sediadas em São Paulo, o estado com maior concentração. Enquanto 23% estão no Rio de Janeiro e Amazonas e Pará abrigam 10% das organizações mapeadas cada. Os outros estados representados são Amapá, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Santa Catarina e Distrito Federal

contínua definem os modos de operação desse conjunto de organizações identificadas.

As organizações mapeadas estão localizadas em 10 estados brasileiros e no Distrito Federal: 58% na região Sudeste, 23% no Norte, 13% no Nordeste e 3% nas regiões Centro Oeste e Sul. Esses dados revelam que essa forma de fazer filantropia acontece em todo o país.

Em comum, as doações realizadas pelas organizações filantrópicas independentes são fundamentadas na ideia de que o uso dos recursos e o poder de decisão são de responsabilidade de quem recebe as doações, sendo eles/elas os/as protagonistas sobre sua atuação.

As organizações mapeadas contribuem para pautas de igualdade racial, populações indígenas e tradicionais, meio ambiente, gênero, sexualidade, entre outras, e que tem como foco as populações que têm seus direitos negados historicamente.

A doação de recursos financeiros – através de estratégias diversificadas de *grantmaking* – para organizações e iniciativas da sociedade civil tem se mostrado um dos caminhos relevantes para contribuir com o seu fortalecimento e no apoio às lutas pelo reconhecimento e acesso a direitos, num sentido amplo, conduzidas pelos grupos, coletivos e movimentos junto às minorias políticas.

Dentro do universo mapeado, também foi possível observar organizações que atuam para o desenvolvimento comunitário de uma localidade específica, conectando o foco territorial com os temas de justiça social.

Surgimento e perfil das organizações mapeadas

O surgimento dos fundos locais independentes a partir dos anos 2000 implicou um processo de transformação não apenas da filantropia brasileira, mas também da sociedade civil, porque eles se instalaram como uma alternativa efetiva de financiamento e fortalecimento de pequenas e médias organizações e de movimentos que atuam no campo da justiça social e desenvolvimento comunitário.

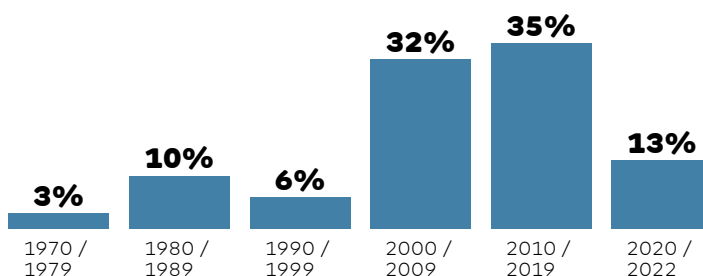
Os anos 2000 foram um período caracterizado pela retirada da Cooperação e da filantropia internacional, motivada pelo entendimento de que o Brasil contava com uma economia estável e em desenvolvimento e com uma democracia e instituições sólidas. Certamente, esse processo gerou um grande vácuo no financiamento das organizações e iniciativas da sociedade civil, situação que impactou a sua sustentabilidade financeira e em alguns casos levou ao fechamento definitivo de instituições sem fins lucrativos.

Nesse contexto, os fundos independentes que surgem ao longo desse período (entre os anos 2000 e 2010) ocupam um lugar estratégico para dar resposta à crise de financiamento, já que muitos deles foram criados por ativistas oriundos dos movimentos, com um conhecimento sólido sobre o campo, de suas necessidades e demandas, e com capacidade de articulação em redes nacionais e internacionais.

Ao longo desse período foram criados: Fundo Elas + Doar para Transformar, BrazilFoundation, Fundo Casa Socioambiental, Fundo Brasil de Direitos Humanos, ICOM e Instituto Baixada. Levando em conta a necessidade de expandir o financiamento da sociedade civil e o modelo bem-sucedido da filantropia inde-

pendente, partir de 2010 começa a surgir um novo grupo de organizações filantrópicas, inspirado nas experiências dos fundos criados na etapa anterior que, ao mesmo tempo, contribuíram com a sua fundação e desenvolvimento a partir do compartilhamento de aprendizados, e até através de apoios financeiros, com o intuito de fortalecer e expandir o campo.

Organizações mapeadas por ano de criação

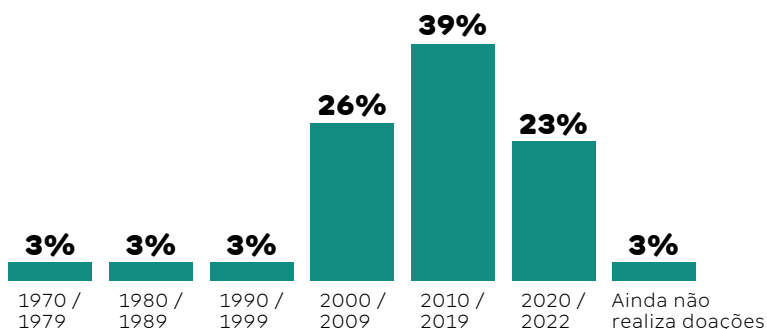


Base: 31 organizações mapeadas

Nota: A somatória dos gráficos pode não ser 100% devido a arredondamentos.

Fonte: Mapeamento de Organizações Independentes Doadoras nas Áreas de Justiça Social e Desenvolvimento Comunitário no Brasil, 2022

Organizações mapeadas por ano de início das doações



Base: 31 organizações mapeadas

Nota: A somatória dos gráficos pode não ser 100% devido a arredondamentos.

Fonte: Mapeamento de Organizações Independentes Doadoras nas Áreas de Justiça Social e Desenvolvimento Comunitário no Brasil, 2022

Neste grupo podemos identificar o Fundo Baobá, iCS, Casa Fluminense, FunBEA, Positivo e mais recentemente o Instituto Procomum, Podáli – Fundo Indígena da Amazônia Brasileira –, organizações comunitárias, tais como o Fundo Babaçu do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e Fundo Agbara.

A pesquisa revela que entre as organizações mapeadas, 55% iniciaram a atuação a partir da doação de recursos financeiros e não financeiros, 26% apenas com apoios não financeiros e apenas 16% iniciaram as atividades somente com doações financeiras (1). Esses dados revelam que as organizações independentes conseguiram se estruturar em curto prazo para atuar no campo das doações e em estratégias de fortalecimento da sociedade civil.

A presença dessas organizações no ecossistema filantrópico ganha destaque a partir do ano 2000 e continua crescendo a cada período. É importante destacar que 23% do universo mapeado está integrado por “novas organizações” que começaram a doar entre os anos 2020 e 2022, informação que indica que o movimento da filantropia independente ganhou outro fôlego.

Com o aumento de organizações doadoras, os temas de atuação vão se tornando mais diversos também. A partir de 2000 as agendas de gênero, promoção de igualdade racial e combate ao racismo e desenvolvimento comunitário se tornam mais presentes na atuação das organizações mapeadas. É nesse período que vemos surgir organizações como o ELAS+ Doar para Transformar, que tem como foco de doação organizações e movimentos de mulheres e pessoas trans, assim como o Fundo Positivo, Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Fundo Baobá.

O direcionamento de doações para comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, tradicionais e para projetos socioambientais e de agricultura familiar também se torna foco de atuação destacada, com a atuação de organizações como o Fundo Casa Socioambiental, Fundo Dema e Instituto Juruti Sustentável, que atuam em regiões específicas do território da Amazônia brasileira.

Os temas de cultura, educação, juventude e empreendedorismo começam a ser destacados como prioridade já entre 2000 e 2009. Entretanto, é entre as organizações criadas a partir de 2010 até 2019 que ganham maior relevância. Por sua vez, é importante destacar que o Fundo Positivo é a única organização mapeada que atua na promoção de direitos no campo da saúde com foco em iniciativas direcionadas para IST e HIV.

A pesquisa também identificou novas iniciativas de filantropia independente como fundos universitários, representados nesta pesquisa pela Sempre FEA, fundos de associação de profissionais, como o da Associação dos Profissionais do Audiovisual Negro, e organizações como Instituto Procomum, da baixada santista, e Silo – Arte e Latitude Rural, localizada na Serra da Mantiqueira, que mobilizam recursos e os redistribuem por meio de projetos de desenvolvimento da comunidade do território.

Mapeamento amplia conhecimento sobre atuação dessa filantropia

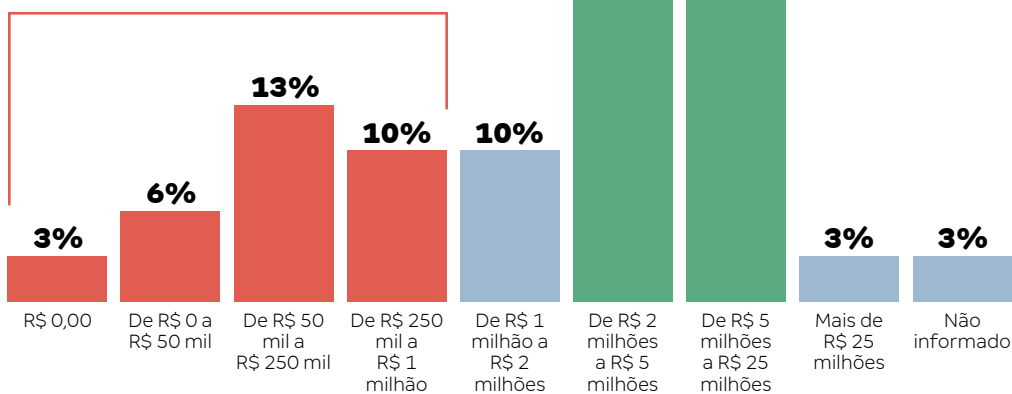
Das 31 organizações mapeadas, 29 estão formalizadas com CNPJ próprio; aquelas que não possuem CNPJ fo-

ram constituídas como fundos dentro da estrutura de uma organização mantenedora ou guardiã, que além de atuar como responsável fiscal, também contribui institucionalmente para a manutenção das organizações, porém com independência de atuação e governança própria.

Organizações mapeadas por orçamento em 2021 (faixas)

A distribuição de organizações por região e faixa de orçamento demonstra uma discrepância. Dentre organizações com orçamento entre R\$ 2 milhões e R\$ 25 milhões, 63% estão no Sudeste e apenas 6% estão no Norte, apesar de esta ser a segunda região com mais organizações mapeadas. O Nordeste se destaca também por representar 19% desse grupo. Centro-Oeste e Sul representam 6% cada.

Dentre as organizações com orçamento de até R\$ 1 milhão, 50% estão no Sudeste, 40% no Norte e 10% no Nordeste.



Base: 31 organizações mapeadas.

Nota: a somatória do gráfico pode não ser 100% devido a arredondamentos.

Fonte: Mapeamento de Organizações Independentes Doadoras nas Áreas de Justiça Social e Desenvolvimento Comunitário no Brasil, 2022

Olhando para as faixas de orçamento, percebe-se que a distribuição de organizações mapeadas por orçamento é um dos indicadores da diversidade deste universo: 52% das organizações mapeadas possuem orçamentos entre R\$ 2 milhões e R\$ 25 milhões, e o orçamento de 32% delas é inferior a R\$ 1 milhão.

Enquanto 52% das organizações mapeadas possuem orçamento entre R\$ 2 milhões e R\$ 25 milhões, o orçamento de 32% delas é inferior a R\$ 1 milhão. Dentre as fontes de recurso dessas organizações, a doação de organizações da filantropia internacional é mais frequente (87%), ainda que a participação de organizações da filantropia brasileira e de outras fontes nacionais seja também relevante. 68% dos fundos e fundações mapeados declaram que financiadores não têm influência sobre o uso dos recursos, os processos de tomada de decisão e a governança.

Dentre as organizações com orçamento de até R\$ 1 milhão, 50% estão no Sudeste, 40% no Norte e 10% no Nordeste. A distribuição de organizações por região e faixa de orçamento demonstra uma discrepância, pois entre organizações com orçamento entre R\$ 2 milhões e R\$ 25 milhões, 63% estão no Sudeste e apenas 6% estão no Norte, apesar de esta ser a segunda região com mais organizações mapeadas. O Nordeste se destaca também por representar 19% desse grupo. Centro-Oeste e Sul representam 6% cada.

As organizações da sociedade civil que recebem doações por vezes enfrentam dificuldades de acesso a recursos financeiros porque os investimentos público e privado tradicionais nem sempre são distribuídos de forma inclusiva e flexível para atender a demandas com prioridades e formas de fazer próprias. A independência de atuação é uma forma de se distanciar desses arranjos e uma marca do perfil das organizações mapeadas

Dentre os temas de atuação das organizações mapeadas, o principal é fortalecimento institucional (74%), seguido de gênero e direitos das mulheres (48%) e cultura (48%); também se destacam temas relacionados a comunidades, desenvolvimento local e povos tradicionais como desenvolvimento comunitário (42%), agricultura familiar, agricultura urbana, agroecologia e agrofloresta (39%), e comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas e tradicionais (35%).

As organizações da sociedade civil que recebem doações por vezes enfrentam dificuldades de acesso a recursos financeiros porque os investimentos público e privado tradicionais nem sempre são distribuídos de forma inclusiva e flexível para atender a demandas com prioridades e formas de fazer próprias. A independência de atuação é uma forma de se distanciar desses arranjos e uma marca do perfil das organizações mapeadas, nas quais os financiadores não interferem no destino dos recursos financeiros ou, quando isso ocorre, a participação acontece em igualdade com outros atores e de forma pautada por estruturas de governança estabelecidas pela própria organização.

Dessa forma é possível identificar exemplos de organizações que buscaram trabalhar por essa autonomia e independência e sua relação com as organizações apoiadas. Por esses exemplos é possível notar como a própria constituição dessas organizações vem da percepção das demandas das organizações ou territórios apoiados. A atuação se dá em parceria, de modo a apoiar e garantir a autonomia e independência das apoiadas, estabelecendo relações de confiança.

A Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO), por exemplo,

localizada no Pará, existe desde 1989, e em 2018 começou a executar doações (*grantmaking*) para as oito associações das comunidades quilombolas da região. Um dos motivos que os levaram a realizar doações foi a percepção de que executar projetos próprios, com a intermediação de OSCs de fora do território – que muitas vezes não possuem contato com a realidade quilombola local – não gerava apropriação dos projetos e resultados perenes para as comunidades.

Outro exemplo de busca por autonomia é o do Fundo Dema, criado em 2003, a partir de uma mobilização para dismantelar um esquema de madeireiros que utilizavam os leilões de apreensão de recursos extraídos ilegalmente da Amazônia para legalizar a madeira e possibilitar a venda. Os movimentos sociais da Amazônia estavam propondo uma solução para a limitação da atuação do Estado para impedir o desmatamento ilegal e, além disso, estavam cobrando que pudessem discutir o destino dos recursos gerados pela ação estatal. Como resultado, o Fundo Dema surge como ferramenta de fonte de recursos próprios e independente para o fortalecimento das comunidades que protegem a floresta.

“A partir do momento que a gente faz o repasse financeiro, nós buscamos visitar in loco lá onde o projeto está sendo executado pelo menos uma vez por mês, para acompanhar as atividades. Geralmente, são em torno de 15 projetos acontecendo ao mesmo tempo, então a gente monta um cronograma e visita cada um deles, **isso gera uma proximidade muito importante, a instituição acaba percebendo que tem o instituto como um ponto de apoio, não somente como financiador, mas alguém para conversar, para tirar dúvida, então a gente acompanha o projeto até o finalzinho, até o fechamento, e isso gera uma pro-**

ximidade institucional fantástica. Nas organizações que a gente já apoiou, na maioria delas a gente criou uma relação para além daquele projeto”, diz Elber Diniz, Secretário Executivo do Instituto Juruti (IJUS), que opera o FUNJUS (Fundo Juruti Sustentável), localizado no estado do Pará.

As fundações comunitárias e aquelas que apoiam iniciativas com recorte territorial são aquelas que mais facilidade têm para fazer visitas *in loco* dada a proximidade existente das comunidades. Levando em conta a dimensão continental do Brasil e os altos custos de deslocamento, em linhas gerais as visitas são realizadas em ocasiões específicas ou aproveitando a participação das equipes dos fundos em eventos locais.

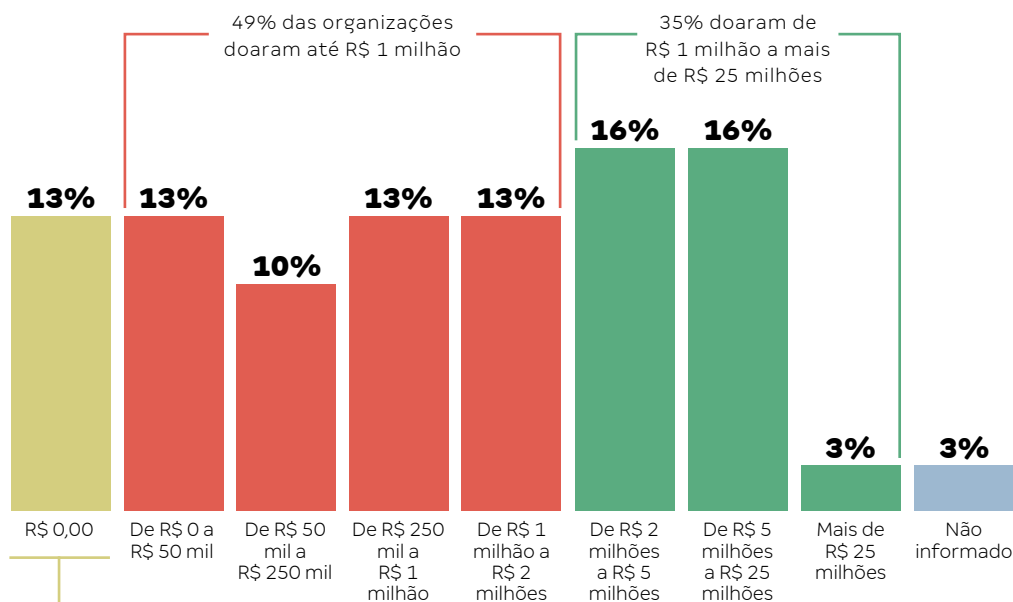
Orçamento, fontes de recursos e doações das organizações mapeadas

Há uma forte presença de recursos advindos do financiamento internacional nos orçamentos das organizações mapeadas em todos os períodos. Ainda assim, a participação de financiadores nacionais demonstra que há uma inserção dessas organizações no ecossistema de filantropia e investimento social privado nacional com potencial para crescer.

Utilizando os dados do Mosaico, portal do GIFE, constatamos que entre, 2014 e 2021, 12 organizações associadas doaram para 42% das organizações mapeadas. Ao todo, 14 projetos foram executados por organizações deste mapeamento, de forma individual ou em conjunto, com recursos de organizações associadas ao GIFE. Além disso, 10% das organizações mapeadas são também associadas ao GIFE (Fundo Baobá, Fundo ELAS+ e Instituto Clima e Sociedade).

Como pode se observar no gráfico a seguir, 49% das organizações doaram até R\$ 1 milhão e 35% doaram de R\$ 1 milhão a mais de R\$ 25 milhões. Entre as organizações que responderam não ter doado recursos em 2021 há aquelas que iniciaram suas doações apenas em 2022 e as que já haviam realizado doações apenas em 2022 e as que já haviam realizado doações em anos anteriores e não o fizeram em 2021 por motivos definidos na estratégia de atuação. O orçamento de doação das organizações mapeadas em 2021 apresenta bastante variação, o que indica que existe diversidade na capacidade de doação entre as organizações mapeadas.

Organizações mapeadas por montante de recursos financeiros doados em 2021



Entre as organizações que responderam ter doado R\$ 0,00 em 2021 há aquelas que iniciaram suas doações apenas em 2022 e também as que já haviam realizado doações em anos anteriores e não o fizeram em 2021 por motivos estabelecidos na estratégia de atuação.

Base: 31 organizações mapeadas.

Nota: a somatória do gráfico pode não ser 100% devido a arredondamentos.

Fonte: Mapeamento de Organizações Independentes Doadoras nas Áreas de Justiça Social e Desenvolvimento Comunitário no Brasil, 2022

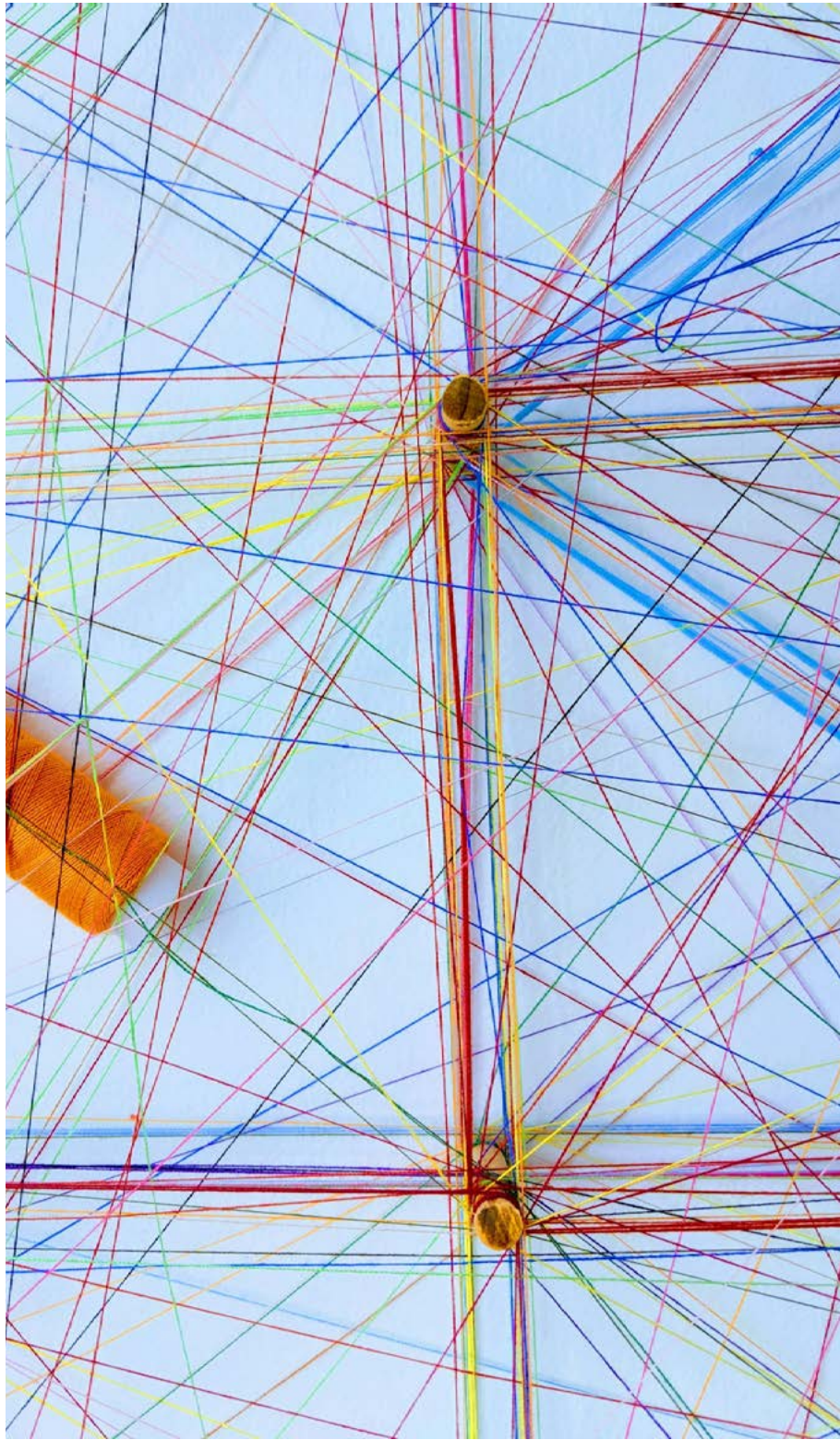
Mais informações sobre a pesquisa do mapeamento

As organizações foram mapeadas a partir do método bola de neve e, também, de busca de organizações em sites especializados e de notícias. O método bola de neve é uma técnica de amostragem que usa redes de referência e indicações, utilizada quando o universo de pesquisa não está definido. Os resultados apresentados não são exaustivos e não representam a totalidade do campo, pois não existe uma consolidação de todas as organizações atuantes no Brasil, que atendem aos critérios.

Ainda que haja limitações, as 31 organizações mapeadas resultam de um esforço para chegar ao máximo possível de indicações e de diversidade territorial. Das 31 organizações, 16 fazem parte da Rede Comuá e 15 foram mapeadas.

* **Mônica C. Ribeiro** é jornalista pela UFJF e mestre em antropologia pela UNICAMP. Trabalha com comunicação estratégica nas áreas de filantropia, economia solidária, negócios de impacto, meio ambiente e políticas públicas, e não raro em intersecções entre elas. É coordenadora de comunicação da Rede Comuá.

Foto: Omar Flores | unsplash



3

filantropia de justiça socioambiental e mudança climática

As consequências das mudanças climáticas são uma realidade cada vez mais presente no mundo. Da seca sem precedentes na Amazônia, que tem colocado em risco a saúde e a subsistência de populações no território, às fortes chuvas e tornados que provocaram quase uma centena de mortes no litoral norte de São Paulo e no Rio Grande do Sul em 2023.

Comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de periferias das grandes cidades brasileiras e as minorias políticas de modo geral são os grupos sociais mais afetados pela mudança do clima.

Desse modo, a agenda de financiamento climático se intersecciona com a agenda de financiamento para justiça social. A filantropia tem, também aqui, papel importante no apoio às lutas contra a desigualdade e pela defesa de direitos - já que os defensores ambientais são constantemente ameaçados por defenderem seus modos de vida, em harmonia com nossos biomas, ou por denunciarem infrações ambientais e aos direitos humanos.

Foto: Kelly Siktema | unsplash



Financiamento climático, sociedade civil e a agenda de direitos

*Cristina Orpheo e Graciela Hopstein**

Comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de periferias das grandes cidades brasileiras e as minorias políticas de modo geral são os grupos sociais mais afetados pela mudança do clima.

Isso já é fato palpável no Brasil, basta ver os eventos climáticos extremos que têm se intensificado nos últimos tempos. Da atual seca sem precedente na Amazônia, que tem colocado em risco a saúde e a subsistência de populações no território, às fortes chuvas e tornados que provocaram quase uma centena de mortes no litoral norte de São Paulo e no Rio Grande do Sul.

Por outro lado, esses grupos e minorias políticas também são os principais protetores das florestas e atuam na defesa do meio ambiente, dos seus territórios e dos recursos naturais, tendo, muitas vezes, as suas vidas ameaçadas, situação que aprofunda e agrava ainda mais os impactos sociais e políticos ocasionados pela crise climática

Apesar de estarem no centro dessa questão, por muito tempo as lideranças desses grupos e da sociedade civil de forma geral estiveram fora dos debates e dos espaços de decisão das COPs de Clima.

A COP21, realizada em 2015, gerou o Acordo de Paris e colocou a agenda climática como estrategicamente vinculada à agenda de direitos humanos. A participação desses grupos começa a se tornar mais expressiva a partir da

COP26, realizada em 2021 em Glasgow, na Escócia. A sociedade civil esteve presente em peso, mostrando-se ainda mais atenta e mobilizada na busca de soluções para seus territórios, levando suas reivindicações e mensagens diretamente ao centro dos debates globais.

Movimento que se repetiu no ano passado, na COP27, no Egito, com participação expressiva da sociedade civil brasileira, que se conectou em torno dessas agendas em um pavilhão exclusivamente criado com essa finalidade, o Hub Brasil. E que tende a se manter e/ou ampliar agora na COP28, que acontece este ano, em Dubai.

Nesse contexto, a filantropia pode ocupar um papel fundamental no enfrentamento à crise climática já que, a partir do apoio financeiro, busca fortalecer grupos e minorias políticas que atuam na linha de frente, fomentando a criação e implementação de soluções locais, em acordo com o que eles determinam como prioridade para gerar as necessárias transformações em suas comunidades e territórios. E aqui não estamos nos referindo à filantropia *mainstream*,

A filantropia pode ocupar um papel fundamental no enfrentamento à crise climática já que, a partir do apoio financeiro, busca fortalecer grupos e minorias políticas que atuam na linha de frente, fomentando a criação e implementação de soluções locais, em acordo com o que eles determinam como prioridade para gerar as necessárias transformações em suas comunidades e territórios.

e sim à filantropia comunitária, entendida como uma prática baseada no poder transformador dos movimentos, grupos e organizações de base presentes em todos os biomas brasileiros, que cumprem um papel crucial para a regulação climática do planeta.

O campo da filantropia brasileira é bastante amplo e diverso, já que envolve desde fundações empresariais e familiares até fundos independentes de justiça criados por lideranças e ativistas da sociedade civil. No contexto desta análise, queremos destacar o lugar estratégico e diferenciado que tem a filantropia independente de justiça socioambiental quando coloca o foco de atuação no apoio à sociedade civil, reconhecendo seu papel protagonista nos processos de transformação social.

No Brasil, existe um conjunto de organizações da filantropia independente que apoia iniciativas no campo da justiça socioambiental – 16 delas integram a Rede Comuá – e, que atua no sentido de democratizar e garantir o acesso a recursos financeiros para o desenvolvimento de iniciativas capazes de implementar soluções locais aos desafios enfrentados pelas comunidades, contribuindo dessa forma para o reconhecimento e acesso a direitos, principalmente de minorias políticas.

Embora no contexto da emergência climática haja promessas de doação em escala crescente – muitas delas originárias de cooperação e filantropia internacional –, populações locais e organizações que trabalham com financiamento climático argumentam que uma proporção significativa dos recursos não chega diretamente a elas.

Na COP26, por exemplo, vários países e organizações – Reino Unido, EUA, Alemanha, Noruega e Países Baixos, junto a 17 fundações – anunciaram o Indigenous Peoples and Local Communities’ Forest Tenure Pledge, um compromisso de doar US\$ 1,7 bilhão, de 2021 a 2025, para que povos originários e comunidades tradicionais sigam protegendo seus territórios e desempenhando papel crucial na luta contra a crise climática.

Após um ano do anúncio, o relatório anual da própria iniciativa traz dados que demonstram que haviam sido doados US\$ 321,629,749, dos quais metade (51%) foi canalizada para ONGs internacionais que operam projetos com povos indígenas e populações tradicionais. Governos ficaram com 17% desse valor, seguidos por agência ou fundo regional (8%). Apenas 7% dos recursos foram disponibilizados diretamente para organizações indígenas e de populações tradicionais.

Muitos fatores dificultam que o financiamento climático chegue às comunidades locais: complexidade

Embora no contexto da emergência climática haja promessas de doação em escala crescente – muitas delas originárias de cooperação e filantropia internacional –, populações locais e organizações que trabalham com financiamento climático argumentam que uma proporção significativa dos recursos não chega diretamente a elas.

dos processos de financiamento, dificuldades no acesso das informações, barreiras linguísticas, dificuldades políticas, entre outras causas.

Resolver esses problemas exige uma abordagem integrada entre diversos atores, inclusive da sociedade civil de base comunitária, que precisa ocupar um lugar de destaque nessa dinâmica. Ao mesmo tempo, o fornecimento de informações precisas sobre os processos de financiamento, a coordenação dos esforços para que os recursos cheguem de uma maneira decolonizada para essas comunidades, se tornam ações estratégicas para o enfrentamento da crise climática.

Ampliar o acesso de comunidades e populações fortemente afetadas pelas mudanças climáticas a espaços de tomada de decisões, como as COPs, é uma ação estratégica. Em 2021 o Fundo Casa Socioambiental, um dos fundadores da Rede Comuá, levou para a COP27, que aconteceu no Egito, uma delegação de 14 pessoas oriundas das mais diversas lutas: quilombolas, advogadas populares da Amazônia, vozes locais e regionais pela produção de energia renovável de forma distribuída, entre outros.

As organizações doadoras independentes locais – que, de acordo com um mapeamento recente, são mais de 30 no Brasil – ocupam um papel sumariamente importante para que os recursos aterrizem onde precisam e devem chegar. Essas organizações apoiam diretamente iniciativas desenvolvidas pelas comunidades locais e possuem um histórico de sucesso nessa ação.

Essas doações são, certamente, mais ágeis e flexíveis do que outras formas de financiamento, permitindo

uma resposta mais rápida e efetiva aos desafios climáticos locais. Esses fundos não são executores de projetos, mas contribuem como parceiros no processo de transformação ao mobilizar e doar recursos para que os grupos, lideranças e organizações da sociedade civil possam implementar as soluções que entendem que são necessárias e prioritárias para as suas realidades

No Sul Global existem diversas organizações doadoras independentes locais, fortemente consolidadas, com grande expertise na gestão e doação de recursos, monitoramento e avaliação de projetos, e com enorme experiência em apoiar diretamente as comunidades tradicionais e locais.

Como fazer esse recurso chegar é a grande resposta que o campo internacional busca, e já há soluções facilmente acessíveis para fazer com que isso aconteça. As organizações independentes doadoras integrantes da Rede Comuá, por exemplo, são uma delas. Doam milhões de dólares para milhares de grupos de base comunitária, em todos os mais importantes temas de justiça social

Doar para viabilizar as soluções das comunidades, movimentos e grupos que mais seriamente sofrem com os efeitos do clima, que são também os que mais contribuem para sua mitigação, é uma clara agenda de direitos humanos, e fundamental no Brasil. Somente com uma sociedade cujos direitos de voz e participação efetiva são garantidos, haverá justiça climática.

e ambiental. E, cada vez mais, cada um desses apoios se mostra diretamente conectado à justiça climática, que é o grande desafio do nosso tempo.

Doar para viabilizar as soluções das comunidades, movimentos e grupos que mais seriamente sofrem com os efeitos do clima, que são também os que mais contribuem para sua mitigação, é uma clara agenda de direitos humanos, e fundamental no Brasil. Somente com uma sociedade cujos direitos de voz e participação efetiva são garantidos, haverá justiça climática.

* **Cristina Orpheo** é diretora executiva do Fundo Casa Socioambiental, formada em Administração, com pós-graduação em gestão de projetos sociais, terceiro setor e gestão ambiental. Tem 20 anos de experiência em elaboração e gestão de projetos, elaboração de projetos, planejamento estratégico e mobilização de recursos. Nos últimos 13 anos atua em Grantmaking no apoio às populações tradicionais e locais e também no campo da filantropia nacional e internacional.

Graciela Hopstein é diretora executiva da Rede Comuá. Mestre em educação (UFF) e Doutora em Política Social. Consultora, professora e pesquisadora na área social. Autora de artigos e livros com temáticas vinculadas a políticas públicas, movimentos sociais e filantropia.

** Texto publicado originalmente em: <https://umsoplaneta.globo.com/opiniao/post/2023/11/financiamento-climatico-sociedade-civil-e-a-agenda-de-direitos-reflexoes-sobre-a-filantropia-comunitaria.ghtml>

Quem cobrirá o ônus das mudanças do clima?

*Cristina Orphea e Rubens Harry Born**

Desde que começaram a ser realizadas as Conferências de Clima (COPs) promovidas pela ONU, um ponto fulcral, cuja resolução tem se mostrado complexa, diz respeito a quem coloca as mãos nos bolsos para pagar a conta de mitigar as causas e promover a adaptação à mudança climática.

Nas negociações da Convenção Quadro das Nações Unidas para a Mudança do Clima, antes mesmo da realização da primeira COP em 1995, na Alemanha, representantes dos estados nacionais travaram inúmeros debates e negociações para endereçar os custos dos impactos social, ambiental e econômico do aquecimento global.

Os maiores desafios para fazer avançar a agenda têm sido, claramente, determinar quem paga esta conta e quais condições devem ser atendidas por quem recebe os recursos.

A premissa assumida desde a Convenção Quadro é o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, partindo do ponto de que estados nação mais ricos são os principais responsáveis, historicamente, pela maior parte das emissões antrópicas de gases de efeito estufa que causam a crise climática.

Assim, países desenvolvidos deveriam financiar medidas de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. Enquanto os países desenvolvidos relutam em pagar essa conta, os países em desenvolvimento argumentam que os eventos climáticos extremos têm sido cada vez mais presentes em seus territórios, e que não possuem recursos para enfrentá-los.

Em 2009, na COP15, em Copenhague, foi estabelecida a meta de que os países desenvolvidos levantassem, juntos, US\$ 100 bilhões por ano para investir em ações de combate à crise do clima entre 2020 e 2025. Compromisso confirmado pelo Acordo de Paris em 2015.

A COP27, realizada no ano passado, destacou que essa meta ainda não foi alcançada, reiterando aos países desenvolvidos o pedido de urgência para que mobilizem esses recursos para atender às necessidades dos países em desenvolvimento.

Mesmo que se esteja avançando em alguma medida em financiamento climático, com a criação de fundos e arranjos nacionais e internacionais envolvendo governos, iniciativa privada, filantropia, dentre outros atores, esses recursos, ainda não suficientes, são ainda mais escassos quando se pensa nas organizações, movimentos e lideranças de base comunitária.

Na COP26, em 2021, por exemplo, vários países e organizações – Reino Unido, EUA, Alemanha, Noruega e Países Baixos, junto a 17 fundações – anunciaram o Indigenous Peoples and Local Communities’ Forest Tenure Pledge, um compromisso de doar US\$ 1,7 bilhão, de 2021 a 2025, para que povos originários e comunidades tradicionais sigam protegendo seus territórios e desempenhando papel crucial na luta contra a crise climática.

Após um ano do anúncio, o relatório anual da própria iniciativa traz dados que demonstram que haviam sido doados cerca de US\$ 321 milhões, dos quais metade (51%) foi canalizada para ONGs internacionais que operam projetos com povos indígenas e populações tradicionais.

Governos ficaram com 17% desse valor, seguidos por agência ou fundo regional (8%). Apenas 7% dos recursos foram disponibilizados diretamente para organizações indígenas e de populações tradicionais.

Comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas, de periferias das grandes cidades e as minorias políticas, de modo geral, são os grupos sociais mais afetados pela mudança do clima.

Por outro lado, são eles também os principais protetores das florestas e atuam na defesa do meio ambiente, dos seus territórios e dos recursos naturais.

Os diferentes segmentos envolvidos com essa agenda (governos, instituições multilaterais, empresas, organizações filantrópicas e entidades sem fins de lucro, entre outros) terão que reorientar sua forma de atuação e voltar sua atenção para essas comunidades, buscando facilitar a chegada de recursos na ponta.

Grandes fontes financeiras, como bancos privados, fundos de clima nacionais e internacionais e demais articulações e arranjos, que costumam destinar recursos a grandes projetos, precisam democratizar o acesso.

A filantropia pode ser um catalisador dessa ação, fazendo com que mais recursos cheguem aonde precisam chegar, facilitando a adaptação e a transformação ecológica nesses territórios.

A filantropia nacional e internacional vem, cada vez mais, se engajando na agenda climática e assumindo com-

promissos, como o Philanthropy for Climate. Embora essa seja uma tendência, relatório publicado pela Fundação Climate Works em 2023 demonstra que o financiamento filantrópico para a mitigação das mudanças climáticas desacelerou em relação ao ano anterior, e em relação ao crescimento que vinha sendo registrado entre 2019 e 2021.

Temos percebido uma tendência da filantropia internacional em atuar em blocos e redes de doadores, firmando ‘pledges’ (promessas) para financiar a agenda climática. No Brasil, o apoio a essa agenda começa a acontecer, mas ainda em ritmo tímido perto do necessário.

Para que tenha o alcance necessário, a filantropia deve aumentar sua ambição para fomentar soluções climáticas transformadoras em parceria com uma gama mais ampla de comunidades, movimentos e organizações.

Transferir mais fundos, o mais rapidamente possível, para os locais que mais precisam deles. E demonstrar coerência na atuação frente às desigualdades e à intrínseca conexão da emergência climática com a agenda de defesa de direitos humanos.

Temos uma filantropia diversa, que inclui investimento social privado, familiar, movimento por uma cultura de doação, fundos independentes, dentre outros. E iniciativas inovadoras e importantes, construídas com base na nossa realidade e necessidades.

Tais como a Rede Comuá, que reúne organizações independentes doadoras com atuação que se articulam pela filantropia comunitária e de justiça socioambiental, da qual

o Fundo Casa Socioambiental é membro. Essas organizações estarão na COP28 pautando discussões sobre a importância do financiamento climático verdadeiramente justo.

Dada a urgência, o movimento filantrópico brasileiro deve buscar ser mais pragmático e assertivo, renunciando ao protagonismo individual em prol de uma ação realmente conjunta, que traga mais potência e capilaridade para a aplicação dos recursos.

* **Cristina Orpheo** é diretora executiva do Fundo Casa Socioambiental, um fundo local brasileiro com 18 anos de atuação, mais de 3 mil projetos socioambientais apoiados e mais de R\$100 milhões doados diretamente para organizações de base comunitária. Formada em Administração, com pós-graduação em gestão de projetos sociais, terceiro setor e gestão ambiental, é especialista na elaboração e gestão de projetos, planejamento estratégico, mobilização de recursos e estratégias de grantmaking.

Rubens Harry Born é advogado e engenheiro civil, com especialização em engenharia ambiental. Mestre e Doutor em Saúde pública e ambiental. Fundador e conselheiro do Fundo Casa Socioambiental, Rubens é especialista em sustentabilidade ambiental e desenvolvimento social, cidadania, direito e governança global e local.

** Publicado originalmente em: <https://www.cartacapital.com.br/artigo/quem-cobrir-a-onus-das-mudancas-do-clima/>

Como a crise climática se conecta à violência contra ambientalistas

*Ana Valéria Araújo e Cristina Orpheo**

A crise climática está intrinsecamente ligada a formas históricas de violência de gênero, raça e classe, herança de séculos de colonialismo e exploração. Neste contexto, os países ricos possuem uma dívida histórica com o Sul Global, que não terá sua violência cessada apenas com medidas de mitigação. É preciso uma ação integral com uma abordagem muito mais ampla.

No centro desta crise estão justamente as periferias do mundo. Comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhas e moradores de periferias urbanas estão entre os mais afetados pelas mudanças climáticas. Comprovadamente, esses grupos são também os principais protetores dos biomas e dos recursos naturais. Nessas comunidades vivem homens e mulheres que dedicam suas vidas pela defesa do meio ambiente, muitas vezes se colocando em situações de extremo risco e ameaça em nome da proteção de seus territórios, comunidades e modos de vida.

Os fatos e os números são amplamente conhecidos: o Brasil ameaça e mata pessoas que defendem direitos humanos e ambientais. O mapeamento das organizações Terra de Direitos e Justiça Global publicado em junho de 2023 identificou 1.171 ocorrências de violência contra ativistas entre os anos de 2019 e 2022, sendo 169 assassinatos e 579 ameaças. Praticamente metade dos casos (47%) aconteceram na Amazônia Legal.

O relatório anual da Anistia Internacional apontou o Brasil como o quarto país do mundo com o maior número de

assassinatos de defensores de direitos humanos e do meio ambiente. Entre alguns dos casos mais emblemáticos estão os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips, em junho de 2022; do indígena Paulo Paulino Guajajara, morto em 2019; e o recente assassinato da liderança quilombola e mãe de santo Maria Bernadete Pacífico, Mãe Bernadete, ocorrido em 2023 no Quilombo Pitanga dos Palmares, município de Simões Filho na Bahia.

A sociedade civil organizada é parte fundamental de uma democracia forte. Ao mesmo tempo, o ideal democrático não se realiza plenamente se ativistas que se organizam para defender direitos fundamentais estão sob ameaça à sua vida e integridade por desempenharem o seu papel no debate público.

Somando os fatos, apesar do discurso verde do atual governo, a perspectiva para a diminuição da violência contra defensores ambientais no Brasil não é nada boa

Durante a COP 28 em 2023, após um período de negacionismo, o Brasil buscou se consolidar novamente como liderança climática. O governo reforçou o compromisso de eliminar o desmatamento até 2030 propondo um plano global para preservar as florestas. Porém, evita compromissos com a diminuição de investimentos em petróleo e gás, o que ficou evidente com a adesão à OPEP+, além da aprovação da exploração de novos blocos de petróleo e gás na Amazônia.

Paralelamente, o país negocia a produção e exportação de hidrogênio verde para países da Europa com investimentos bilionários, a custo de uma grande e rápida expansão de parques eólicos e solares. Porém na prática, o que

se observa não está nem perto de ser uma transição justa, popular e inclusiva, com o devido respeito às populações locais. Não são poucos os relatos de ameaças a comunidades e seus modos de vida tradicionais em meio a expansão das renováveis, especialmente no Nordeste.

Somando os fatos, apesar do discurso verde do atual governo, a perspectiva para a diminuição da violência contra defensores ambientais no Brasil não é nada boa.

Diante da atual realidade, organizações da filantropia nacional tem se articulado e trabalhado para encontrar caminhos que garantam a vida das pessoas defensoras de direitos humanos e ambientais. Fundos como o Fundo Brasil de Direitos Humanos e o Fundo Casa Socioambiental estabeleceram redes e laços profundos com instituições locais e regionais ao longo das últimas décadas para enfrentar este desafio complexo, especialmente na Amazônia e no Matopiba.

A filantropia comunitária e de justiça socioambiental, praticada por estes fundos, é realizada por meio de uma escuta ativa com defensores e organizações locais, para então realizar apoios emergenciais como resposta rápida a situações críticas, como risco de vida iminente.

Além do suporte emergencial, os fundos participam de grupos de trabalho para debater a proteção das pessoas defensoras, compartilhando experiências e aprimorando estratégias para cessar a violência. Os pedidos de ajuda são rapidamente analisados e os recursos doados podem ser usados para retirar uma pessoa ameaçada temporariamente de seu território, custear assistências jurídica e psicológica, instalar equipamentos de segurança, entre outras medidas.

Em setembro de 2023, durante o Mês da Filantropia que Transforma, uma iniciativa da Rede Comuá, o Fundo Brasil e o Fundo Casa realizaram um evento aberto a várias organizações do país para discutir o papel dos apoios emergenciais. A análise geral das organizações participantes ressalta a necessidade de avançar na construção de uma cultura de proteção integral, elaborada coletivamente pelas organizações locais e regionais, apoiada pela filantropia com uma abordagem sistêmica.

Os mecanismos emergenciais são cruciais, mas é essencial desenvolver estratégias mais amplas de proteção, considerando a complexidade das situações de violência e fragilidade dos territórios, que envolvem desde limitações das estruturas estatais a até mesmo a presença do crime organizado. Nesse cenário, as relações de confiança e as ações em rede são extremamente necessárias para uma atuação segura, tanto para as organizações como para os defensores e defensoras de direitos humanos e meio ambiente.

A violência contra ativistas, especialmente indígenas e negros, é uma realidade, que reflete a desigualdade do país. A proteção de indivíduos deve estar vinculada à proteção territorial, pois territórios de floresta e comunidades tradicionais estão entre os alvos principais.

Diante das ameaças enfrentadas pelas pessoas defensoras, o Estado brasileiro assume um papel duplo e contraditório. É ele quem deve elaborar políticas públicas e executar ações de proteção – de ativistas e territórios. Mas o Estado é também perpetrador de violações ao não demarcar terras indígenas e quilombolas, prolongando e até mesmo potencializando conflitos e disputas por territórios e recursos naturais, entre outras omissões. Para manter a

coerência de seu discurso internacional sobre proteção das florestas, é fundamental que o Estado faça a sua parte ampliando as políticas de proteção.

Já do lado da sociedade civil, o combate à violência contra defensores de direitos humanos e ambientais exige abordagens criativas e contínuas. A filantropia deve facilitar o acesso aos recursos e fortalecer os laços com o ativismo de base, entendendo o processo de construção da ameaça como uma emergência. É crucial também pensar no pós-apoio emergencial, garantindo um retorno seguro das pessoas ameaçadas aos seus territórios, dando continuidade a suas vidas em segurança.

Para mudar essa realidade é preciso ir além do olhar apenas para momentos críticos e entender que a continuidade dos apoios é fundamental. Não haverá solução para a crise climática global se as pessoas que dedicam suas vidas à proteção de direitos não forem valorizadas e protegidas. Este deve ser um compromisso da humanidade, para a humanidade e também com o planeta.

* **Ana Valéria Araújo** é superintendente do Fundo Brasil de Direitos Humanos. É advogada formada pela Faculdade de Direito da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), mestre em direito internacional pela American University e especializada em direitos indígenas e na defesa dos direitos socioambientais. É sócia-fundadora do ISA (Instituto Socioambiental). Foi diretora executiva da Rainforest Foundation US, em Nova Iorque (EUA).

Cristina Orpheo é diretora executiva do Fundo Casa Socioambiental. É formada em Administração, com pós-graduação em gestão de projetos sociais, terceiro setor e gestão ambiental. Tem 20 anos de experiência em elaboração e gestão de projetos, gestão de recursos humanos, elaboração de projetos, planejamento estratégico e mobilização de recursos. Atua em Grantmaking e apoios a grupos comunitários de base.

**Publicado originalmente em: <https://www.nexojournal.com.br/ensaio/2024/01/16/como-a-criese-climatica-se-conecta-a-violencia-contra-ambientalistas>

COP28: Seguirão invisíveis os verdadeiros protagonistas?

*Maria Amália Souza**

O mundo estará reunido na COP28, a Conferência do Clima da ONU, que ocorrerá nos Emirados Árabes Unidos. Prestes a receber a “sua COP” em 2025, o Brasil se orgulha da “megadelegação” que levará ao evento este ano. Serão, aproximadamente, 1,5 mil pessoas. Fala-se na presença de 15 ministros, e 110 eventos no pavilhão nacional. Por lá, diplomatas, representantes dos mais altos escalões do governo e da nata da sociedade civil discutirão temas importantes, como aumentar o uso de fontes de energia limpas, reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e convencer os países mais ricos a financiar ações climáticas nos países mais pobres, e, até mesmo, “chegar a um novo acordo para as nações em desenvolvimento, focando na natureza e nas pessoas”. Estamos falando aqui de uma das mais poderosas pontas no complexo cenário da defesa ao meio ambiente no mundo; aquela que efetivamente decide.

Mas, uma lição que parece estar longe de ser aprendida, é a de que existe também uma outra ponta: a de quem vive, sofre e até morre por pertencer, depender e defender as florestas. Esses ainda são completamente relegados à invisibilidade, não por acaso. No Brasil, que abriga cerca de 1,5 milhão de indígenas e 1,3 milhão de quilombolas, e onde o racismo ambiental afeta principalmente as comunidades marginalizadas, como pessoas negras, indígenas e pobres (a maioria no país), ignorar seu papel fundamental na proteção das nossas florestas é a regra. Mesmo quando toda a ciência recente prova que são estes os verdadeiros protetores de mais de 80% das florestas do planeta, esse

fato segue fora das pautas oficiais, como se fosse somente um pequeno detalhe.

Ainda que nos últimos anos tenha sido perceptível o aumento da presença de representantes destas populações, elas seguem excluídas das decisões sobre seus territórios e seus modos de vida. Elas nem ao menos têm a chance de opinar sobre como construir o caminho que levará o mundo a atingir as grandes metas estipuladas nas conferências, como a de manter o aquecimento global dentro do limite de 1,5°C. Em 2023, o Papa Francisco, que anunciou sua ida aos Emirados Árabes Unidos, falou que “adotar uma atitude renunciante a respeito da COP28 seria auto lesivo, porque significaria expor toda a humanidade, especialmente os mais pobres, aos piores impactos da mudança climática”.

Porém, nas COPs, onde estão eles? Bem longe das grandes decisões. Os pouquíssimos representantes das populações marginalizadas que conseguem chegar às conferências tentam se fazer ouvir por meio de manifestações, participação em eventos, buscas incessantes por aberturas de diálogos. Tudo isso, ainda meio perdidos pelos corredores da conferência, muitas vezes sem orientação.

Para transformar esta realidade e encurtar a distância entre os acordos mundiais e a realidade daqueles que vivem o dia a dia da floresta, o Fundo Casa Socioambiental iniciou, em 2022, um processo de formação, via encontros virtuais, que busca preparar as pessoas interessadas na COP a entender como se relacionar com ela. Promover o intercâmbio de experiências e informações com lideranças que atuam por sustentabilidade socioambiental e pela integridade de seus territórios tem sido sua prioridade. O

ponto de partida é a realidade da Amazônia brasileira, em que os desafios vão desde assegurar os direitos da natureza em sua integralidade até garantir a proteção da vida de defensores das causas socioambientais. O enfrentamento a projetos que ampliam as mudanças climáticas na região, como a construção de hidrelétricas, hidrovias, e a expansão da exploração do petróleo em rios e na foz do Amazonas são parte dessas reflexões, assim como todo o debate relacionado a créditos de carbono e os investimentos na economia da sociobiodiversidade.

Ao todo, 63 pessoas participaram da formação em 2022 e 2023, representando 15 estados brasileiros e sete países. O Fundo Casa repete, em 2023, o apoio a uma delegação de atores locais. Em 2022, levou 14 pessoas para o Egito e, este ano, leva uma delegação de 17 pessoas a Dubai, entre membros da equipe e parceiros estratégicos. Para esses, o sucesso da COP inclui que suas vozes sejam ouvidas. Orientados e preparados para falar a dura linguagem das conferências, eles pretendem aumentar sua visibilidade, mostrando ao mundo que não é sem razão que são considerados os guardiões das florestas. Deixarão o país mais megabiodiverso do mundo para ir à região onde o petróleo é dominante com uma missão: dar mais um passo para salvar as suas vidas e as chances de a humanidade seguir vivendo neste Planeta.

* Maria Amália Souza é fundadora e diretora de Desenvolvimento Estratégico do Fundo Casa Socioambiental, membro-fundadora da Rede Comuá de Filantropia para Justiça Social e lidera a participação do Fundo Casa em várias coalizões internacionais de fundos e fundações filantrópicas.

**Publicado originalmente em: <https://projetocolabora.com.br/ods13/cop28-seguirao-invisiveis-os-verdadeiros-protagonistas/>

Uma aliança pioneira pela filantropia socioambiental no sul global

Juliana Tinoco*

Foto: Wylly Suhendra/Unsplash



Do centro das discussões mais progressistas sobre a direção da filantropia global contemporânea, emerge um caso notável de colaboração Sul-Sul: a Alianza Socioambiental Fondos del Sur. A Aliança dos Fundos Socioambientais do Sul Global (em português) é uma rede pioneira de fundos locais de apoio à filantropia comunitária que atuam no Sul Global.

Essa colaboração se insere no atual movimento de reflexão profunda sobre o futuro da filantropia global, buscando promover mudanças significativas no setor, com ênfase em uma atuação mais justa, equitativa e transformadora, alinhada com a abordagem exemplar da Rede Comuá no Brasil. Para além do contexto brasileiro, porém, esse é um

movimento crescente em todo o Sul Global, onde o ecossistema de organizações ativistas dentro da filantropia se fortalece a partir de redes, alianças e demais formatos colaborativos comprometidos com essas diretrizes igualitárias.

Os fundos locais sob o guarda-chuva da Alianza Fondos del Sur são organizações oriundas do contexto socioambiental, que se distinguem de outros fundos gerenciados pelo (e no) Norte Global a partir da legitimidade que possuem como organizações ativistas locais, mobilizando recursos para apoiar organizações comunitárias em seus países e regiões, na vanguarda da proteção socioambiental.

Nas últimas décadas, esses fundos desenvolveram uma abordagem única e eficaz para financiar e apoiar organizações comunitárias. Esse novo modelo visa aumentar as chances dos grupos locais (com suas diversas culturas, lutas e soluções) acessarem os recursos necessários, fortalecendo a capacidade das organizações de base de implementarem suas próprias soluções.

O campo da filantropia comunitária surge precisamente da valorização do papel das comunidades locais, seus líderes e recursos, no enfrentamento dos maiores desafios de nosso tempo. Infelizmente, tais forças são frequentemente as mais excluídas do foco filantrópico, enfrentando desafios significativos em termos de acesso a recursos – muitas vezes invisíveis para os doadores tradicionais.

O modelo de apoio dos fundos locais combina a assistência financeira (por meio de bolsas catalíticas) com a capacitação (por meio de assistência técnica, troca de conhecimento entre diferentes grupos e promoção de apren-

O campo da filantropia comunitária surge precisamente da valorização do papel das comunidades locais, seus líderes e recursos, no enfrentamento dos maiores desafios de nosso tempo. Infelizmente, tais forças são frequentemente as mais excluídas do foco filantrópico, enfrentando desafios significativos em termos de acesso a recursos – muitas vezes invisíveis para os doadores tradicionais.

dizado entre pares), entre outras ferramentas. A estratégia abrange os contextos diversos de cada bioma ou região, compreendendo seus principais desafios, experiências bem-sucedidas, lições, atores envolvidos e, em última análise, identificando áreas onde recursos estratégicos podem ser direcionados para apoiar iniciativas significativas.

A Aliança reúne hoje fundos socioambientais de longa data, como o Fundo Casa Socioambiental, no Brasil, o Fondo Acción Solidaria, no México, a Fundación Tierra Viva, na América Central e o Instituto Samdhana, no Sudeste Asiático, a fundos recentemente lançados, como a Fundación Semilla, na Bolívia, o Fondo Socioambiental Peru, no Peru, o Fondo Socioambiental Emerger, na Colômbia, o Fondo Ñeque, no Equador, o Fundo Tindzila, em Moçambique e o Environmental Justice Fund, na África do Sul.

Apesar de ter sua origem na comunhão de atores ao longo de pelo menos três décadas, essa iniciativa pioneira ainda está dando seus primeiros passos oficiais. Em dezembro de 2023, completaremos dois anos

de existência, marcada por consolidação e expansão, com a formação de nosso comitê gestor (composto pelos fundos Casa, Emerger e Tindzila) e a chegada de novos membros. Nossa missão seguirá trazendo visões diversas dos atores do Sul Global, e demonstrando os resultados de uma abordagem de filantropia comunitária para a justiça climática – somando-se, dessa forma, a esse ativo movimento progressista no campo da filantropia.

[Para conhecer mais sobre nosso trabalho, acesse nosso site.](#)



Foto: Hannah Busing | Unsplash

*Juliana Tinoco é coordenadora executiva da Alianza Socioambiental Fondos del Sur

A filantropia comunitária como um caminho para promover justiça socioambiental com pessoas LGBTQIA+

*Mica Peres e Yasmin Morais**

Estima-se que o percentual de brasileiros que se declaram LGBTQIA+ seja de 12%, ou cerca de 19 milhões de pessoas, mas, ao contrário do que poderíamos deduzir quando somos apresentadas à dados demográficos de uma população, esse não é um dado oficial de algum órgão governamental brasileiro como o IBGE. Essa estimativa é resultado de uma pesquisa desenvolvida pela Unesp e USP publicada na Nature Scientific Reports, uma vez que o IBGE somente passou a coletar qualquer dado sobre orientação sexual no Brasil em 2019, excluindo dessa coleta qualquer aspecto de identidade de gênero ou sexualidades para além de homossexualidade e bissexualidade, e ainda de forma muito experimental.



Como saber, então, quantos somos, onde estamos, nosso nível de escolaridade? Como saber o que nos afeta, o que precisamos, quais direitos buscamos?

As informações sobre a população LGBTQIA+ no Brasil são produzidas quase que em sua totalidade por ações pontuais de órgãos estatais, pesquisas universitárias, de movimentos sociais e por organizações da sociedade civil. A ABGLT (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) realizou, em 2016, uma pesquisa que revelou que 60,2% dos estudantes LGBT consultados se sentiam inseguros por conta de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero em sala de aula. Segundo a Mais Diversidade, 54% da população LGBTQIA+ consultada não se sentia segura para declarar sua identidade de gênero e sexualidade no trabalho, segundo a Catho, cerca de 33% das empresas do Brasil não contratariam pessoas LGBTQIA+ para cargos de chefia/liderança, segundo a Antra, apenas 4% da população trans e travesti possuem emprego formal, 6% possuem emprego informal e cerca de 90% trabalham com prostituição. Segundo o Grupo Gay da Bahia, 35,5% das pessoas LGBTQIA+ assassinadas em 2019 foram mortas dentro de suas próprias casas, em sua maioria por pessoas conhecidas ou familiares.

Essa é apenas parte do cenário caótico e precário do acesso a direitos básicos pela população LGBTQIA+. Quando adicionamos as diversas violências sofridas pelo entrecruzamento de opressões sofridas pela população preta, indígena, quilombola, PCDs, em sofrimento mental, de religiões de matriz africana e/ou não-cristãs, a precarização dessas vidas chega a limites surreais de descaso e invisibilidade.

E como pensar ações de enfrentamento às mudanças climáticas para pessoas invisíveis?

É difícil, mas propomos aqui caminho possível: a filantropia comunitária de justiça socioambiental.

Considerando as mudanças climáticas e seu impacto negativo para nós, pessoas LGBTQIA+, e suas intersecções, acreditamos que a filantropia comunitária pode ser um caminho para avançar com a justiça socioambiental para essas populações de diversas formas.

Primeiramente, a filantropia comunitária de justiça socioambiental se baseia numa perspectiva interseccional e sistêmica, pois reconhece as múltiplas formas de desigualdade e opressão que enfrentamos. Essa perspectiva vai além de uma visão simplista do impacto das mudanças climáticas, que considera só as mudanças visíveis nas paisagens e ecossistemas, por exemplo.

A partir de uma visão interseccional, a filantropia comunitária olha para como as mudanças climáticas afetam diferentes grupos sociais, como pessoas LGBTQIA+ que também são pretas, indígenas, com deficiência etc., e que afeta de maneiras distintas cada território, cada condição socioeconômica. Afetam as condições de sobrevivência de populações diversas, de forma diferente nos campos e nas metrópoles, nas matas, praias e nas cidades dos interiores, nos climas secos e nos úmidos. Afeta corpos e realidades diferentes quando suas condições básicas de subsistência e florescimento são direta ou indiretamente afetadas.

Quando a única opção de uma pessoa LGBTQIA+ é atuar em trabalhos precarizados pela baixa escolaridade, quais

trabalhos que não são afetados pelas crises do clima? E se trabalham nas ruas das metrópoles, em subempregos, o que acontece quando tudo fica alagado? E se moram em locais de risco devido ao resultado de anos de exclusão socioeconômica, sobretudo pela sua condição LGBTQIA+, quem terá a casa destruída por desabamentos?

A visão sistêmica contribui para abraçar ainda mais a complexidade deste tema, já que mudanças climáticas fazem parte das opressões que grupos minorizados sofrem dentro de um sistema que nos marginaliza.

Para combater essa desigualdade, é essencial direcionar recursos e esforços para atender às necessidades específicas das pessoas LGBTQIA+ afetadas pelas mudanças climáticas. A filantropia comunitária desempenha um papel crucial ao apoiar iniciativas locais e organizações comunitárias que se concentram em enfrentar os desafios ambientais enfrentados por essas comunidades.

Além disso, a filantropia comunitária incentiva a ação coletiva a partir da base, fortalecendo as próprias comunidades LGBTQIA+ afe-

Quando a única opção de uma pessoa LGBTQIA+ é atuar em trabalhos precarizados pela baixa escolaridade, quais trabalhos que não são afetados pelas crises do clima? E se trabalham nas ruas das metrópoles, em subempregos, o que acontece quando tudo fica alagado? E se moram em locais de risco devido ao resultado de anos de exclusão socioeconômica, sobretudo pela sua condição LGBTQIA+, quem terá a casa destruída por desabamentos?

A filantropia comunitária incentiva a ação coletiva a partir da base, fortalecendo as próprias comunidades LGBTQIA+ afetadas. Ao investir em redes locais, grupos de defesa de direitos e organizações comunitárias, estamos capacitando as pessoas LGBTQIA+ para liderarem a mudança em seus próprios contextos, impulsionando a justiça socioambiental.

tadas. Ao investir em redes locais, grupos de defesa de direitos e organizações comunitárias, estamos capacitando as pessoas LGBTQIA+ para liderarem a mudança em seus próprios contextos, impulsionando a justiça socioambiental.

Outro aspecto importante é garantir o acesso a direitos básicos, como saúde adequada, moradia segura, trabalho digno e educação de qualidade. Através da filantropia comunitária, recursos são disponibilizados para assegurar que nós, pessoas LGBTQIA+, tenhamos acesso a esses direitos fundamentais, fortalecendo nossa capacidade de enfrentar os desafios impostos pelas mudanças climáticas e de nos mobilizar em prol de nossas comunidades.

Também faz parte da ideia de filantropia comunitária a promoção de novos espaços de participação política, mudança de poder, fortalecendo a base para que as pessoas LGBTQIA+ possam exercer influência, liderar e incidir nas decisões políticas que afetam nossas vidas. A filantropia comunitária também pode facilitar o acesso de pessoas LGBTQIA+ a espaços políticos existentes,

tanto na esfera estatal quanto na esfera pública mais ampliada, como através da produção e disseminação de conhecimento a partir de pessoas e grupos LGBTQIA+. Esses esforços buscam reduzir a lacuna de dados que temos sobre essa população, além de pautar políticas públicas específicas para ela em seus diversos contextos.

Organizações da filantropia independente como os fundos membros da Rede Comuá atuam diretamente com essas temáticas e têm pensado e juntado forças em ações conjuntas no enfrentamento das mudanças climáticas e garantia de direitos para a população LGBTQIA+. De fato, 100% dos membros da Rede Comuá trabalham com as intersecções entre meio ambiente, gênero, raça e população LGBTQIA+ e 75% das organizações desenvolvem ações diretamente com foco em justiça climática, participando também dos principais espaços de articulação nacionais e internacionais dessa temática.

Juntos, nos últimos dois anos, esses fundos promoveram mais de 40 editais direcionados para justiça

Também faz parte da ideia de filantropia comunitária a promoção de novos espaços de participação política, mudança de poder, fortalecendo a base para que as pessoas LGBTQIA+ possam exercer influência, liderar e incidir nas decisões políticas que afetam nossas vidas.

socioambiental, gênero, raça e população LGBTQIA+. Foram mais de 100 milhões de reais doados diretamente para ações de justiça social no ano de 2022, para mais de 1900 iniciativas no Brasil. Fundos como o Fundo Casa Socioambiental, Fundo Positivo, Fundo Elas+, Fundo Baobá, Casa Fluminense, Fundo Brasil, entre outros, são atores de grande importância nessa balança e têm contribuído, através da filantropia comunitária e de justiça socioambiental, para mudar esse cenário.

Em resumo, nesse mês do orgulho LGBTQIA+ [junho] marcando o Dia Mundial do Meio Ambiente que aconteceu no último dia 5, destacamos a filantropia comunitária como um caminho crucial na promoção da justiça socioambiental para pessoas LGBTQIA+ afetadas pelas mudanças climáticas.

* **Yasmin Morais** é uma mulher cis e pansexual. Graduada em Relações Internacionais pela University of Boston/Universidade Anhembi Morumbi e mestranda em Poder, Participação e Mudança Social pelo Institute of Development Studies. Assistente de programas focada em promover o engajamento e participação das organizações-membro da Rede Comuá.

Mica Peres é uma pessoa trans não binária e militante pelos direitos da população LGBTQIA+. Autora do "Dossiê sobre o lesbocídio no Brasil" (Livros Ilimitados, 2018) e de diversos artigos sobre direitos lésbicos. Coordenadora de operações da Rede Comuá e editore-chefe da Ape'Ku Editora.

Desafios da mobilização de recursos no Brasil para apoiar as causas socioambientais e de justiça social

*Larissa Ferreira**

No início de 2022, o FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental iniciou o planejamento e a estruturação da campanha de doação “Quanto Vale?”, que foi lançada ao público em julho do mesmo ano. O objetivo da campanha foi apoiar três movimentos socioambientais que atuam com ações de base comunitária, educação ambiental, cultura e arte no Litoral Norte de São Paulo, reconhecendo a atuação desses coletivos para a conservação da Mata Atlântica e da cultura popular.

Para isso, buscou-se sensibilizar empresas e pessoas que tem relações com o território para se tornarem doadoras, tornando-se integrantes da campanha “Quanto Vale?” e assim, fortalecer as iniciativas do Coletivo Educador de Bertioxa, Coletivo Caiçara e Coletivo Escambau Cultura.

A experiência do FunBEA com o planejamento e a estruturação da campanha de doação “Quanto Vale?” (2022) evidenciou que é desafiadora a mobilização e doação de recursos financeiros no Brasil, principalmente para o apoio de causas socioambientais e de justiça social.

Por meio da pesquisa “Filantropia comunitária e Educação Ambiental: análise do círculo de doadores do Litoral Norte de SP”, que fez parte da primeira edição do Programa Saberes da Rede Comuá, buscou-se, dentre outros aspectos, investigar esses desafios dialogando com a própria equipe do FunBEA envolvida na campanha, outros fundos e organizações sociais que possuem experiências com círculos

A questão de que os impactos, sejam eles positivos ou negativos, que determinado grupo gera em um território não é restrito ao território, ainda é de difícil compreensão, a ponto de, por exemplo, dificultar uma doação que não seja para o município em que a/o doador(a) está localizada(o).

de doação e com potenciais doadores da campanha “Quanto Vale?”.

Para a equipe do FunBEA envolvida na campanha, os principais desafios estiveram relacionados ao envolvimento de diferentes municípios, o que dificulta a captação com órgãos públicos municipais. Outro desafio apontado foi o de dar visibilidade à área de impacto da atuação dos coletivos para as(os) doadoras(es). Por exemplo, os coletivos que atuam e contribuem para a conservação da Mata Atlântica em São Sebastião, estão contribuindo para toda a região do Litoral Norte.

A questão de que os impactos, sejam eles positivos ou negativos, que determinado grupo gera em um território não é restrito a ele, ainda é de difícil compreensão, a ponto de, por exemplo, dificultar uma doação que não seja para o município em que a/o doador(a) está localizada(o).

Outro ponto levantado foi o tempo necessário para maturação da estratégia de relacionamento entre doadoras(es) e a campanha, pois no caso do relacionamento com potenciais doadoras(es) em que não existia um contato prévio, esse tem-

po costuma ser maior, muitas vezes extrapolando o tempo planejado para a campanha.

Além do fator limitante de tempo, uma reflexão levantada sobre o relacionamento com potenciais doadoras(es) é em relação ao quanto de espaço a(o) doador(a) tem para construir junto a campanha. Existem diferentes perfis de doador(a) e é um desafio compreender cada perfil e o envolvimento que deseja ter com a campanha.

Essa questão também foi apontada por Giovanni Harvey, diretor executivo do Fundo Baobá, quando compartilhou que um dos desafios na estruturação do círculo de doação do fundo esteve relacionado a compreender o perfil da pessoa doadora e definir uma estratégia que envolva essa pessoa.

Também se percebeu que o desafio de mobilizar recursos para as causas socioambientais e de justiça social está relacionado à sensibilização de quem doa, principalmente na perspectiva de ações mais estruturantes e a longo prazo.

O gerente da Associação Comercial de Caraguatuba compartilhou que a Associação realiza doações para entidades da cidade que são voltadas mais para a assistência social. Ele diz que: “Muita gente não dá valor para o lado ambiental, o lado social por ser motivo mais emocional né, as pessoas sempre ajudam mais”. E complementa que o desafio é sensibilizar as(os) empresárias(os) para causas que podem parecer distantes do cotidiano, tais como, a preservação ambiental e a valorização cultural de iniciativas no território.

Ao dialogar com Larissa, gestora de projetos e de fundos de investimento social do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), ela apontou para o desafio de sensibilizar para a causa da justiça social, que pode ser um tema amplo quando a causa não está definida. Enquanto Elissa, coordenadora de desenvolvimento institucional da Associação Acorde, apontou para os desafios de mobilizar doações para uma questão que não seja de assistência social, mas sim, para formação de jovens a longo prazo, por exemplo.

Os desafios para a mobilização de recursos financeiros para apoiar grupos, coletivos e movimentos de base que lutam por seus territórios, em defesa da vida e de um bem viver coletivo são muitos. É preciso romper com a lógica das doações apenas assistencialistas e imediatas, e ampliar a compreensão do impacto que as doações, quando comprometidas com as agendas de justiça socioambiental, garantia de direitos e o desenvolvimento comunitário, geram nos territórios.

Quer saber mais sobre os achados das experiências internacionais de círculos de doação e conferir as referências deste texto? Acesse o relatório completo da pesquisa! [Clique aqui.](#)

* **Larissa Ferreira** é gestora e Analista Ambiental, atualmente é mestranda em Educação na UFSCar. Atua como educadora voluntária no FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental. Fez parte da primeira edição do Programa Saberes da Rede Comuá, com a pesquisa intitulada “Filantropia Comunitária e Educação Ambiental: análise do círculo de doadores do Litoral Norte de São Paulo”.



4

filantropia e saberes



Foto: Vivaan Trivedii | unsplash

fomentar a produção e o compartilhamento de conteúdo e conhecimento a partir da sistematização e análise de práticas, experiências, reflexões e desenvolvimento de estudos e tecnologias sociais que possam impulsionar e posicionar as agendas da filantropia comunitária e de justiça socioambiental nos ecossistemas filantrópicos é o objetivo do Programa Saberes, idealizado e desenvolvido pela Rede Comuá.

Os resultados produzidos pela primeira turma de pesquisadores/as demonstram que a valorização dos saberes de quem atua diretamente com essas filantropias nos territórios é fundamental para incentivar a reflexão, partindo da prática, junto à filantropia *mainstream*, buscando ampliar os recursos doados para a sociedade civil gerar transformações de realidades.

As análises aqui sistematizadas, feitas pelos integrantes da primeira turma do Programa Saberes, falam por si.



Tecendo um fio condutor entre as pesquisas da primeira edição do programa Saberes: possibilidades da filantropia comunitária no Brasil por meio de colaboração em rede de pesquisadores

*Cleber Rodrigues**

A filantropia comunitária representa um campo fértil para a inovação social, reunindo uma variedade de atores e organizações que se unem para promover mudanças positivas nas comunidades. A maneira como o repasse de recursos, seja financeiro, técnico ou intelectual, chega às bases é, sem dúvida, um componente de grande impacto social. Nesse cenário, o trabalho estratégico de indivíduos e organizações, como a Associação Nossa Cidade, o ICOM, o FunBEA, o ISPN, entre outros, ganha destaque e conexões por meio do Programa Saberes, uma iniciativa da Rede Co-

muá. Essas organizações, e sobretudo esses indivíduos, têm se dedicado à transformação social e ao impacto positivo em suas respectivas comunidades e territórios.

Após ter absorvido a inspiração e a coragem expressas em todas essas pesquisas produzidas para o programa Saberes, vejo elementos que me ajudam a moldar minha própria identidade e atuação no campo da filantropia de justiça social. Permitam-se me apresentar: sou Cleber Rodrigues e serei seu guia nesta jornada através das pesquisas realizadas na primeira edição do Programa Saberes, promovido pela Rede Comuá. Mas, além disso, quero relacionar todo esse aprendizado às minhas próprias experiências como um homem negro, parte da comunidade LGBTQIA+, morador de uma comunidade periférica resiliente e muito potente, a minha acolhedora Nova Esperança.

Minha trajetória na filantropia é relativamente recente, com pouco menos de dez anos dedicados a compartilhar recursos e habilidades no meu território. Durante esse período, trabalhei em projetos voltados para a prevenção de doenças, educação em saúde e inclusão de idosos e membros da comunidade LGBTQIA+, e mais recentemente, estamos trabalhando em uma tecnologia social bastante inovadora que são as Casas Colaborativas em Comunidades. O projeto piloto acontece utilizando minha própria residência como base comunitária, a qual chamamos na comunidade de Casa Mirants. Diante desse contexto pessoal e voltando ao fio condutor pelas pesquisas desenvolvidas digo que, desde o início das apresentações, tanto a minha própria pesquisa quanto as dos demais bolsistas da Rede Comuá, pude identificar uma série de potencialidades e conexões com minha comunidade e história.

Um exemplo marcante dessas conexões é a pesquisa de Cássio de Souza, realizada no Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN. Sua abordagem sobre a avaliação de microprojetos socioambientais como mecanismo de filantropia trouxe uma perspectiva crucial e auxiliou na minha pesquisa. Suas descobertas ilustram como iniciativas de pequena escala podem se tornar poderosos catalisadores de transformação social, revelando o potencial latente em cada comunidade. Durante as apresentações do Cássio, realizadas em nossos encontros mensais, entre a equipe da Comuá e os bolsistas do programa, pude entender mais profundamente a trajetória do instituto que ele representa, suas relações com os territórios apoiados e a maneira como o ISPN avalia os projetos que apoia. Essas informações foram extremamente valiosas para mim, pois me permitiram enxergar como minha própria atuação na filantropia pode ser otimizada e direcionada para criar um impacto mais significativo na minha comunidade.

Seguindo essa trilha pelo vasto campo da filantropia comunitária, percebo, por meio das experiências compartilhadas em outros projetos, como a educação e a conscientização ambiental estão intrinsecamente ligadas ao sucesso das ações desenvolvidas em nossas comunidades. No âmbito desse contexto, Larissa Ferreira, do FunBEA, desenvolve uma pesquisa fundamental ao explorar como a filantropia comunitária e a educação ambiental se entrelaçam, oferecendo respostas valiosas para questões humanitárias urgentes. Sua análise aprofundada sobre o círculo de doadores no Litoral Norte de São Paulo reflete como a preocupação com o meio ambiente pode unir comunidades e organizações em torno de objetivos comuns. Ao examinar as descobertas da pesquisa de Larissa, vejo uma relação direta

com os ajustes e avanços que minha proposta de pesquisa precisa fazer antes de iniciar efetivamente o projeto “Semeadando Fundos Comunitários”. Estamos no caminho certo, e essa interconexão de ideias e projetos está pavimentando um caminho claro para uma filantropia comunitária mineira ainda mais eficaz e significativa.

No entanto, a filantropia comunitária não se limita ao âmbito ambiental. A voz de Jézs Ipólito ressoa nessa orquestra cuidadosamente coordenada pela Rede Comuá. Ao voltar nossa atenção para a pesquisa de Jézs, percebemos seu impacto ao abordar as narrativas das mulheres negras sobre o campo da filantropia no Brasil. A perspectiva de futuro que emerge, especialmente a partir das regiões Norte e Nordeste, lança luz sobre um caminho que tende a ser mais lento em relação à equidade, justiça social e à transferência de capital financeiro. No entanto, a pesquisa destaca de maneira contundente o papel crucial desempenhado pelos coletivos de mulheres negras na construção de comunidades mais robustas e justas nessas regiões do país. Essa perspectiva lança um olhar crítico sobre a minha própria comunidade e os desafios que enfrentamos para incluir plenamente as mulheres em nossas organizações, permitindo que elas não apenas participem ativamente, mas também ocupem cargos de decisão. É um lembrete poderoso de que a jornada da filantropia comunitária deve ser inclusiva, diversa e socialmente justa.

Pra você que está seguindo esse fio condutor traçado pelas pesquisas apresentadas à Rede Comuá pelos bolsistas da primeira edição do Programa Saberes, te convido a uma jornada de autodescoberta, apresentado pelo projeto de pesquisa do querido Ronaldo Eli Júnior, do Terreiro Sítio das Matas. Em sua pesquisa intitulada “Ona Dudu, o Caminho

Preto”, a ação comunitária ganha vida e abraça a riqueza das tradições africanas na região Sul da Bahia. Ronaldo destaca de forma brilhante como a conexão com as raízes culturais pode desencadear um impacto poderoso e profundamente transformador na comunidade. Seu projeto, rico em espiritualidade e fé, não apenas oferece um bálsamo para as necessidades identificadas durante a pesquisa, mas também lança um apelo contundente à inclusão religiosa, especialmente dos terreiros das religiões de matriz africana junto às redes doadoras de recursos do país e além. Ele nos lembra, de maneira impactante, que esses espaços já eram centros de filantropia comunitária muito antes da chegada dos europeus às Américas ou mesmo antes do doloroso período de sequestro que nosso povo negro enfrentou na África. É uma lição profunda de como as raízes culturais podem ser fontes de força e solidariedade em nossas comunidades, servindo como um farol para o desenvolvimento da filantropia comunitária.

Da mesma forma, a atuação das organizações de base comunitária é de fundamental importância no apoio à diversidade que permeia todos os territórios. Mariana Assis, do Instituto Comunitário Grande Florianópolis – ICOM, mergulhou nas investigações sobre o fortalecimento dessas organizações na Grande Florianópolis, através de Consultorias para Impacto Social. Seu estudo destaca de forma incontestável a relevância de empoderar essas organizações, capacitando-as para desempenharem um papel ainda mais eficaz na promoção de mudanças positivas.

Aprendi, ao longo dessa jornada e com o auxílio de Mariana Assis, que nós, enquanto organizações de base comunitária, estamos mais próximos da produção de capital intelectual do que do capital financeiro, embora ela deixe claro que

este último é extremamente necessário para maximizar o impacto das ações que queremos promover no território.

No desfecho desta reflexão, considero que essas pesquisas são como peças de um quebra-cabeça. Elas se encaixam e formam uma imagem maior de como a filantropia comunitária pode moldar nosso país e eu estou imensamente feliz em contribuir. Elas nos inspiram a enxergar o potencial intrínseco em cada comunidade, destacam a importância da equidade e da diversidade de abordagens e revelam a força que emerge quando nos unimos em prol de um futuro mais inclusivo e sustentável. Vale destacar que não há exclusividade em relacionar todos os achados dessas pesquisas à minha própria comunidade e projetos. O mesmo exercício pode ser feito a partir da ótica de qualquer outra pesquisa ou bolsista representado nessa primeira temporada do Programa Saberes, graças às escolhas muito bem orquestradas feitas pela equipe da Rede Comuá.

Desejo a todos muita luz e motivação nas próximas edições. Axé!

No desfecho desta reflexão, considero que essas pesquisas são como peças de um quebra-cabeça. Elas se encaixam e formam uma imagem maior de como a filantropia comunitária pode moldar nosso país e eu estou imensamente feliz em contribuir.

* **Cleber Rodrigues** é pesquisador do Programa Saberes, da Rede Comuá, e integra o Instituto Nossa Cidade.

Experiências de círculos de doação no Brasil: quais são os principais achados?

*Larissa Ferreira**

O círculo de doação pode ser uma estratégia para fortalecer a filantropia comunitária e de justiça social, ao reunir pessoas doadoras e causas/organizações a serem apoiadas de maneira mais horizontal e dialógica.

O fato é que, seja o círculo de doação iniciado por pessoas doadoras que se reúnem, juntam suas doações e decidem o que vão apoiar, ou por uma organização que tem a finalidade de arrecadar recursos para fortalecer a sua atuação, existem poucos estudos sobre essa maneira de mobilizar doações no Brasil. Ainda mais no que diz respeito às formas de mobilizar doações coletivas adotadas por grupos não formalizados e/ou grupos historicamente marginalizados.

Porém, pode-se notar que algumas organizações que atuam no campo da filantropia comunitária e de justiça social têm buscado se aproximar dos mecanismos do círculo de doação, tais como o Fundo Baobá, o FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental e o ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Os três são fundos integrantes da Rede Comuá e estão em diferentes momentos no que diz respeito à experimentação de estratégias de círculos de doação.

Além dos três fundos, destacam-se organizações sociais, como a Associação Acorde, localizada entre os municípios de Cotia (SP) e Embu das Artes (SP), que viveu durante dois anos um círculo de doação, assim como o caso de pessoas que promovem círculos de doação reunindo pessoas interessadas em fazer parte.

As experiências mencionadas fizeram parte da pesquisa da primeira edição do Programa Saberes da Rede Comuá. As pessoas representantes dos fundos, Baobá e ICOM, da organização Associação Acorde e um pesquisador do campo da filantropia, que iniciou um círculo de doação no começo de 2023, concederam entrevistas para compartilhar suas experiências.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de março a julho de 2023, com a intenção de compreender alguns aspectos das estratégias do que cada um(a) considera círculos de doação, tais como as principais características, o relacionamento com as pessoas que integram o círculo de doação, transparência e os principais desafios e conquistas.

As experiências de círculos de doação demonstram que eles podem ser impulsionados por diferentes motivações, tais como o desejo de investir em justiça social de um território; a resposta a um contexto emergencial como de uma pandemia; uma estratégia de complementar a captação de recursos de uma organização; e pela própria experiência de criar um círculo de doação, visto que é algo ainda incipiente no Brasil.

As experiências de círculos de doação demonstram que eles podem ser impulsionados por diferentes motivações, tais como, o desejo de investir em justiça social de um território; a resposta a um contexto emergencial como de uma pandemia; uma estratégia de complementar a captação de recursos de uma organização; e pela própria experiência de criar um círculo de doação, visto que é algo ainda incipiente no Brasil.

Para a maior parte das pessoas entrevistadas, suas experiências com os círculos de doação é algo recente (menos de cinco anos atrás) e está em fase de consolidação e experimentação. Assim como eles apresentam diferentes focos de pessoas doadoras, sendo alguns focados mais em empresas, outros em pessoas físicas, e outros em grupos específicos de atuação profissional e/ou atuação na área da filantropia e terceiro setor.

Em todos os casos, algo essencial para os relacionamentos promovidos pelos círculos de doação é a comunicação, tanto com as pessoas/empresas doadoras quanto com as iniciativas que recebem apoio. A comunicação é vista como um ponto-chave para fortalecer a transparência e a cultura de manter um diálogo permanente com quem integra o círculo de doação.

Um ponto que chama atenção no relacionamento com as pessoas/empresas doadoras, destacado pelo ICOM, é o engajamento para participar do círculo de doação a partir do convite de empresas que já fazem parte ou então, no caso das pessoas físicas, serem pessoas que já tiveram alguma ligação com o ICOM. Isso é interessante, pois aponta para a importância da criação de vínculos de confiança, os quais possibilitam ampliar relacionamentos e apoio de novas pessoas/empresas doadoras.

As organizações que possuem o papel de estruturar e conduzir os círculos de doação percebem que suas ações precisam garantir os recursos necessários para o funcionamento do círculo, investir no desenvolvimento institucional das iniciativas/organizações que apoiam, estar atenta ao seu papel estratégico no campo da filantropia e manter uma comunicação constante das ações realizadas e resultados alcançados.

Os desafios compartilhados por estas experiências estão relacionados à sustentabilidade do próprio fundo/círculo de doação, à sensibilização para a causa da justiça social, assim como para o engajamento em ações que consistam em apoiar programas estruturantes e não ações emergenciais. Outros desafios compartilhados são compreender o perfil de quem doa e chegar em consensos para a tomada de decisões no coletivo.

Em relação às conquistas, estas estão relacionadas à divulgação e compartilhamento do trabalho realizado por suas organizações, à capacidade de multiplicar o que foi doado pelas iniciativas apoiadas e ao desejo de que as pessoas saiam inspiradas dessa experiência e motivadas a criar outros círculos de doação em suas redes.

O círculo de doação, enquanto estratégia de organizações que atuam no campo da filantropia comunitária e de justiça social, aparenta ser algo recente, porém, já aponta para novas possibilidades de fortalecer o trabalho das iniciativas e grupos parceiros, na busca de construir relacionamentos que de fato estejam alinhados com as demandas sociais.

Quer saber mais sobre os achados das experiências internacionais de círculos de doação e conferir as referências deste texto? Acesse o relatório completo da pesquisa! [Clique aqui.](#)

* **Larissa Ferreira** é gestora e Analista Ambiental, atualmente é mestranda em Educação na UFSCar. Atua como educadora voluntária no FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental. Fez parte da primeira edição do Programa Saberes da Rede Comuá, com a pesquisa intitulada “Filantropia Comunitária e Educação Ambiental: análise do círculo de doadores do Litoral Norte de São Paulo”.

Círculos de doação: o que apontam as experiências internacionais?

*Larissa Ferreira**

A filantropia possui diferentes estratégias no que diz respeito à mobilização de recursos, e uma delas são os círculos de doação – em inglês chamados de *giving circles*. O círculo de doação é uma estratégia que aproxima as pessoas doadoras e as organizações que recebem recursos.

Mas afinal, o que se sabe sobre os círculos de doação? Para o quê as experiências internacionais têm apontado? Como podem contribuir para a filantropia comunitária? Com essas perguntas em mente realizou-se um mergulho na literatura sobre experiências internacionais de círculos de doação, e os achados são compartilhados a seguir.

Para a revisão bibliográfica foram escolhidas a Biblioteca Virtual do GIFE (Sinapse); o site “givingcircles.asia”; o Google e o Google Acadêmico. Dos 26 materiais levantados e analisados, 25 estavam em inglês. Apenas um estava em português e abordava experiências que não fossem dos Estados Unidos e países da Europa e da Ásia. Ou seja, de maneira predominante, os estudos sobre experiências internacionais de círculos de doação concentram-se em países do Norte Global.

Mas é círculo de doação ou círculo de doadores?

Um dos materiais encontrados aponta que existe uma diferença entre dizer círculo de doação ou círculo de doadores. Para Boyd (2017), o círculo de doações é um grupo de pessoas doadoras que se reúnem, juntam suas

doações e decidem juntas o que vão apoiar – são grupos iniciados pelas pessoas doadoras. Enquanto um círculo de doadores é um grupo de pessoas doadoras reunidas por uma organização social para ter impacto ou objetivo compartilhado – o grupo é iniciado pela instituição e é um mecanismo para arrecadar recursos para a mesma.

A maior parte dos materiais é sobre experiências de círculos de doação iniciados pelas pessoas doadoras, e foi possível analisar os materiais a partir de: características gerais e país de atuação; influência do círculo de doação no comportamento, atitudes e conhecimento das pessoas integrantes; estudo de caso de círculos de doação; modelos/estrutura de círculos de doação; impacto dos círculos de doação no cenário filantrópico; relação entre círculos de doação e organizações anfitriãs; e como e por quê estabelecer um círculo de doação/doadores.

Os achados também apontaram como os círculos de doação podem contribuir para democratizar a filantropia e rejeitar o poder da filantropia tradicional.

Segundo Eikenberry et al. (2009) e Eikenberry; Brown e Lukins (2015), os círculos de doação possibilitam expandir as doações principalmente para organizações e causas que não recebem tanto apoio da filantropia tradicional, tais como mulheres, grupos étnicos/raciais minorizados e desenvolvimento comunitário.

As narrativas dos círculos de doação também podem contribuir para resgatar tradições históricas de solidariedade e ajuda mútua, a partir da ideia de que diversos grupos sociais possuem tradições antigas de autocuidado;

sendo assim, doar remete à importância da cooperação e do cuidado com as pessoas ao redor (JANGARA, 2021).

Nos EUA, por exemplo, alguns círculos de doação entre as comunidades afro-americanas baseiam-se na narrativa de fortalecer o senso de pertencimento de comunidades historicamente marginalizadas, assim como validar a ideia de que mudanças significativas podem ser alcançadas por meio de doações da população negra (JANGARA, 2021).

As experiências internacionais sobre círculos de doação apontam que essa estratégia tem muito a contribuir para a filantropia comunitária, porém, percebe-se que existe um maior número de estudos na perspectiva de quem doa e das características do próprio círculo de doação.

Para além dessa perspectiva, considero importante ampliar as investigações para discutir o quanto a atuação desses círculos está comprometida com a justiça socioambiental e a garantia de direitos. Assim como ampliar a compreensão sobre as maneiras de mobilizar doações coletivas de países da África e da América Latina.

Quer saber mais sobre os achados das experiências internacionais de círculos de doação e conferir as referências deste texto? Acesse o relatório completo da pesquisa! [Clique aqui.](#)

* **Larissa Ferreira** é gestora e Analista Ambiental, atualmente é mestranda em Educação na UFSCar. Atua como educadora voluntária no FunBEA – Fundo Brasileiro de Educação Ambiental. Fez parte da primeira edição do Programa Saberes da Rede Comuá, com a pesquisa intitulada “Filantropia Comunitária e Educação Ambiental: análise do círculo de doadores do Litoral Norte de São Paulo”.

O que é essa tal filantropia comunitária nas consultorias do ICOM?

*Mariana de Assis**

Desvelar fatores implicados no desenvolvimento e promoção da filantropia comunitária, alinhada à minha pesquisa, permitiu descobrir importantes evidências que valem a pena compartilhar.

A sistematização da experiência de fortalecimento de organizações de base comunitária por meio das consultorias do Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM) traz, como ponto de partida fundamental, que a consultoria é uma estratégia de filantropia comunitária. Isso significa dizer que, a partir da prática e da experiência, há uma **ação externa estratégica** que facilita a busca de soluções próprias para os desafios das comunidades locais, a partir do reconhecimento de vozes e repertórios a elas pertencentes¹.

Calma, que ao longo da leitura vai fazer todo o sentido a pergunta que está no título desse artigo.

As consultorias do ICOM são um serviço gratuito que proporciona acesso a orientações, ferramentas e conteúdos que contribuem com o fortalecimento de grupos e organizações de base comunitária na Grande Florianópolis. Essas consultorias tiveram origem na organização em 2007, no primeiro projeto de desenvolvimento institucional chamado Fortalecer², integrando um dos objetivos específicos:

Oferecer assessoria personalizada às ONGs participantes, de modo a qualificar a sua gestão, fortalecer a

sua identidade institucional e apoiá-las na comunicação e na construção de parcerias e alianças estratégicas.

De lá pra cá, já foram atendidas 2.834 iniciativas, somando mais de 4 mil horas de formação.

Os temas tratados nas consultorias, como por exemplo: apoio na criação e formalização de uma iniciativa social compreensão da legislação brasileira sobre sociedade civil organizada, mobilização de recursos e rotinas contábeis, são baseados na metodologia de desenvolvimento institucional do ICOM, que analisa dimensões internas e externas fortalecendo a missão de grupos e organizações e o seu posicionamento estratégico na sociedade. Isso indica que o que se busca desenvolver e aprimorar não é somente a dimensão de gestão das organizações (capacidades, estruturas, gestão, procedimentos, instrumentos), mas também sua dimensão socio-política (identidade, base social, cultura organizacional, comunicação, protagonismo no espaço público, alianças e padrões de interação etc.). [Clique aqui](#) e acesse o Método de Desenvolvimento Institucional das Consultorias.

Esse serviço é oferecido pela equipe do ICOM, que ao se desenvolver dentro da organização e acompanhar as consultorias, internaliza capacidades para atender as organizações e grupos. Também são firmadas parcerias com instituições especialistas em determinadas temáticas, sendo disponibilizadas no rol de consultorias.

Os atendimentos acontecem no formato online ou presencial, na sede do ICOM ou na sede da organização solicitante, sendo realizada a partir da demanda espontânea e

por ordem de solicitação por meio de um formulário online. No formulário, são solicitadas informações sobre a iniciativa, localização, causa, número de beneficiários, número de membros que a compõem e principais dúvidas que demandam ajuda do ICOM. As iniciativas que, por algum motivo, não conseguem acessar o formulário online, também são acolhidas por outros meios (telefone, WhatsApp), ficando a coleta de dados para o momento do atendimento.

O período de atendimento das consultorias varia entre uma e duas horas – dependendo do assunto e acordos pré-estabelecidos – e ocorrem uma vez por semana. As consultorias podem ser pontuais, em torno de um assunto específico, ou continuadas, para aqueles casos em que a organização precisa de mais atendimento e acompanhamento do seu trabalho.

Em um dos casos, assessorei uma organização que chegou até nós por meio do e-mail. Nossa conversa foi presencial, realizada na sede do ICOM, iniciando com um bom cafezinho e apresentação de nossas ações. A gestora dessa organização nos informou que chegou até nós por indicação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que a orientou a nos procurar para apoio na construção do plano de ação e posterior renovação de registro no respectivo conselho. Na conversa, explicamos o passo a passo de como funciona o Conselho, sua importância e, em seguida, analisamos o documento, pontuando e refletindo sobre ações importantes contidas nele. Juntas, passamos item por item do formulário para tirar dúvidas. Como encaminhamento, organizamos uma agenda de acompanhamento para preenchimento do formulário e o acompanhamento até envio junto ao respectivo Conselho.

Quando uma organização nos procura, é estabelecido um forte vínculo de confiança – característica fundamental da filantropia comunitária – ao compartilhar seus desafios institucionais e comunitários.

“A equipe técnica ficou muito feliz pelo resultado alcançado no que diz respeito à manutenção do registro no CMAS. Esse resultado foi graças à assessoria prestada” – Depoimento no formulário de avaliação da consultoria, 2022.

Quando uma organização nos procura, é estabelecido um forte vínculo de confiança³ – característica fundamental da filantropia comunitária – ao compartilhar seus desafios institucionais e comunitários. E por que é tão importante essa palavra? Bom, em uma rápida pesquisa no Google, é possível verificar que confiança vem de *confidere*, que significa fé, ou seja, fé em algo ou alguém, mesmo sem ainda enxergar os resultados.

Nesse caso, chamo atenção para a confiança que parte das organizações e grupos em relação aos processos de assessoramento. Ou você acha que é só a pessoa que doa, que apoia tecnicamente, que deve confiar? Filantropia comunitária se trata de reconhecer o poder das comunidades, e isso significa que, aparentemente, essas comuni-

dades e seus atores não são reconhecidos diante de sua inteligência social por seus apoiadores. Então ousou falar que, mais do que reconhecer o poder e ativos da comunidade, nós precisamos fazer com que as organizações e grupos confiem em nós.

Neste trabalho, o ICOM orienta, oferece detalhes, lidando com a realidade corrente e servindo como uma ponte que fortalece o tecido social do território. Shein (2008) nos apresenta esse tipo de consultoria como de “médico-paciente”. Para o autor, “nesse modelo, o cliente assume que o consultor trabalha a partir de padrões profissionais, que a venda é feita com responsabilidade, baseando-se em dados confiáveis de que a consultoria vai realmente ajudar a resolver o problema”. (SHEIN, 2008, pág.32). Na perspectiva do autor, na abordagem de uma consultoria “médico-paciente” a organização ou grupo informa seus problemas, é realizado um raio-x (diagnóstico) e depois recomendado métodos para solução (prognóstico).

Em outra experiência, assessorei um coletivo que tinha interesse em se formalizar como associação para ter acesso a mais recursos. As pessoas que o compõem conheceram o serviço de consultoria do ICOM em um evento, e logo realizaram agendamento online. Ao dar as boas-vindas e me apresentar, passei a palavra para o grupo que estava composto por cinco pessoas. Eram ativistas e compartilharam as motivações de sua origem e atuação com a causa da equidade racial. Que há três anos vinham apoiando jovens com oficinas de dança, teatro e música em Santa Catarina. Para eles, aquele era um momento muito especial, por se identificarem comigo – mulher negra – e receberem apoio gratuito, acrescentando

que “não imaginavam que existia uma organização como o ICOM”. No momento do atendimento, percorri junto ao grupo uma trilha de aprendizagem que o fez refletir sobre sua atuação e tirar dúvidas sobre a legislação vigente, alguns conceitos, dinâmicas de trabalho e desafios da formalização. As interações e sentimentos desencadeados no momento da consultoria permitiram perceber coisas não vistas até então no coletivo, que por preservação de seus valores e características próprias opta por não seguir a estrutura e lógica de funcionamento de uma organização com CNPJ. Inclusive, os membros fizeram críticas super pertinentes ao baixo apoio a grupos e coletivos que trabalham com temáticas sensíveis e que são atores importantes na garantia de direitos.

“O atendimento do ICOM tem um efeito terapêutico. Sempre saio da conversa renovado, entusiasmado e com clareza de ações a serem executadas. É um processo lento, mas revigora e incentiva de maneira imediata. A consultoria nos tira da bolha de pensamentos que nos isola. O olhar de fora pra dentro é essencial, mas nem sempre conseguimos fazê-lo. A consultoria tem nos ajudado muito nesse processo”, depoimento anônimo no formulário de avaliação da consultoria, 2022.

No exemplo acima, é possível perceber um outro modelo de abordagem, que segundo Schein (2008) é chamado de consultoria de processos. Nesse modelo, caberá ao grupo ou organização “aprender a ver o problema por si mesmo ao compartilhar o processo de diagnóstico e estarem envolvidos ativamente na geração de uma solução” (SCHEIN, 2008, pág. 37). A função desse tipo de modelo é fazer com que a organização ou grupo aprenda a apren-

der, construindo um relacionamento e um entendimento de ajuda para se manter sempre proativo.

Diante de mais um caso, refleti sobre outra característica da filantropia comunitária: o relacionamento³, cuja importância é sentida através da criação de vínculos. O relacionamento é uma atmosfera que liga as pessoas afetivamente, é aquilo que se faz sentir, é uma via de mão dupla que se fortalece com o tempo. Tem a ver com estar presente, afinal, não há como nos tornarmos íntimos das organizações e grupos e conseqüentemente de suas comunidades se não temos contato ou não nos interessamos em conhecer mais sobre eles.

Tive o privilégio de atender as fundadoras e atuais diretoras de uma organização da sociedade civil que estava “nascendo”. Na conversa online, elas nos contaram que chegaram até o ICOM por colegas que atuam na área social. Emocionadas, relataram o início da história da organização, que começou com doação de brinquedos e eventos pontuais a crianças de uma comunidade vulnerável de Florianópolis. Enxergaram naqueles momentos pontuais e significativos que poderiam fazer mais por eles, estruturando e diversificando suas ações, bem como se formalizando. Logo, o interesse na consultoria foi compreender como funciona a gestão financeira, pois tinham interesse em fortalecer sua credibilidade e acessar benefícios fiscais. Eu não estava sozinha, convoquei logo a coordenadora administrativo-financeira do ICOM para cumprirmos mais uma missão. Juntas, fomos compreendendo a estrutura e rotinas financeiras e, a partir da realidade e capacidade interna da organização, fomos indicando boas práticas para maior transparência e eficiência na gestão. Quando as demandas dessa organiza-

ção extrapolaram as competências internas do ICOM, encaminhamos a organização para um dos nossos parceiros técnicos, o Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, que possui um programa formado por contadores voluntários que atendem dúvidas contábeis específicas, por exemplo: balancetes, demonstrativos financeiros, fluxo de caixa, avaliação patrimonial e afins.

Ao contar mais uma história pra vocês, tenho a intenção de pontuar outras características da filantropia comunitária, como articulação, facilitação e honestidade³, que podem ser representadas como a aproximação das esferas da sociedade, o estreitamento das margens, do cuidado com a dinâmica viva, humana e diversa das relações entre as pessoas.

O ápice dessa prática é que esses apoios permitem uma ação combinada com as consultorias, compondo uma metodologia estratégica e efetiva que realmente oferece meios de transformação social.

Como guardião de Relacionamento com a Sociedade Civil Organizada do ICOM, sempre estou envolvida com os editais que apoiam financeiramente as organizações e grupos de base. O ápice dessa prática é que esses apoios permitem uma ação combinada com as consultorias, compondo uma metodologia estratégica e efetiva que realmente

oferece meios de transformação social. Há um caso marcante de um grupo não formalizado e atuando em um dos territórios mais simbólicos da cidade que, ao receber a notícia de que foi contemplado com o valor de R\$ 20 mil para apoiar livremente sua missão, duvidou se realmente queria ou não a doação. O grupo já havia tido problemas relacionados à desconfiança e diligências na prestação de contas, onerando mais do que fortalecendo o seu trabalho de luta e voluntariado que realiza há anos em sua comunidade. Com o passar do tempo e a criação de vínculos, escutei que foi difícil fazer um plano de desembolso com sonhos que realmente desejam e não com rubricas engessadas em ações e pequenas entregas. Disseram ainda que, pela primeira vez, entenderam o sentido real da prestação de contas, que é demonstrar o impacto e potencial que aquela doação causou. É emblemático e está se tornando pauta urgente nos eventos sobre filantropia: a urgência de vias de financiamento mais acessíveis, autônomas e inclusivas.

“Poder contar com o suporte técnico nos deu maior segurança para fazer a gestão dos recursos e ações da melhor forma, respeitando a transparência, nossos planejamentos e ações, bem como construindo junto com a comunidade o nosso propósito”, Depoimento Grupo apoiado financeiramente pelo ICOM, 2022.

“Foi incrível. Recebemos muito apoio, atenção, fomos respeitados, orientados. Um relacionamento excelente de real interesse no que poderíamos oferecer, executar, articular. A consultora me prestou consultorias, esteve sempre disponível, aberta. Inclusive, colocando-se sempre como uma facilitadora”. Depoimento Grupo apoiado financeiramente pelo ICOM, 2022.

“O grupo ressalta e agradece a confiança em relação à transparência e à entrega. As orientações da consultora foram fundamentais para o amadurecimento do grupo e para o desenvolvimento de novos/outros processos mais estratégicos. O estabelecimento de uma relação humanizadora, baseada na confiança; o desenvolvimento do grupo enquanto instituição; os networkings estabelecidos. Principalmente, a importância e a diferença da captação de recursos em forma monetária – e os efeitos disso na prática. Anterior ao edital, havia receio em atuar com este tipo de recurso”, Depoimento Grupo apoiado financeiramente pelo ICOM, 2022.

Minha análise não ficaria completa sem destacar a importância da governança dos recursos financeiros, como mais uma característica da filantropia comunitária. Hops-tein (2018) corrobora esta visão afirmando que:

O fomento direto às organizações da sociedade civil e aos movimentos de base subsidia e valoriza de forma clara o empoderamento dos grupos mais vulneráveis de nossa sociedade, dando a eles condições de explicitar e enfrentar diretamente as relações de poder que os afetam negativamente. O fomento e o apoio às organizações da sociedade civil e aos movimentos sociais proporcionam também o fortalecimento de um diálogo sem intermediários, menos desigual e sem a tutela de organizações privadas ou estatais.

Se a filantropia comunitária pode ser definida como uma “forma e uma força voltada para o desenvolvimento de recursos, talentos, capacidades e confiança locais” (HOGDSON E POND, 2018). Eu posso ser capaz de nomear como uma dessas formas e forças as consultorias do ICOM.

Ao relatar minhas vivências e conceitos, vislumbro as consultorias como uma cachoeira. Todas as quedas da cachoeira têm uma origem, um ponto central, mas a maneira como se dará a queda será diferente para cada admirador (a) dessa cachoeira. Ela nunca é igual a outra, às vezes ela está mais cheia, às vezes mais rasa, a depender de fatores externos. Ela nos proporciona uma conexão com nosso ser interior. Ora, não é à toa que dizem que “um banho de cachoeira é capaz de energizar corpo e alma”. E é isso o que fazemos, facilitamos como essa queda chegará a cada pessoa.

[1] Filantropia comunitária: uma estratégia de atuação com os territórios, não para eles. Disponível em: <https://gife.org.br/filantropia-comunitaria-uma-estrategia-de-atuacao-com-os-territorios-nao-para-eles/>
Acesso em 01 de maio de 2023.

[2] ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Relatório Final Fortalecer. Documento interno. Uso autorizado pela organização. 2007.

[3] Doan, Dana R.H. O que é filantropia comunitária? — Um guia para entender e implementar a filantropia comunitária. África do Sul, 2019.

HOPSTEIN, Graciela. Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. 2018.

ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis. Relatório Anual de Atividades. Florianópolis, 2012.

SCHEIN, Edgar H. Princípios da Consultoria de Processos: para construir relações que transformam. Tradução de Antonio Luiz de Paula e Silva. São Paulo: Peirópolis: Instituto Fonte para Desenvolvimento Social, 2008.

Trecho retirado da Revista Expandindo e fortalecendo a filantropia comunitária no Brasil / Rede de Filantropia para a Justiça Social – Rio de Janeiro: Ape’Ku, Selo Doar para Transformar, 2021. 2a edição apud “How Community Philanthropy Shifts the Power”.

* **Mariana de Assis** é administradora pela UFSC e Estudante de Direito desta mesma Universidade. Mais de dez anos de experiência profissional nos setores público e privado, com forte atuação no Campo da Sociedade Civil Organizada. Atualmente é Coordenadora de Projetos do ICOM – Instituto Comunitário Grande Florianópolis e Estagiária do Poder Judiciário de Santa Catarina – 1 Vara Cível da Comarca de Florianópolis. Faz voluntariado como Conselheira de Direito do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente gestão (2022-2025) e Conselheira Fiscal da Politize.



Reprodução / Rosana Paulino / Bastidores, 1997. Imagem transferida sobre tecido, bastidor e linha de costura. 30 cm diâmetro

O que antes não tinha nome se tornou filantropia negra

*Jéss Ipólito e Thânisia Cruz**

A filantropia é apresentada como uma estratégia que transforma a ideia de doações em uma noção de investimento social capaz de impulsionar ações de transformação para comunidades e grupos em situação de vulnerabilidade. Apesar de seu recente papel contributivo para a democracia, a filantropia está impregnada de aspectos coloniais na distribuição de recursos ao redor do mundo, o que gera desafios para os beneficiários. Isso é o que compreendemos no artigo “A Descolonização da Filantropia está avançando?”, escrito por Allyne Andrade e Silva e Graciela Hopstein, para a Rede Comuá.

Com esse contexto, experiências vividas por clubes, associações, confrarias e personalidades negras parecem causar surpresa quando confrontadas com o universo da filantropia.

Em 2019, Tyrone McKinley Freeman escreveu sobre “Doações Negras ao Longo dos Anos”, onde relatou inúmeros casos de pessoas negras que fizeram doações para causas abolicionistas, educacionais e de justiça social nos Estados Unidos desde o século XIX. Esse modelo de doação gerado e distribuído dentro das comunidades negras continua a existir. No entanto, parece que agora ocorre em uma escala muito maior. Assim, o que antes era realizado, mas não nomeado e, às vezes, feito em segredo para garantir a segurança das pessoas negras, tornou-se o Mês da Filantropia Negra, celebrado nos Estados Unidos em agosto.



Foto: Tyrone McKinley Freeman, professor associado de estudos filantrópicos na Lilly Family School of Philanthropy.

Em uma das referências sobre o tema, temos como registro que o Mês da Filantropia Negra foi criado, em 2001, por Dr. Jackie Bouvier Copeland, fundadora da The Women Invested to Save Earth Fund (WISE), atual incubadora do programa de filantropia negra. Ao longo desses anos, foram realizadas 14 campanhas abordando esse tema, sendo a primeira, de 2006, “Mulheres Negras Doam: Rumo a um Movimento Global”, profundamente emblemática para esta sequência de reflexões levantadas pela Rede Comuá, em setembro de 2023.

No Mês da Filantropia que Transforma, a Rede Comuá abraçou inúmeras iniciativas de debates, webinários, lançamentos de pesquisas, atividades presenciais e online ao longo do mês. Foi nesse contexto que aconteceu o evento online liderado por mulheres negras sobre o campo da filantropia no Brasil, e são estes insumos que serão apresentados.



Foto: **Dr. Jackie Bouvier Copeland** – Black Philanthropy Month Fundador and CEO The Women Invested to Save Earth (WISE) Fund.

A filantropia negra no Brasil

Caso tenhamos o interesse em analisar as doações intracomunitárias no Brasil sob a ótica das ações associativas da população negra, poderemos olhar também para o arranjo feito por escritores, quitandeiras e grupos religiosos que pagaram a alforria e a educação de seus pares. Porém, quando ela se constitui, nominalmente, como filantropia negra, ela se dá de outra forma e possui aspectos mais recentes de atuação.

Nos aspectos de desigualdade e conflitos raciais, o Brasil e os Estados Unidos possuem vivências comuns e é dessa forma que a filantropia negra chega ao Brasil com mais afluência, após repercussão global dos assassinatos de Ahmaud Arbery, Breonna Taylor e George Floyd em 2020, como resultado da aproximação de organizações dos dois países que realizaram colaborações para construção de equidade racial.

No Brasil, os aspectos dessa filantropia negra fazem sua curva em outros caminhos. Se nos ângulos políticos de alforriar pessoas negras

Se nos ângulos políticos de alforriar pessoas negras e fazer movimento social, as comunidades negras precisam se desenvolver como autossustentáveis, em angariar e distribuir suas doações, no âmbito do que é o fomento da filantropia negra, a população negra brasileira não possui patrimônio suficiente para ver e fazer com que os fundos girem conforme o passado.



Foto: Shaun Peckham em Manchester, Inglaterra, 2020.

e fazer movimento social, as comunidades negras precisam se desenvolver como autossustentáveis, em angariar e distribuir suas doações, no âmbito do que é o fomento da filantropia negra, a população negra brasileira não possui patrimônios o suficiente para ver e fazer com que os fundos girem conforme o passado.

O que também não é uma inferência de que haja conforto em fazer filantropia negra nos Estados Unidos, pois a população negra do país é 12,5% e conta com apenas seis bilionários negros (Forbes, 2020) também citados como filantropos em diferentes ocasiões. Isso significa que, ainda que haja ações comunitárias ou pessoas com rendas que possibilitem doações milionárias, o esforço de alcançar a equidade a partir de investimentos sociais pode ser considerado irrisório.

Com isso, o que chamamos de “Mês da Filantropia Negra”, no Brasil, provavelmente, seja a repercussão da presença de poucas gestoras negras trabalhando em fundos de inves-

timento social indicando os caminhos dos recursos. Em outras palavras, os aportes financeiros para se fazer filantropia negra chegam a organizações negras de forma limitada e não são gerenciados em sua totalidade por pessoas negras em suas fontes, levando as organizações da sociedade civil a continuarem em estado de fragilidade. Sobretudo coletivos e organizações das regiões norte e nordeste.

Neste momento, no Brasil, essa precariedade no fazer desenvolvimento de forma democrática e olhando para quem sabe como o recurso pode ser usado adiciona outras demandas

Em outras palavras, os aportes financeiros para se fazer filantropia negra chegam a organizações negras de forma limitada e não são gerenciados em sua totalidade por pessoas negras em suas fontes, levando as organizações da sociedade civil a continuarem em estado de fragilidade. Sobretudo coletivos e organizações das regiões norte e nordeste.



Foto: Débora Britto/MZ Conteúdo.



políticas de nosso tempo como, por exemplo, a concepção de autonomia não alcançada quando a dinâmica do recurso é colonial, como foi apontado pelo texto de Allyne Andrade.

Além disso, o relatório 'Where is the Money for black feminist movements?' elaborado pelo Black Feminist Fund, apresenta dados cruciais para uma análise profunda da situação das organizações e grupos de mulheres negras em escala global. Apenas uma parcela ínfima, variando entre 0,1% e 0,35%, das doações feitas por fundações ao redor do mundo é direcionada às mulheres negras, meninas e pessoas trans. Isso revela uma disparidade alarmante no financiamento das iniciativas lideradas por mulheres negras. No que tange a orçamentos anuais, é importante destacar que mais de 60% das entidades feministas negras funcionam com orçamentos anuais inferiores a 50.000 dólares, evidenciando a escassez de recursos essenciais para a realização de sua missão crucial.

Foto: Reprodução / Black Feminist Fund / Hakima Abbas.



Sendo que 81% dessas organizações negras não possuem recursos suficientes para atingir seus objetivos.

A cofundadora do Black Feminist Fund, Hakima Abbas, nos convoca a pensar coletivamente sobre o cenário global da filantropia para mulheres negras, evidenciando sentimentos ímpares aos grupos feministas negros: dor, frustração, exaustão e resistência permanente. O relatório se faz instrumento da oportunidade de refletir e agir em direção ao antirracismo, na prática, no desenvolvimento de uma cultura de doação e filantropia desde aquelas que sabem o que é preciso fazer. Nesse sentido, a filantropia negra no Brasil enfrenta desafios contidos num contexto global de desigualdade e falta de financiamento para as iniciativas lideradas por mulheres negras.

Organizações de mulheres negras em diálogo sobre a filantropia negra no Brasil

Diante das diferenças do fazer filantropia que nos mantém negras, o objetivo é ouvir o que a realidade das mulheres negras nos aponta. Buscamos um fazer filantrópico onde possamos ir além de onde nós estamos, utilizando recursos mais efetivos e uma governança que nos permita ser quem nós somos, sem a necessidade de adequação de nossos conteúdos para caber em uma filantropia que se distancia de nós. Nesse contexto, as experiências compartilhadas por Valdecir Nascimento, Halda Regina, Durica Almeida, Maria Malcher e Terlúcia Silva durante o encontro on-line “Narrativas de mulheres negras sobre o campo da filantropia no Brasil” no dia 25 de setembro deste ano revisitam questões essenciais relacionadas à filantropia negra no Brasil.

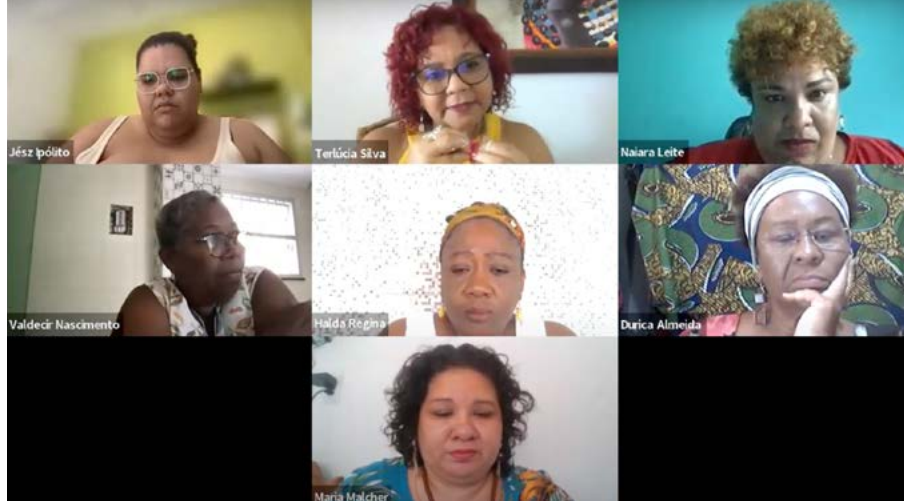


Foto: Reprodução YouTube

Encontro virtual

Narrativas de Mulheres
Negras sobre o campo
da filantropia no Brasil.

As dificuldades na captação de recursos, a dependência de editais nacionais, a importância de recursos flexíveis e a valorização da cultura negra são temas que permeiam a discussão sobre como direcionar os esforços filantrópicos de maneira mais eficaz.

As dificuldades na captação de recursos, a dependência de editais nacionais, a importância de recursos flexíveis e a valorização da cultura negra são temas que permeiam a discussão sobre como direcionar os esforços filantrópicos de maneira mais eficaz. Além disso, a ênfase na formação política, no ativismo de mulheres negras e na passagem do bastão para a juventude revela a necessidade de abordagens inclusivas e progressistas na filantropia voltada para organizações negras no norte e nordeste do Brasil. No próximo artigo, exploraremos a realidade específica da filantropia para essas organizações, destacando as particularidades das regiões e as estratégias para superar os desafios enfrentados por elas.

* Jéssy Ipólito é bolsista do Programa Saberes, ativista feminista negra e comunicadora. Thânisia Cruz é presidenta da ONG #ElasNoPoder e coordenadora do Projeto Katendê.

** Este artigo faz parte dos resultados do projeto de pesquisa "Narrativas de Mulheres Negras sobre o campo da Filantropia no Brasil: perspectivas de futuro desde o Norte e Nordeste" da bolsista Jéssica Ipólito no âmbito do Programa Saberes da Rede Comuê.

ficha técnica

Plurais 01 - Revista eletrônica da Rede Comuá

Vozes, saberes e práticas da filantropia comunitária e de justiça socioambiental

Projeto editorial e curadoria de textos

Mônica C. Ribeiro

Revisão

Mica Peres, Jonathas Azevedo
e Yasmin Moraes

Supervisão

Graciela Hopstein

Projeto gráfico e diagramação

Luciano Schinke



Equipe

Graciela Hopstein

Diretora executiva

Jonathas Azevedo

Assessor de Programas

Yasmin Moraes

Assistente de Programas

Mica Peres

Coordenadora de Operações

Mônica C. Ribeiro

Coordenadora de Comunicação

Conselho de Governança

Ana Valéria Araújo

Superintendente do Fundo Brasil

Giovanni Harvey

Diretor Executivo do Fundo

Baobá

Larissa Amorim

Coordenadora Executiva

da Casa Fluminense

Roberto Vilela

Diretor Executivo da Tabôa –

fortalecimento comunitário

Conselho Fiscal

Gislene Aniceto

Gerente Geral do Fundo Brasil

Hebe da Silva

Coordenadora administrativa e

financeira do Fundo Baobá

membros



apoio





comuá rede comuá
filantropia que
transforma



/REDECOMUA



/COMPANY/
REDECOMUA



/REDECOMUA



/@REDECOMUA

MARÇO DE 2024